



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Mestrado

Anelise Fróes da Silva

Mulheres em movimento (s): Estudo etnográfico sobre a inserção de
feministas e lésbicas em movimentos sociais institucionalizados e
autônomos na cidade de Porto Alegre/RS

Florianópolis
2010

Anelise Fróes da Silva

Mulheres em movimento (s): Estudo etnográfico sobre a inserção de feministas e lésbicas em movimentos sociais institucionalizados e autônomos na cidade de Porto Alegre/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social, sob orientação da professora Dra. Miriam Pillar Grossi, e co-orientação da professora Dra. Cornelia Eckert (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Florianópolis
2010

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ)

Profa. Dra. Maria Regina Lisboa (PPGAS/UFSC)

Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi (Orientadora – PPGAS/UFSC)

Profa. Dra. Rozeli Maria Porto (Suplente – UFRN)

Dedicatória

Este trabalho, bem como todos os passos que dou em minha vida, é dedicado à Pedro Marques da Silva, cuja breve passagem pelo mundo foi suficiente para fazer de mim quem eu sou, por me ensinar a viver, por me mostrar o caminho a seguir, com coragem, determinação, respeito e dignidade, sempre. Porque foi meu pai quem me ensinou que tudo é possível, desde que eu acredite em mim mesma e no que faço.

Agradecimentos

Este trabalho é uma construção de muitas mãos, algumas mais próximas, outras mais distantes, mas todas fundamentais para o que aqui está, e a elas, agradeço:

À Deus, sem filiação ou pertencimento à religião alguma. Por ser a força maior em todos os momentos.

À Nádia Regina Pacheco Comin, porque sem ela nada disso seria possível. Por salvar minha vida literal e metaforicamente, tantas vezes quantas se possa imaginar. Por me ser incentivo, abrigo, cuidado, paciência, crítica, amor, honestidade, exemplo e presença eternizada em meu caminho. Por ter me amado mais do que eu seria capaz de imaginar, e por saber que eu a amo, ainda mais hoje que há doze anos.

À Karina Santos, pelo que não tem tamanho, pelo que não se mede, pelo que a vida nos deu nesses dezesseis anos de fraternidade, irmandade, aprendizado.

À Alessandro Leães Drago, meu psicoterapeuta durante onze anos e meio. Por ter me equilibrado emocionalmente, por ter segurado tantas crises, por ter me feito sair inteira e preparada para o que viria, para o que virá.

À Gérson Barreto Winkler, meu querido “daddy” há dezenove anos. O que começou com uma carta se tornou a maior experiência de minha vida, e ao lado dele eu amadureci, chorei, sorri, tive medo da morte, e aprendi a celebrar a vida, cada dia de uma vez. Por me receber na casa dele, por compartilhar seus medos, por dividir suas alegrias, por transformar a Aids em sinônimo de vida e coragem, e me permitir estar com ele por tanto tempo.

À Bibiana Rossoni, pelo que não tem preço, nem nunca terá. Por ser quem me aguenta, por estar ao meu lado, por fazer de sua casa também a minha, por torcer sempre, por me fazer rir nos piores momentos, por ser quem é. Pelos cinco anos de ônibus cheios a caminho do Campus do

Vale na UFRGS terem se tornado uma amizade para sempre.

À minha mãe, Gisela, meu irmão Alexandre, minha irmã Cristina, porque nem a distância, os problemas ou a ausência de consanguinidade me fazem esquecer que somos, apesar de tudo, uma família.

À Marco Antônio Conceição de Barros, por ter mudado minha vida de forma definitiva. Por ser abraço, briga, risada, incentivo, presença de pai, amigo, conselheiro. Por trazer com ele a “grande família” (Tia Ruth, Maninha, Araceli, Alemoa, Nina, Aridiane, Maria Antônia, Vagner, Davi, Mara, Telma, Dona Celoir, Dona Maria, Francisca, Joice, Jussara, Seu João Altair, Dona Lélia, Caio), e por me fazer sentir merecedora de amor de verdade. À seu irmão, e meu melhor amigo, Júlio César Conceição de Barros, prova maior de que é possível ser um homem do mundo, sem perder de vista suas raízes, sem deixar jamais de ser quem se é de verdade.

Às queridas amigas e amigos pelo Brasil, em especial Fernanda Mendonça, do Rio de Janeiro, minha irmã carioca que me deu dois “sobrinhos” de uma vez; Flávia Moura, também do Rio de Janeiro, pelo que só nós sabemos, e por compartilhar comigo a aventura de ser mãe de três crianças lindas, ouvindo meus conselhos mesmo eu ainda sendo filha; à Laís Ribeiro, de Poços de Caldas, MG, por entender que minha ausência nos últimos dois anos tem um bom motivo e aqui está ele; à Suely Messeder, de Salvador, BA, antropóloga, colega, feminista, companheira de lutas; à Saionara Rodrigues, herança da UFRGS, por nunca deixar de torcer e se fazer presente, apesar da distância; à Almir Barbio, do Rio de Janeiro, maior presente que “nossa cidade” me deu; à Marcia Goulart Gonsalves, de Curitiba, pela perenidade da amizade entre as idas e vindas.

Aos médicos e médicas todos que me acompanharam e acompanham desde 1998: nefrologistas, cardiologistas, neurologistas, clínicos, cirurgiões, anestesistas. Muito especialmente, ao meu querido Ronaldo Campos Hallal, por ter salvo minha vida ao resolver me internar para “exames de rotina”, em abril de 98. Ao Dr. Sergio Ricardo Pioner, meu cirurgião em 2008 e novamente em 2010, pela confiança e a segurança

transmitidas, e por eu estar aqui, depois de tudo.

À Tatiana Dassi, minha amada “Marty”. Mais que colega, ombro amigo, parceria, coragem para a cidade nova, os desafios do Mestrado, os dias de chuva na Lagoa, o desespero das resenhas, as noites insones com trabalhos e leituras, os cafés em meio à elaboração de projetos, as crises compartilhadas, as vitórias conquistadas.

Aos colegas Carlos Cardenas, Marcela Pinilla, Carolina Portela, por serem os “malditos colombianos!” mais queridos que poderia haver. À Juliana Caruso e Izomar Lacerda, pela proximidade durante esses dois anos.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, especialmente Esther Jean Langdon, Oscar Calavia Saez, Rafael Bastos, Sônia Maluf, Theofilos Rifiotis, pelos aprendizados todos.

Às professoras Mara Lago, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, pela oportunidade de aprender; Ilse Scherer-Warren e Lígia Luchmann, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, e do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, por terem determinado de muitos modos os rumos de minha pesquisa, e especialmente à professora Lígia, pela generosidade em minha banca de qualificação no Mestrado; Luzinete Minella, por sua presença inspiradora e constante em tantos momentos; Antonella Tassinari, por ter “entrado em campo” aos 45 minutos do segundo tempo, e ter dito as palavras certas quando eu pensava que não iria mais conseguir.

Às equipes do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, todas desde que cheguei, pela acolhida, pelo apoio, pelos aprendizados, pelas pesquisas, discussões, escritas coletivas, projetos realizados, pela concretização de tantos sonhos ao mesmo tempo. Este trabalho só existe, também, porque estiveram e estão comigo Gicele Sucupira, Dina Mazariegos, Francine Rebello, Giovanna Triñanes, Rozeli Porto, Carla Cabral, Sara Nacif. Muito especialmente agradeço à Fernanda Cardozo, pela parceria, o respeito, a amizade, a possibilidade de crescer, e por ter me dado Margaret Mead; à Felipe Martins Fernandes, por ser inspiração, trabalho, incentivo, exemplo criativo o tempo todo; à Fátima Weiss, pela dedicação ao trabalho coletivo, e por ser uma grande

parceira nas aventuras da Extensão; à Cláudia Nichnig, por todas as atuações conjuntas, a amizade, as trocas, as oportunidades; à Patrícia Costa, pela confiança, a proximidade, o coleguismo constante; à Paula Pinhal, pela imensa disponibilidade com o coletivo, e pelas trocas, todas; à “nova geração”, Emília Ferreira, Isadora Machado, Heloísa Souza, Cláudio Leite, por entenderem quem somos, como funcionamos, e o que constituímos coletivamente, trazendo vontade, dedicação, cooperação; à Simone Ávila, que a vida trouxe, levou, trouxe novamente, e agora para mais perto ainda. Às incansáveis Ana Paula Santos, Kathilça Lopes e Nicola Gonzaga, por superarem seus limites, aprenderem, ensinarem, colaborarem sempre, e pelo respeito e carinho demonstrados comigo. Por fim, mas jamais com menos importância, agradeço muitíssimo aos queridos Vinícius Ferreira, Raruilquer Oliveira e à querida Rayani Mariano, por serem essas três pessoas inteligentes, dedicadas, interessadas, profissionais, carinhosas, divertidas, e jovens! (e porque sem eles eu perderia braços e pernas muitas vezes).

À CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de quem fui bolsista em 2008, auxílio este fundamental para a estruturação de meu projeto de pesquisa no Mestrado. Ao CNPq – Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de quem fui bolsista no último ano inteiro de Mestrado, pelo incentivo à minha formação como pesquisadora de excelência no Brasil. Ao Instituto Brasil Plural, da UFSC, por ter acreditado em minha proposta e concedido a bolsa para realização da pesquisa de campo deste trabalho, em 2009/2010.

À todas as mulheres, ativistas, militantes, profissionais, pesquisadoras, lésbicas feministas, que me receberam durante quatro meses em suas atividades, reuniões, Coletivos, grupos, ONGs, casas, para me contar suas histórias, me mostrar suas vidas, afirmarem suas lutas, tornarem este trabalho possível, tão possível quanto o mundo livre do machismo, dos preconceitos, do heterossexismo, da lesbofobia, do racismo, no qual elas acreditam e pelo qual lutam.

À professora Cornelia Eckert, da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, por tudo aquilo que sequer pode ser expressado em palavras. De nosso primeiro encontro pelos caminhos da Antropologia, em 1994, até aqui, muito percorremos juntas, entre formações em Antropologia Visual, aulas na graduação, elaboração de projeto, definição de campo, defesa do Trabalho de Conclusão de Curso. Mais do que minha professora, minha orientadora de Graduação e minha co-orientadora no Mestrado, Chica, és presença, amizade, respeito, exemplo, afeto, incentivo, educação, firmeza na hora necessária, conforto na hora da dor, entendimento de meus processos todos ao longo desses anos. Sempre serás a voz me dizendo por onde ir, e me mostrando que o caminho para chegar à Antropologia que eu queria fazer estava mesmo onde me indicavas.

À professora Miriam Pillar Grossi. Pelo email que me enviou dando boas vindas, quando eu ainda estava tentando me acostumar com a ideia de ser mestranda. Por ter me acolhido entre sua equipe de imediato, me apresentando a um mundo novo e repleto de possibilidades. Porque na segunda semana de Mestrado, eu ministrei oficina em um Seminário do NIGS, me tornei estagiária docente, e fui alçada à categoria de pesquisadora, mais do que apenas sua aluna e orientanda. Porque eu nunca mais parei, desde então. Por ser essa mulher forte, incansável, profissional brilhante, professora dedicada, orientadora obstinada em extrair de nós o nosso melhor. Por me ensinar tanto, sobre tantas coisas, o tempo todo. Pelos ensinamentos que servirão para a vida toda. Pelas oportunidades sem fim, por abrir as portas do mundo acadêmico, institucional, educacional, e estar sempre por perto, guiando, orientando, explicando, corrigindo. Pelas madrugadas de trabalho conjunto online, apesar dos fusos horários, das distâncias, das atividades tantas, durante seu pós-doutorado. Por nos receber em sua vida, em sua casa, em sua trajetória profissional, e por nos mostrar, a mim especialmente, que tudo pode ser feito, se tivermos coragem, seriedade, respeito, dedicação, profissionalismo e senso de coletividade. Por ser meu exemplo. Porque é uma honra e um privilégio estar aqui, e a partir daqui, me saber também colega de alguém como ela.

Navegar é preciso

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:
"Navegar é preciso; viver não é preciso".

Quero para mim o espírito desta frase,
transformada a forma para a casar como eu sou:

Viver não é necessário; o que é necessário é criar.
Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso.
Só quero torná-la grande,
ainda que para isso tenha de ser o meu corpo
e a minha alma a lenha desse fogo.

Só quero torná-la de toda a humanidade;
ainda que para isso tenha de a perder como minha.
Cada vez mais assim penso.

Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue
o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir
para a evolução da humanidade.

É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça.

Fernando Pessoa

RESUMO

Estudo etnográfico sobre a inserção de mulheres lésbicas e feministas em movimentos sociais e suas articulações, a partir de duas redes identificadas como Institucionalizada, uma, e Autônoma, a outra. De um lado, estão grupos do movimento constituídos de modo formal, registrado, muitas vezes associados com o poder público, programas e políticas governamentais, nas três esferas, sendo financiados para suas atividades, publicações, realização de seminários, congressos e para manutenção de seus escritórios. Do outro, estão grupos articulados em Coletivos independentes, redes informais, grupos virtuais, que não tem sedes, financiamentos, ou parcerias com quaisquer outros grupos institucionalizados, e também não formalizam convênios ou aceitam financiamentos, sejam nacionais, governamentais, internacionais. A pesquisa, realizada entre outubro de 2009 e fevereiro de 2010, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, verificou que os modos de atuação das duas redes muitas vezes mais se parecem do que se diferenciam, mas as questões relacionadas às agendas lésbicas e feministas são abordadas de maneiras bastante conflitantes na maioria dos casos, seja por questões políticas, institucionais, ou mesmo pessoais das ativistas que foram interlocutoras durante o campo. As aproximações, os distanciamentos, e a diversidade contemporânea dos movimentos sociais e seus ativistas, neste caso aqui lésbicas e feministas, no contexto urbano de Porto Alegre, é o que está apresentado aqui.

Palavras chave: Antropologia, Feminismos, Lesbianidades, Movimentos Sociais, Redes Sociais.

ABSTRACT

Ethnographic study on the inclusion of lesbian and feminist movements and in their joints from two networks identified as Institutionalized, one and Autonomous, the other. On one side are groups consisting of motion formally registered, often associated with the public, government programs and policies in the three spheres, being funded for their activities, publications, seminars, conferences and maintenance of their offices. The other are groups that are divided into independent groups, informal networks, virtual groups, which has no headquarters, funding or partnerships with other institutionalized groups, and did not formalize agreements or accept funds, whether national, governmental, international. The survey, conducted between October 2009 and February 2010, in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, found that the modes of action of the two systems often resemble more than they differ, but the issues related to lesbian agendas and feminists are dealt with quite conflicting ways in most cases, either for political, institutional, personal or even the activists who were interlocutors in the field. Approaches, the distances, and the diversity of contemporary social movements and their activists, in this case here lesbians and feminists, in the urban context of Porto Alegre, is what is presented here.

Keywords: Anthropology, feminism, lesbianism, Social Movements, Social Networks.

Lista de tabelas e quadros

Quadro 1 - Grupos institucionalizados e autônomos encontrados durante a pesquisa de campo em Porto Alegre (outubro de 2009 a janeiro de 2010)

Quadro 2 – Organizações lésbicas atuantes no Brasil entre 1970 e 2000

Quadros 3 e 4 – Periódicos lésbico-feministas no Brasil nos anos 1980-1990

Lista de Siglas e Abreviaturas

ONG – Organização Não Governamental

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais

LBGTTT – Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros

NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades

LBL – Liga Brasileira de Lésbicas

EFA – Encontro Feminista Autônomo

ELAOPA – Encontro Latinoamericano de Organizações Populares Autônomas

ONU – Organização das Nações Unidas

FSM – Fórum Social Mundial

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

AIDS – Sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

UNIBAN – Universidade Bandeirante de São Paulo

NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher

EUL – Espaço Utopia e Luta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
CAPÍTULO 1 – MULHERES EM MOVIMENTO (S)	
1.1. De volta para o futuro: trajetória (s) e caminho (s).....	37
1.2. Cadê o campo que estava aqui?.....	39
1.3. Porto Alegre: uma cidade “movimentada”.....	42
1.4. Mulheres, movimentos, uma cidade, uma pesquisadora, teorias: se está tudo aqui, é hora de trabalhar!.....	49
CAPÍTULO 2 - “REBELDE DESDE LA RAIZ”	
2.1 Mulheres Rebeldes – por uma autonomia coletiva.....	56
2.2. O Encontro Feminista Autônomo visto por dentro – Lesbianidades, Campesinato, Sindicalismo, Religiosidades, Academia, Etnicidade.....	61
2.3 O Fórum Social “Autônomo” - radicalizar para transformar.....	73
2.4. Marcha dos Movimentos Autônomos.....	74
2.5. Coletivos Autônomos – muitas lutas, muitas caras.....	76
CAPÍTULO 3 - “SÓ SE PODE MUDAR POR DENTRO”	
3.1.Coletivo Feminino Plural: alianças, institucionalidade e reconhecimento.....	92
3.2. Redes Feministas, Conselhos, Fóruns: projetos múltiplos, militâncias plurais.....	106
3.3. Tradição, memória e política: feministas “das antigas” e novas feministas.....	109
CAPÍTULO 4 - MOVIMENTO (S) EM MULHERES	
4.1. De quantas letras precisa a visibilidade?.....	121
4.2. Movimento (s) em mulheres: trajetórias marcadas pelo ativismo em falas e corpos.....	134
4.3. Lesbianidade política, Feminismo por princípio.....	138
4.4. Redes Autônomas, Redes Institucionalizadas: distâncias que aproximam, diferenças que assemelham.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158

INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido no campo dos estudos antropológicos de gênero, conforme proposição de Joan Scott (1995), de utilizar a categoria como instrumento para análise das condições da mulher em sociedade, diferenciando assim, a partir dos anos 1970, das pesquisas realizadas no campo acadêmico e que eram comumente chamadas de “sobre a mulher”. Também se alinha aos estudos na área das sexualidades, o que permite compreender a noção de gênero proposta por Judith Butler (2008), na qual é preciso desnaturalizar a dicotomia das categorias sexo/gênero, e tomar a ambas como construções sociais relacionais. E por se tratar de um trabalho sobre determinadas características de redes de movimentos sociais, esta pesquisa ampara-se em estudos teóricos dos denominados Novos Movimentos Sociais relacionados, privilegiadamente, aos contextos urbanos metropolitanos contemporâneos, entendendo o movimento feminista, o movimento lésbico e suas ativistas nesses cenários, como sujeitos sociais em redes de relações e militâncias.

A escolha dessa temática se deve a uma trajetória na graduação em Ciências Sociais e também de minha inserção em redes de movimentos sociais de político-partidários, gays e lésbicos, feministas e também na área da Aids, em Porto Alegre, entre os anos de 1991 e 2003.

Para essa dissertação, investi novamente em uma pesquisa etnográfica em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, pesquisa esta desenvolvida entre outubro de 2009 e janeiro de 2010. Se no curso de graduação, minha preocupação de pesquisa se concentrou em tratar das representações das relações homoafetivas entre mulheres que se identificavam como lésbicas em espaços de sociabilidade urbana, para a dissertação o foco de estudo foi direcionado a conhecer a dinâmica da inserção de mulheres lésbicas e feministas dentro dos movimentos sociais e suas redes, no contexto cidadão.

Apesar de haver muitas pesquisas já realizadas sobre o movimento feminista e suas diversas fases e formas de atuação, bem como sobre os variados formatos de organização do que foi denominado de “movimento homossexual” no Brasil, poucos estudos versam sobre as associações e articulações entre estes

movimentos, e menos ainda entre os movimentos feministas e lésbicos e entre as trajetórias de suas integrantes.

Um dos questionamentos primordiais da pesquisa que desenvolvi para esta dissertação refere-se ao caráter dos movimentos sociais no Brasil pós-anos 90 do século XX, quando se pode verificar uma crescente institucionalização dos mesmos, sem, no entanto inibir o crescimento de outros movimentos, atuando em outras esferas, fora do campo das ONGs formalizadas, por exemplo.

Ao iniciar o levantamento dos grupos lésbico-feministas existentes em Porto Alegre, me deparei com expoentes tanto de movimentos institucionalizados, quanto de movimentos autônomos, e esta descoberta inicial redefiniu os moldes da pesquisa, que passou a considerar duas redes de movimentos sociais agregadoras de mulheres feministas e mulheres feministas lésbicas, e foi a partir dessa noção de redes distintas que este trabalho partiu.

Busquei, também, abordar os processos de profissionalização dos movimentos sociais, os quais aparecem refletidos no interior dos grupos pertencentes às redes institucionalizadas, e de certa forma, contemplar o crescente interesse dos estudos acadêmicos por este campo, mesmo porque, estou vinculada a um Núcleo de pesquisas sobre gênero e sexualidades no tempo desta pesquisa. O NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, vinculado ao Laboratório de Antropologia Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (e também ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) é um dos mais antigos núcleos de pesquisas desta área, dentro do campo da Antropologia, no Brasil. Fundado pela antropóloga Miriam Grossi, desenvolve desde 1991 diversas pesquisas e projetos, e conta em seus quadros com pesquisadores e pesquisadoras das mais diversas vertentes do conhecimento. As pesquisas desenvolvidas pelo NIGS, bem como sua produção teórica, coletiva e individual, através de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, contribuíram de forma inegável para minha própria pesquisa nos temas de Gênero, Sexualidades, Diversidade, Educação, Movimentos Sociais.

De certa forma, os processos de profissionalização dos movimentos sociais passam, no caso específico do movimento feminista e lésbico também pelo aumento dos Núcleos de pesquisa e estudos sobre mulher, gênero, feminismo e sexualidades instituídos dentro de

Universidades. A socióloga Ilse Scherer-Warren (2008) reflete sobre as mudanças dos movimentos sociais contemporâneos, apontando, entre outras questões, para a fundamental característica articuladora das heterogeneidades que as redes de movimentos sociais contemporâneas carregam. Estes emergem e atuam em situações de democracia consolidada, mantém relações com o Estado (não de oposição apenas), e também, em muitos casos, deixam de lado o caráter de movimento social (com autonomia, independência) e se tornam institucionalizados (como ONGS ou outros formatos associativos).

Não necessariamente existe um inimigo a ser vencido, nessas circunstâncias, e se investe mais em cooperação que em conflito.

Ao retomar historicamente a constituição do campo dos estudos de gênero na Universidade Federal de Santa Catarina, Miriam Grossi (1999) destaca que não é possível separar as lutas feministas do desenvolvimento da pesquisa acadêmica, já que este campo institucional seria um dos desdobramentos diretos da militância feminista nos anos 70 (p.329).

Com isso, creio que a própria emergência do chamado feminismo acadêmico pode ser entendido como uma das formas de profissionalização do movimento, ou em alguma medida de institucionalização deste, ao lado de outros processos (como o de tornarem-se ONGs) como os referidos por Ilse Scherer-Warren (2008).

Entretanto, profissionalizar não significa institucionalizar, necessariamente, nem perder a característica de movimento. Mas até onde é possível manter-se movimento, ou seja, não institucional, autônomo, espontâneo, fruto de ações coletivas direcionadas para demandas específicas, ao tornar-se instituição, financiada, ou mesmo voltando seu foco a pesquisas sobre suas próprias ações? E que espécie de estudos fazemos, o que está sendo produzido a partir de nossas pesquisas?

Uma possível resposta à pergunta sobre movimento *versus* instituição parece ser a sobrevivência e reorganização de redes entre grupos, movimentos, associações, instituições e representantes do feminismo acadêmico, que permitem a troca de informações, realização de seminários, fóruns virtuais de comunicação, e composição de frentes de trabalho para reivindicações pontuais ou continuadas, o que verifiquei em campo, e está descrito neste trabalho.

Como apontam vários autores que estarão apresentados ao longo deste trabalho, entre os quais Fernando Taques (2007), os movimentos estão em constante transformação, e alteram inclusive suas formas de denominação e reconhecimento no campo. Estas transformações e as retomadas de agendas de reivindicações também é parte da base deste estudo.

Dividido em quatro capítulos, este trabalho apresenta teórica e etnograficamente alguns contextos nos quais atuam movimentos sociais feministas institucionalizados e autônomos em Porto Alegre, assim como descreve trajetórias de militantes, mulheres lésbicas e/ou feministas, suas articulações em redes, e suas interlocuções com o espaço urbano em que estão inseridos.

No quadro a seguir, estão apresentados os grupos contatados durante a pesquisa, tanto os que se tornaram ego de suas redes (Mulheres Rebeldes na Rede Autônoma, Coletivo Feminino Plural na Rede Institucionalizada), quanto os demais, ainda que sua inserção no trabalho tenha se dado de forma periférica.

Quadro 1

Grupos institucionalizados e autônomos encontrados durante a pesquisa de campo em Porto Alegre (outubro de 2009 a janeiro de 2010)

Identificação do Grupo	Fundação	Atuação	Ativistas
Mulheres Rebeldes	2004, por um grupo de mulheres oriundas de outros movimentos e grupos, lésbicas radicais, organizadas por uma feminista lésbica argentina radicada no Brasil, em Porto Alegre.	Autônoma, em rede com outros grupos autônomos. Prioritariamente lésbico-feminista	Mulheres lésbicas feministas Mulheres integrantes de outras redes e grupos Profissionais liberais, estudantes, escritoras, pesquisadoras
Coletivo Anti-Sexista Corpos em Revolta	2008	Autônoma, em rede com outros grupos. Se define como um Coletivo que visa “desconstruir a noção de gênero”	Homens e mulheres com vinculações diversas à movimentos anarquistas, em sua maioria jovens, de orientações sexuais variadas não determinantes para o pertencimento ao Coletivo

Coletivo Anarco-Punk Mentes Plurais	2008	Autônoma, em rede com outros grupos.	Jovens homens e mulheres oriundos do Movimento Punk em Porto Alegre, orientações sexuais diversas
Movimento dos Trabalhadores Desempregados	Anos 80	Se define como um movimento classista, anti-autoritário, anti-reformista e revolucionário. Defende a organização dos trabalhadores desempregados, não-empregados e sub-empregados, para a conquista dos meios de produção. Tem seções em todo o Brasil.	Homens e mulheres, empregados ou não, prioritariamente do meio urbano
Via Campesina	1992	Internacional, visa organizar mulheres e homens trabalhadores rurais, indígenas. Se define como autônomo e pluralista.	Homens, mulheres, pequenos agricultores, grupos indígenas. Atua prioritariamente no meio rural, mas mantém ações nas cidades

Mulheres em Luta	Não há uma data precisa de fundação, por se tratar de um agrupamento de mulheres em torno de questões específicas, que atuam em rede em momentos como o 8 de março	Autônoma, reúne mulheres ativistas de diversos grupos e origens, visando articular ações entre o campo e a cidade	Mulheres, feministas, lésbicas, agricultoras, negras, estudantes
Coletivo Feminista da UFRGS	2008	Autônomo, estudantil, formado por estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se define como feminista, plural, a favor do aborto, e pela diversidade sexual	Mulheres e homens, estudantes universitários ou não, desde que alinhados com as temáticas do Coletivo
Grupo Resistência Popular	2006	Autônoma, vinculado à redes internacionais de ações coletivas e movimentos sociais autônomos, mantém atividades comunitárias em periferias de Porto Alegre, e um curso pré-vestibular	Mulheres e homens, principalmente de camadas populares e moradores de periferias

		independente	
Espaço Autônomo Utopia e Luta	2005	Autônomo, nasceu como espaço de moradia após a invasão de um prédio público abandonado no centro de Porto Alegre. Constitui-se como espaço para oficinas, reuniões, articulações políticas e manifestações de redes dos movimentos autônomos	Mulheres e homens, de orientações sexuais diversas, diversas idades e etnias, crianças, integrantes de outros movimentos e grupos.
Coletivo Feminino Plural	1996	Institucionalizada. Se define como ONG feminista, atuando no movimento de mulheres por meio de articulações locais, regionais, nacionais e internacionais pelos Direitos Humanos de mulheres e meninas. Participa de espaços de poder e decisão e atua no controle social das	Mulheres, em sua maioria oriundas do movimento feminista e político-partidário dos anos 80 e 90, feministas, pós-graduadas.

		políticas públicas.	
Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras	1987	Institucionaliza, em rede com outras ONGs e grupos, se define como organização feminista de mulheres negras, atuando principalmente no campo da busca da equidade étnico-racial, e pelos direitos das mulheres negras	Mulheres negras, em sua maioria da periferia, com formações diversas, de orientações sexuais variadas
THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero	1993	Institucionalizada, se define como ONG jurídica, atuando na área do Direito e da Capacitação Legal de mulheres para o enfrentamento das violências e desigualdades	Mulheres advogadas e outras profissionais liberais (sociólogas, antropólogas, pesquisadoras diversas), e também lideranças comunitárias
COMDIM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre	1995	Órgão representativo, instituído por Lei Municipal, composto por mulheres de diversas	Mulheres filiadas à partidos políticos, negras, lésbicas, portadoras de deficiências,

		origens e vinculações, tanto da administração pública quanto de movimentos sociais	pesquisadoras, estudantes, ativistas de movimentos diversos, funcionárias públicas
Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos	1991	Institucionalizada, filiada à organizações nacionais e internacionais, se define como uma articulação do movimento de mulheres para atuar em defesa da garantia e ampliação dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Integra articulações políticas e grupos técnicos visando o aprimoramento das políticas públicas para mulheres, adolescentes, jovens e idosas.	Mulheres profissionais da área da saúde, pesquisadoras, sindicalistas, feministas de origens variadas, articuladoras de políticas públicas, integrantes de outras ONGs e de núcleos de pesquisa nacionais e internacionais.

* * *

Essa dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “Mulheres em Movimento (s)”, estão descritas questões metodológicas de realização da pesquisa, que envolvem também a trajetória da pesquisadora e a entrada em campo.

O segundo capítulo, “Rebelde desde la raíz”, descreve a *Rede de movimentos autônomos em Porto Alegre*, à época da pesquisa, tendo como centro o grupo Mulheres Rebeldes, que tem uma liderança que se auto-reconhece como “lésbica radical política”.

No terceiro capítulo, “Só se pode mudar por dentro”, a rede de movimentos institucionalizados é apresentada, tendo como ponto de partida o *Coletivo Feminino Plural* e suas ativistas, que se definem em muitos momentos como “feministas tradicionais”.

O capítulo quatro, “Movimento (s) em mulheres, que encerra este trabalho, discute teoricamente algumas questões sobre trajetórias de ativistas, sobre o feminismo, os estudos acerca de lesbianidades, e retoma o debate sobre o movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros no Brasil, também a partir de discussões sobre identidades e as articulações entre os grupos e redes.

Por fim, nas considerações finais, retomo as principais questões levantadas em cada capítulo, revelando algumas pistas que este trabalho apontou para a realização de outras pesquisas, na área da antropologia, dos estudos de gênero e sexualidades, e também dos movimentos sociais.

Cumprimento informar que as interlocutoras desta pesquisa não estão identificadas por seus nomes, nem por nomes fictícios, e que minha opção foi nomeá-las a partir do que me informaram sobre suas atividades em seus grupos.

CAPÍTULO 1

MULHERES EM MOVIMENTO (S)

Neste capítulo, apresento a trajetória que me conduziu até a pesquisa de Mestrado, e também as escolhas metodológicas feitas, além de contextualizar a pesquisa e seu local de realização.

1.1. De volta para o futuro : trajetória (s) e caminho (s)

Em 1994, estávamos iniciando a fase mais produtiva e transformadora do trabalho de prevenção de Aids e educação em Direitos Humanos com mulheres, homens e travestis profissionais do sexo, na ONG em que eu trabalhava em Porto Alegre. Fundada em 1989, foi a segunda organização não-governamental formalmente reconhecida como ONG/Aids no Brasil, depois da fundação da primeira delas em São Paulo (em 1985). Um grande projeto havia sido aprovado, e com ele nossas ações, de campo, pesquisa e intervenção, além dos grupos realizados na sede da ONG, garantiam a possibilidade de serem qualificadas, ampliadas, e registradas de forma mais institucional. Chamávamos aquela fase de amadurecimento, de crescimento, de profissionalização.

Foi exatamente neste contexto que entrou em cena uma socióloga, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que trazia com ela não só a vontade de trabalhar conosco, mas também de transformar nosso trabalho em algo mais “acadêmico”. Sua primeira ação foi promover, em parceria com o Núcleo de Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde, da UFRGS, um curso com duração de um semestre, para que a equipe do Núcleo de Ação e Estudos da Prostituição, o meu, dentro da ONG, fosse capacitada teoricamente para o que já fazia na prática há três anos. Não que não lêssemos ou estudássemos diversos temas e autores (estavam na biblioteca e em nossos diálogos Foucault, Guatarri, Deleuze, Bourdieu, entre tantos), mas era preciso mais. Era preciso, dizia ela, entender antropologicamente e sociologicamente os meandros de nosso trabalho, de nossos grupos, de nossos projetos.

Ao mesmo tempo, também por intermédio da colega socióloga,

nossa equipe participou de Jornadas de Antropologia Visual, e fizemos um curso de formação em Antropologia Visual e da Imagem, sob coordenação da professora Cornelia Eckert, coordenadora do Núcleo de Antropologia Visual, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Das Jornadas e da formação, nasceu um pequeno documentário sobre travestis profissionais do sexo, e nossa trajetória como ativistas, militantes, “povo de ONG” estava mudada para sempre, depois da aproximação com a academia.

Não foi uma aproximação sem resistências, de ambos os lados; estranhamento, vocabulários, perspectivas, quanto havia de arestas para serem aparadas, até chegarmos a um entendimento possível? Chegamos, porém, e passamos, todos, a olhar com menos suspeição para quem, dali em diante, nos procurasse para realizar uma pesquisa, fazer um documentário, escrever uma tese. Não éramos inimigos, ativistas e acadêmicos, estávamos apenas trabalhando de formas diversas, ainda que muitas vezes com temas idênticos.

Em determinado momento de minha vida, precisei fazer a escolha entre um destes universos; ou permaneceria vinculada à Universidade, e concluiria uma graduação, ou qualificaria meu trabalho com cursos, treinamentos, formações de consultores, tendência da época. Em meados da década de 1990, o Banco Mundial e outras agências de fomento internacionais investiram grandes somas em dinheiro em acordos com o Brasil, para instituição, manutenção e aprimoramento do Programa Nacional de Aids do Ministério da Saúde. O Programa, em parceria com ONGs e movimentos sociais diversos, especialmente ligados aos direitos dos homossexuais, financiou projetos de prevenção e educação, realizando vários cursos de formação pelo país, visando qualificar e profissionalizar ativistas para o trabalho com Aids e seus desdobramentos, a partir da identificação de “populações específicas” (chamados, na emergência da epidemia de “grupos de risco”). Escolhi o último caminho, e forjei minha trajetória profissional mesclando militância, ativismo, engajamento em ONGs, grupos, movimentos sociais vários, deixando a academia para mais tarde. No campo da Aids, dentro do grande eixo da saúde pública, minhas especializações foram feitas em Elaboração e Gerenciamento de Projetos, Formação de Multiplicadores, Ações para Profissionais do Sexo, Desenvolvimento Institucional e Aids e Mulher (entre os anos de 1993 e 2002)

Posteriormente, retomei uma trajetória acadêmica que havia sido interrompida, e ingressei no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde desenvolvi

pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre representações de relações homoafetivas entre mulheres e alguns espaços de sociabilidade lésbica em Porto Alegre. Um desdobramento desta pesquisa foi meu projeto inicial de Mestrado, no qual ingressei em 2008, mas por fim se deu a escolha de pesquisar especificamente os movimentos de lésbicas e feministas, suas interlocuções, e trajetórias de ativistas. Não retornei ao campo ativista/militante, em qualquer área, até encontrar a possibilidade de um ativismo acadêmico, no sentido de produzir conhecimento e saberes de forma comprometida com as transformações sociais.

Em 2009, me vi fazendo algum tipo de viagem “de volta para o futuro”, ao entrar em campo para a pesquisa de minha dissertação para o Mestrado em Antropologia Social, batendo à porta de grupos, associações, movimentos, coletivos, ONGs, em busca de informações, dados, trajetórias, histórias de vida e ativismo, no campo dos movimentos lésbico e feministas de Porto Alegre, RS. Para algumas, eu estava de volta, antiga companheira de lutas e ativismos; para outras, eu era só mais uma acadêmica, uma pesquisadora, querendo uma aproximação não comprometida ou militante, mas meramente investigativa.

Depois de um afastamento dos movimentos sociais por oito anos, eu voltava a pisar em território conhecido, mas nem por isso facilmente reconhecível. A minha trajetória, o meu caminho, ao mesmo tempo em que se parecia com as trajetórias e caminhos de minhas interlocutoras, também guardava diferenças com elas, e esta pesquisa, esta dissertação, é muito sobre isso também.

1.2. Cadê o campo que estava aqui?

Durante a elaboração de meu projeto de pesquisa, no primeiro ano de mestrado, realizei um mapeamento de grupos dos movimentos sociais que eram o objetivo da pesquisa, quais sejam, lésbicos e feministas, na cidade de Porto Alegre. Qualifiquei meu projeto em agosto de 2009 com quatro grupos selecionados para realizar a pesquisa, constituída sobre dois eixos: grupos institucionalizados e grupos autônomos.

A escolha destes dois eixos de abordagem dos movimentos sociais se apoia nas proposições de Ilse Scherer-Warren (2008), sobre a necessidade de se diferenciar

organizações não-governamentais, estruturadas de forma geral hierarquicamente, contando com financiamentos nacionais e internacionais, sejam estes privados ou públicos, de outras formas associativas nas quais os sujeitos possam agregar suas reivindicações e exercer seu ativismo de maneira mais autônoma e independente, não só politicamente, mas também financeiramente.

Dentro destes dois eixos, encontrei articulações em redes de relações sociais¹ já no início do mapeamento, quando localizei grupos feministas e lésbicos filiados à ABGLT², e outros sem filiação alguma às redes formais. Aliás, analisar teórica e metodologicamente os processos de subjetivação de indivíduos e grupos, a partir da perspectiva de redes sociais, tem sido uma referência importante no NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, do Laboratório de Antropologia Social da UFSC, sob coordenação da professora Miriam Grossi.

Nessa perspectiva destaco os estudos de Dina Mazariegos (2009) sobre os processos de intelectualização de mulheres maia da Guatemala, que ao acessar carreiras acadêmicas deixam seus grupos de origem, trajetória esta vivenciada pela própria pesquisadora, o que inspira meu próprio trabalho na perspectiva de aproximação e distanciamento com universos de certa forma “conhecidos” por mim.

A experiência de retornar a cidade de Porto Alegre para iniciar uma nova etapa de pesquisa voltada agora para o desenvolvimento da etnografia em um tempo mais longo e contínuo (segundo semestre 2009) conheceu alguns percalços que exigiram uma reflexão atenta sobre a fugacidade desses movimentos ou, por que não, sobre o deslocamento constante dessas alteridades. Essa grande dificuldade se traduz no fato de que, ao retomar os contatos feitos previamente, com três dos quatro grupos selecionados, eles haviam “se desmanchado no ar”, para brincar com a frase citada por Karl Marx, também título do livro de Marshall Berman (1982)³. Destes, dois grupos eram institucionalizados, e um deles autônomo, assim definidos nas

¹ Para o conceito de redes sociais recorremos aos estudos de: 1) Larissa Lomnitz (1994) desenvolvidas no México e no Chile sobre redes horizontais de intercâmbio recíproco e relações verticais em estruturas e processos macro-sociais; 2) os estudos de redes sociais tal como proposto por Gilberto Velho (1981) no campo da antropologia urbana ou de sociedades complexas que se refere a importância da metodologia da rede de relações sociais (network).

² Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, fundada em 1995, reúne grupos, ONGs e demais expoentes dos movimentos organizados pelos direitos dos sujeitos listados em sua sigla. Em junho de 2010, agrega aproximadamente 235 organizações em sua rede.

³ Publicado em 1982 pela Companhia de Bolso, Lisboa.

informações encontradas sobre eles na internet e colhidas também entre minha rede de conhecidos em movimentos sociais.

É preciso considerar que os grupos componentes de todo e qualquer movimento social, quer integrem redes ou não, quer atuem de forma associativa formal ou independente, estão inseridos nos processos históricos de mudanças pelas quais passam as cidades, as territorialidades, os indivíduos e os grupos nas diversas esferas e estruturas da vida social. É nessa dinâmica própria das sociedades complexas que se inserem os movimentos feministas, inclusive no que tange à absorção de diferenças dentro de um contexto de identidade feminina. As segmentações e rupturas verificadas no âmbito desses movimentos já haviam sido apontadas por Heloísa Pontes (1986):

“(…) Entretanto, não se pode desconhecer que a dinâmica deste movimento é marcada por um processo ininterrupto de criação de oposição e segmentação entre os vários grupos que o constituem. Lutam para o reconhecimento da condição específica das mulheres mas, simultaneamente, se organizam para assimilar as diferenças entre os seus segmentos internos.” (Pontes, 1986, p.75).

O que constatei em minha volta ao campo dos movimentos lésbico-feministas de Porto Alegre é que os grupos anteriormente mapeados haviam se dissolvido no curto espaço de tempo que transcorrerá entre o levantamento inicial do campo a ser estudado e o início desta pesquisa de campo. Não cabe aprofundar em demasia aqui se se trata de dissolução claramente definida destes grupos, ou se a ausência deles no campo político feminista se devia a uma inatividade temporária dos mesmos. Para entender este fluxo político sigo a interpretação de René Lourau, que reflete de forma precisa a esse respeito: “O movimento, ou força de auto-dissolução, está sempre presente na instituição, embora esta possa ter a aparência de permanente e sólida” (Lourau, 1993, p. 13).

Para a realização de minha pesquisa, então, restara um grupo lésbico-feminista, dos quatro previamente selecionados. Era um grupo autônomo, com a proposta de radicalizar as

militâncias, sobretudo a militância lésbico-feminista. Em outubro de 2009, ao buscar contato com este grupo, fiquei sabendo que suas principais lideranças estavam fora do país, para atividades de lançamento de um livro, reunindo textos, artigos, ensaios, discussões, realizados pelo grupo e suas ativistas, e publicados originalmente em um blog⁴. Meu contato por *web* foi muito bem sucedido, pois logo recebi um email de retorno, convidado para um evento feminista autônomo que aconteceria em breve.

Parte do problema de não ter encontrado em campo um movimento político tal qual havia imaginado estava resolvido, porque havia um grupo autônomo que tinha disponibilidade em estabelecer um diálogo comigo. Ainda faltava, porém, encontrar grupos no segundo eixo de meu projeto, o dos movimentos institucionalizados, e eu ainda me perguntava, enquanto realizava leituras, e aprofundava questões teóricas da pesquisa, onde teriam ido parar os grupos lésbico-feministas que estavam tão bem mapeados no projeto.

A resposta estava nas redes de antigas colegas de ativismo, nos espaços ocupados por lésbicas, feministas, pesquisadoras, ONGs, manifestações. Percorrendo estes caminhos, marcados pela vida urbana, encontrei as “mulheres em movimento (s)” que eu buscava, e com elas, percebi a amplitude e heterogeneidades dos discursos e práticas sociais relativas à lesbianidade dentro do feminismo de Porto Alegre.

1.3. Porto Alegre: uma cidade “movimentada”

Uma cidade não pode jamais passar despercebida, quer estejamos de passagem por ela, quer nela vivamos, quer nela estejamos realizando uma pesquisa. O sentido de pertencimento à determinada cidade ou seus espaços poucas vezes terá ligação direta com o contexto de origem geográfica, estando mais ligado as memórias, as afetividades, as experiências

4

Blogs são espécies de diários virtuais, podendo ser públicos ou privados, mantidos em locais de hospedagem na internet, e variam em forma e conteúdo, podendo ser utilizados para divulgar serviços, produtos, ideias, ou apenas para expressar individualmente o que pensam seus autores e autoras. A principal diferença entre em blog e um site é que na maioria dos casos, blogs são gratuitos e contém ferramentas de edições mais simples de serem utilizadas. Apesar de haver muitos serviços de desenvolvimento gratuito de sites, os blogs seguem sendo a ferramenta mais utilizada por quem não tem domínio aprofundado da rede de computadores. No caso deste grupo, o blog é um espaço de divulgação de atividades, ideias, textos, ensaios, fotos, notícias, projetos de grupos autônomos, tanto nacionais quanto internacionais, além de relatar também as reuniões do grupo.

vivenciadas em suas regiões morais e/ou territórios sociais (Gilberto Velho, 1981). Porto Alegre, local geográfico de realização desta pesquisa, pode ser definida de muitas maneiras: como capital do estado do Rio Grande do Sul, como a cidade onde morei durante treze anos e à qual nunca me senti pertencendo, como uma cidade politizada, sede de grandes acontecimentos políticos, históricos, transformadores.

Perseguir os espaços de uma cidade para encontrar alguns de seus personagens, neste caso aqui militantes feministas lésbicas pressupõe não apenas o saber para onde se vai, o que se busca, mas também o permitir-se uma certa indiferença, um que de despreocupação com os sons, os cheiros, as cores, os ritmos da cidade, para ser aos poucos tomada por tudo isso, e então, tornar-se parte da cidade, com tudo que isso significa. A cidade não pode passar despercebida, mas nem tudo que há nela pode nos impactar na mesma medida, sob risco de nunca nos identificarmos com coisa alguma. Sem certa dose de familiaridade, não penso ser possível estranhar o que se vê, e se pode ter como “conhecido”.

Como pontua Colette Petonnet (2008, p. 101), “uma infinidade de desconhecidos não suscita tradicionalmente o interesse do etnólogo”. Assim, dentro dos fenômenos urbanos, estão os sujeitos que podem ser conhecidos ou desconhecidos, reconhecidos ou estranhados, uma vez que eles mesmos se movem dentro de processos contínuos de potenciais metamorfoses, agindo em campos diversos de possibilidades socioculturais, variando seus pertencimentos e identidades, conforme descrito por Gilberto Velho (1994).

Também, como apontou Georg Simmel (1979), deve-se entender os fenômenos sociais não a partir de seu conteúdo, mas de suas formas, já que somente através delas é que temos a manifestação social de ações vividas cotidianamente. A cidade, deste modo, é geografia e trajetória, indivíduos e coletivos, constantes transformações de seus estilos e modos de existir.

Durante o campo etnográfico, percorri muitas vezes o mesmo trajeto geográfico em Porto Alegre, entre minha casa e os locais de encontro com as ativistas, como a sede de alguns grupos. Em nenhuma dessas ocasiões encontrei a mesma cidade, a mesma avenida, o mesmo lugar. Nenhuma caminhada pela cidade é inocente, conforme elucidado por Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2001), e certamente, meu

estado de espírito foi muitas vezes afetado pela ambiência, pelas interações banais ou encontros com conhecidos, pelo “clima gaúcho” podendo ocorrer no mesmo dia, mudanças bruscas de temperatura. Não poderia ser diferente, se tomo em conta o que propõe as autoras:

“O personagem baudelairiano, o flâneur, caminha na cidade: um percurso sem compromissos, sem destino fixo. O estado de alma deste personagem-tipo é de indiferença, mas seus passos traçam uma trajetória, um itinerário que concebe a cidade, o movimento urbano, a massa efêmera, o processo de civilização. Logo, esta não é uma caminhada inocente. A cidade é estrutura e relações sociais, economia e mercado; é política, estética e poesia. A cidade é igualmente tensão, anonimato, indiferença, desprezo, agonia, crise e violência.” (p.1)

Minha pesquisa de graduação⁵ foi também realizada na cidade de Porto Alegre, e versava exatamente sobre as formas de sociabilidade e práticas culturais nas interações sociais em grupos urbanos. Partindo da perspectiva da vida cotidiana e das trajetórias de vida de mulheres auto-identificadas como lésbicas, investiguei suas experiências homoafetivas nos diferentes lugares do viver na cidade. A escolha da cidade de Porto Alegre para a realização do campo da pesquisa partia também da motivação de me inserir em um contexto social já estudado por minha orientadora, Miriam Pillar Grossi (1988). Por ocasião de seu programa de doutoramento, Miriam Grossi realizou vasta pesquisa sobre a atuação do movimento feminista nos anos 1970 e 1980, tratando das conquistas alcançadas por este na capital do Rio Grande do Sul (como os serviços de atenção à mulher vítima de violência). Em sua tese defendida na Université de Paris V, reconstituiu historicamente o surgimento do movimento feminista em Porto Alegre, apontando para a importância destes nas transformações de valores e da condição da mulher naquele contexto (entre o fim dos anos 1970 e início dos 1980), e também para os processos de formação e dissolução de grupos. Explicita a autora em seu estudo:

⁵ “Entre casas e ruas, os sentidos das formas sociais nas relações homoafetivas: etnografia nos espaços de sociabilidade na cidade, a partir da trajetória de mulheres (Porto Alegre/RS).” Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2007.

“Cette histoire comprend le mouvement féministe à Porto Alegre entre 1976 et 1982: période de formation et dissolution des regroupements ‘gauchos’. Malgré sa durée limitée dans le temps, cette mouvance féministe a forcé le changement des valeurs et de la position de la femme dans la société du Rio Grande do Sul, qui se caractérisait traditionnellement comme ‘terre de machos’” (p.101)⁶

Apesar do foco de sua tese ser a questão da violência contra a mulher e as mobilizações que culminaram com o surgimento de um serviço específico de atendimento às demandas relativas a isso (SOS Mulher), é fundamental para a minha pesquisa retomar a trajetória do movimento feminista no RS, e estabelecer paralelos entre aquele momento inicial e o atual, 30 anos depois.

Miriam Grossi (1988) mapeia a existência de alguns grupos feministas de Porto Alegre neste período. Aponta que o primeiro grupo a aparecer publicamente, em 1977, foi o *Costela de Adão*, e que este se caracterizava pelo que na época se chamava de “reflexão”. O grupo era composto por jovens estudantes universitárias – algumas auto-reconhecidas como lésbicas – e publicava um pequeno boletim com reflexões teóricas sobre diversos temas. Já em 1978, logo após a promulgação da Lei da Anistia, outro grupo é criado, o *Movimento pela Libertação da Mulher* (MML). Este grupo era bem maior e aberto, e se caracterizou por integrar mulheres de diferentes movimentos sociais e algumas mulheres que voltavam do exílio no exterior. Fortemente marcado por um projeto “de esquerda”, o MML dedicava-se, sobretudo ao ativismo junto a mulheres de camadas populares. No ano seguinte, 1979, ocorreu a primeira divisão no MML, e um grupo, acusado de ser mais “burguês” (composto por mulheres de camadas médias, intelectuais, professoras e estudantes),

6

“Essa história compreende o movimento feminista em Porto Alegre entre 1976 e 1982: período de formação e dissolução dos reagrupamentos ‘gaúchos’. Apesar da duração limitada no tempo, essa movimentação feminista forçou a mudança de valores e de posição da mulher na sociedade do Rio Grande do Sul, que se caracterizava tradicionalmente como ‘terra de machos’” (Miriam Grossi, 1988, p.101)

criou o Ação Mulher. Este novo grupo, além de produzir debates e publicações, foi o responsável pela criação do SOS Mulher de Porto Alegre no início de 1980.

Por fim, é também neste momento e contexto, em 1980, que surge o grupo Liberta, formado por jovens estudantes militantes de orientação trotskista, e que tinha como foco ações feministas no âmbito da universidade, promovendo inclusive a invasão da moradia estudantil masculina, até então proibida às mulheres.

Trinta anos se passaram desde a promulgação da Anistia em 1978 e início da retomada democrática no Brasil, marcada pelas eleições indiretas em 1982. As mudanças no cenário político refletiam a forma de organização e atuação dos movimentos sociais no país, dentre os quais os movimentos feministas.

Revisitar, então, o contexto de estudo desta pesquisadora, também minha orientadora, me permitiu o aprendizado do tema e objeto em outro momento histórico e desafiou ao conhecimento etnográfico na atualidade desse processo social, tratando das transformações e/ou continuidades das políticas e projetos desses movimentos sociais.

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, se despediu do século XX reconhecida como uma cidade caracterizada por administrações municipais de esquerda. Nesse cenário há igualmente as conquistas históricas dos dois movimentos, tendo a cidade sido pioneira em garantia de direitos de homossexuais, e também por contar com uma rede ampla de atenção à mulher, na área da saúde, saúde reprodutiva, casos de violências, formação de Promotoras Legais Populares, além de ter um dos mais antigos Conselhos Municipal dos Direitos da Mulher em atuação no Brasil.

Segundo análise da antropóloga Aline Bonetti em sua dissertação de mestrado (2000), o programa de formação de Promotoras Legais Populares foi iniciado pela ONG Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, fundada em 1993, e visa capacitar legalmente mulheres que sejam lideranças comunitárias em assuntos vinculados aos direitos humanos das mulheres e estrutura do Estado, buscando o exercício da cidadania e a multiplicação de informações. A “Metodologia Themis de Acesso à Justiça” já formou outras cinquenta e quatro (54) ONGs brasileiras para a capacitação de mulheres como Promotoras Legais Populares. Este programa se alinha à forte presença ativista feminista em Porto Alegre, desde os anos 1970, como demonstrado anteriormente por outras pesquisadoras.

Como apontou Miriam Grossi (1988), a capital do Rio Grande do Sul foi uma das primeiras cidades do Brasil a ter grupos feministas

organizados, e contou desde 1980 com diferentes serviços de atendimento específico para casos de violências: SOS Mulher (formado em 1980), Delegacia da Mulher (criada em 1986), Serviço de atendimento jurídico através da THEMIS (a partir de 1993). Do mesmo modo, a participação de mulheres no campo da política institucional em Porto Alegre é bastante significativa e está relacionada com a tradição do movimento feminista, estudada por Miriam Grossi e Sônia Miguel (2001), de ter ativistas oriundas de militâncias político-partidárias em suas fileiras. Estas trajetórias estão analisadas posteriormente neste trabalho, especialmente nas trajetórias de mulheres ligadas às redes de movimentos institucionalizados.

Também foi em Porto Alegre que teve lugar o primeiro Fórum Social Mundial, articulação de movimentos sociais predominantemente de esquerda, em 2001, na esteira de governos municipais eleitos por alianças entre partidos esquerdistas a partir de 1988. Este fato, de ser reconhecida internacionalmente como “capital do Fórum Social Mundial” é determinante também para a realização de atividades contraditando o modelo contemporâneo do Fórum, como explícito aqui no capítulo sobre as Redes Autônomas.

No ano de 1988, a eleição de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores, deu início a série de governos municipais constituídos por alianças de partidos de esquerda, alinhados em torno do PT, acima já referido, em Porto Alegre. Essa sequência durou quatro gestões, ou 16 anos, e marcou definitivamente algumas mudanças no cenário regional e nacional, pelo ineditismo do fato, sem repetição de nominatas (isto é, não houve reeleição de nenhum dos prefeitos e vices, havendo uma nova candidatura a cada quatro anos, mantendo-se apenas o que se denominava “Frente Popular”), e pelas ações propostas no campo das políticas públicas e de articulações com movimentos sociais.

No campo dos movimentos sociais voltados aos direitos LGBT⁷, a cidade também é cenário de atuação de diversos

7

Há variações na sigla que define o movimento que até meados dos anos 90 era chamado de “movimento homossexual” (ou movimento gay), mas após a I Conferência Nacional GLBT, realizada em Brasília/DF em 2008, pactuou-se que formalmente, no Brasil, a designação para todos os temas referentes à diversidade sexual e identitária de gênero seria

grupos, responsáveis por garantias legais importantes, como o Artigo 150 da Lei Orgânica Municipal, pioneiro no Brasil. Em seu texto, alterado em 1990, o Artigo 150 prevê penalidades diversas, de multa à cassação de alvará, de estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas que pratiquem atos de discriminação racial, de gênero, étnica, religiosa ou por orientação sexual em todo o município de Porto Alegre.

A emergência de novos grupos, ONGs e a fundação da ABGLT trouxe mudanças importantes para Porto Alegre e as lutas de lésbicas, gays, travestis e transexuais, ampliando a visibilidade de ações, deslocando o foco da questão primária de prevenção de DSTs e Aids, e reordenando as forças em jogo. Durante quatro anos, por exemplo, Porto Alegre contou com duas Paradas Livres. A Parada Livre é realizada na cidade, oficialmente, desde 1997, e era originalmente organizada pelo Grupo Nuances – Pela Livre Expressão Sexual. Posteriormente, em 2005, o surgimento de um novo grupo, filiado à ABGLT (em oposição ao Nuances que não tem filiação), e com financiamentos governamentais de grande porte, gerou uma divergência no movimento na cidade, acarretando a realização de duas paradas, uma de movimentos não filiados à ABGLT e outra dos filiados. Este formato foi mantido durante os anos de 2005, 2006, 2007 e 2008.

No ano de 2009 foram realizadas três delas: uma para marcar o dia 28 de junho⁸, outra apenas de mulheres, nas atividades que marcaram o dia 29 de agosto⁹, e por fim a Parada “oficial”, realizada em outubro, congregando homens, mulheres, movimentos autônomos, movimento negro, movimentos anarco-punks e movimento estudantil.

Nesta cidade, muito “movimentada”, eu dei início à pesquisa, invertendo o plano inicial do projeto, de pesquisar grupos lésbicos no interior do movimento feminista, e comecei por um grupo feminista tradicional, institucionalizado, sediado no centro da cidade, e que reunia

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (o que incluiria travestis e transexuais). Apesar disso, a utilização da sigla LGBTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros continua sendo vista. Em 2010, há novas discussões que visam a inclusão de mais uma letra na sigla, a “I”, para indivíduos Intersexos, já incorporados internacionalmente.

⁸ Em 28 de junho de 1969, conflitos entre policiais e frequentadores do bar Stonewall Inn em Nova Iorque, Estados Unidos, deram origem à uma série de manifestações contra o preconceito e a discriminação, tornando-se um marco na defesa dos direitos de homossexuais. A data é celebrada até hoje como Dia do Orgulho Gay, embora tenha recebido diferentes denominações e significados pelo mundo nos últimos quarenta anos.

⁹ Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, instituído em 1996, porque nesta data foi realizado, no Rio de Janeiro, RJ, o primeiro SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas, embrião do que seria depois a Liga Brasileira de Lésbicas e suas articulações no Brasil.

em suas fileiras ativistas “das antigas”. Esta é uma expressão que encontrei muitas vezes em campo, na fala de minhas interlocutoras, que acionam a categoria de antiguidade no movimento feminista a fim de demarcar diferenças com ativistas mais jovens e com outras reivindicações que não aquelas que foram recorrentes nos anos 70 e 80. Essas mulheres têm trajetórias que contemplam a passagem por outros vários grupos, associações, movimentos, nos últimos vinte anos pelo menos. Depois, eu teria um encontro com os movimentos autônomos, e passaria os dois últimos meses da pesquisa acompanhando paralelamente as atividades no interior dos dois eixos (institucionalizado e autônomo) e suas redes.

1.4. Mulheres, movimentos, uma cidade, uma pesquisadora, teorias: se está tudo aqui, é hora de trabalhar!

Joan Scott (1999) declara, a respeito da experiência como categoria: “Experiência é, ao mesmo tempo, já uma interpretação e algo que precisa de interpretação” (p.48). Início por esta citação algumas considerações acerca do contexto, da metodologia e das circunstâncias de realização de minha pesquisa. Ao alertar para a atenção que se deve ter para o caráter reificador e essencializador de uma certa verdade desvelada a partir da experiência, Joan Scott diz que esta, porém, faz parte da linguagem cotidiana, e termina servindo para “se falar sobre o que aconteceu”.

Descrevo de forma mais apurada os parâmetros, situações e instâncias da realização da pesquisa nos capítulos seguintes, mas ressalto aqui as premissas básicas para que ela tenha acontecido.

A princípio, cabe um questionamento a respeito do caráter dos movimentos sociais no Brasil contemporaneamente, onde, a partir dos anos 90 do século XX pode-se verificar uma crescente institucionalização dos mesmos, transformação em organizações não-governamentais formalizadas para garantia de recursos financeiros, entre outras mudanças. Com isso, parte-se aqui da questão investigativa sobre o que são esses movimentos hoje, e como atuam. Com a crescente mobilização em torno de questões de gênero, a ampliação do chamado “feminismo acadêmico”, as conquistas relativas à atenção às mulheres

vítimas de violência, os interesses de pesquisadores e pesquisadoras também se voltaram para estudar esses fenômenos e seus desdobramentos sociais.

Como proposto por Joana Maria Pedro (2008), muitas tensões permearam os grupos ligados ao movimento de mulheres e ao movimento feminista, como o impasse entre manter a militância envolvida em atividades como manifestações, atuação direta junto às camadas populares e formação de grupos de consciência ou então participar do governo, ampliando assim o debate, nos anos 80 e início dos 90, sobre como manter a autonomia, tão importante para o feminismo. Estas tensões foram e permanecem sendo foco de atenção de pesquisadores e pesquisadoras no campo acadêmico. Assim também com estudos sobre o movimento homossexual organizado ou o movimento negro, que encontram cada vez mais espaço de debates e pesquisas, sejam estas acadêmicas ou de outros grupos que trabalham com estes temas.

Em seu artigo a respeito das questões geracionais no bojo dos movimentos feministas, Miriam Grossi (1998) reflete não apenas sobre as mulheres envolvidas em diferentes épocas com a militância feminista, mas também sobre as mudanças que o próprio movimento experimentou entre os anos 60/70 e os 90/2000, elencando algumas dessas mudanças a fim de demonstrar porque um crescente número de mulheres se envolveu com as temáticas feministas de forma ativa durante os anos 90, fazendo com o que o movimento deixasse de ser “um movimento identificado apenas com mulheres de uma única geração” (p.286).

Segundo a autora, dois dos fatores determinantes para a emergência daquelas a quem denominou “novas feministas” são: a possibilidade de obter formação política e acadêmica no campo de estudos de gênero e a institucionalização das lutas das mulheres (com a criação de serviços de atendimento, por exemplo). Além do protagonismo fomentado e aprimorado nos espaços de ativismo acadêmico, a autora também aponta para o aumento da necessidade de reconhecimento de novas identidades associadas ao feminismo, como no caso de mulheres que reivindicam seu status como feminista, mas também como lésbica, e também como negras, uma característica bastante presente nesse fluxo de “renovação” dos movimentos feministas.

Essas reflexões sobre o feminismo e seus diversos formatos de movimentos estão presentes também em Marilyn Strathern (2008), quando a autora demonstra que tanto as ciências sociais como os debates feministas contemplam diversas perspectivas, e que

especialmente o último campo é pleno de múltiplas possibilidades em sua base, e que isso emerge de sua característica de interdisciplinaridade e competitividade entre suas abordagens internas. Diversas posições e posturas encontram espaço, e se é fato que não se juntam como um todo, são mantidas de forma coesa no interior dos debates. Diferentemente do campo das ciências sociais, diz Marilyn Strathern, a construção de conhecimento feminista não se dá no sentido de obtenção de cânones, mas de construção de interesses externos, ligados ao mundo social no qual as mulheres e as pesquisadoras feministas estão inseridas. A criação de outra ocorre fora do “nós”.

A autora aponta para a existência de diversos tipos de “feminismos”, permeados por diferenças teóricas, compostas de referências cruzadas. No entanto, nenhum ponto de vista, segundo ela, é individualmente auto-reprodutivo, e todas as posições no bojo do debate contém a base teórica de todas as demais. O feminismo, diz ela, está situado no próprio debate. Com isso, ela refere que aquilo que podemos chamar de movimento feminista, ou as organizações de mulheres, são sensíveis às suas questões, mas também a outras, como sexualidade e etnicidades.

Porém, parece haver um vácuo no estudo das redes formadas por movimentos diversos, suas articulações e conjugação de demandas, como no caso apresentado aqui, onde além das questões pertinentes ao feminismo ativista, estão articuladas questões relativas às demandas de lésbicas, como, por exemplo, no que tange uma maior visibilidade de suas especificidades e inserção ampliada em alguns fóruns (e isso, cabe ressaltar, não é uma questão específica relativa aos movimentos feministas, mas também ao movimento LGBT), como os conselhos de direitos das mulheres. É exatamente neste vácuo que a pesquisa por mim realizada buscou se inserir, no sentido de descortinar essas redes e articulações, e verificar de que maneira a atuação destes grupos contribui (se contribui) para mudanças sociais significativas¹⁰.

10

A partir de minha atuação no NIGS pude me aproximar de diversos pesquisadores e pesquisadoras tanto da área da Antropologia quanto dos estudos de gênero, sexualidades e diversidades no campo da Educação, Sociologia, História, Direito, e estar inserida em projetos variados dentro do espaço de formação, pesquisa e extensão que o Núcleo propicia permite que

Esta experiência, retomando a ideia de Joan Scott, serviu para dar maior embasamento teórico, metodológico e científico ao desenvolvimento dessa pesquisa, buscando adensá-la, sobretudo no campo de interpretação da Antropologia.

Também trabalhos de dissertação de mestrado orientados pela Profa. Miriam Grossi e desenvolvidos no âmbito das propostas conceituais e teóricas do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (UFSC), foram fundamentais para tecer um diálogo interpretativo das questões apontadas contemporaneamente sobre a vida política, as relações de gênero, os direitos humanos, as condições de vida, etc. em Porto Alegre. Nesse ínterim destaco o estudo de Martina Ahlert (2008) que trata da política local petista e o protagonismo de mulheres em programas governamentais, assim como o estudo de Aline Bonetti acima citado (2000).

Assim, para a realização desta pesquisa, dentro do campo da Antropologia, foram utilizados instrumentos teóricos e práticos, dentro do que se poderia denominar “método etnográfico”, ou método para se chegar à elaboração de uma etnografia acerca de determinado tema ou objeto, partindo da experiência da pesquisadora em campo, e no âmbito relacional desta experiência com o “outro”, aqui, especificamente, “outras”, que são as sujeitas da pesquisa.

Dividida em três momentos a princípio, a pesquisa foi desenvolvida unindo o campo teórico e empírico, durante os quatro meses de sua duração. Em um primeiro momento, realizei a revisão da literatura disponível sobre movimentos sociais feministas, gênero, sexualidades, homossexualidade feminina, enfatizando as pesquisas antropológicas realizadas nesses campos. Este momento perpassou os outros dois, de forma contínua, e não se encerra mesmo com a escrita da dissertação.

No segundo e terceiro momentos, em campo, realizei observações tanto de atividades quanto de formas cotidianas de atuação e organização dos grupos pesquisados, participei de encontros, debates, simpósios, conferências, elaborando as informações coletadas e complementando-as com as entrevistas realizadas com ativistas, militantes, pesquisadoras e coordenadoras de grupos, coletivos, associações e movimentos diversos que compõem as redes encontradas.

Todos os momentos junto aos grupos e suas ativistas foram registrados em diários de campo, notas, relatórios, e

posteriormente agregados às entrevistas (gravadas e transcritas). No caso das entrevistas abertas que seguiam roteiro semi estruturado, estas buscaram compreender de que forma as participantes dos grupos significam e representam suas trajetórias como ativistas, feministas, lésbicas, negras, trabalhadoras rurais, sociólogas, e todas as demais categorias identitárias acionadas por elas.

São consideradas como entrevistas, aqui, aquelas que tinham um roteiro pré-estabelecido, semi-estruturadas, e que foram gravadas. Neste formato, foram realizadas oito entrevistas em profundidade. Outras conversas, informais, não gravadas, mas que renderam pontos importantes sobre as ativistas, suas trajetórias e suas ações dentro dos movimentos também estão inseridas no material de campo analisado e aqui utilizado. As entrevistas formais foram transcritas e as informais registradas da forma mais próxima da formulação discursiva feita pelas interlocutoras em meu diário de campo.

As observações e participações que fiz seguiam o que havia estabelecido em meu projeto, resguardando o caráter público das atividades realizadas pelos grupos (reuniões, fóruns, marchas, congressos), desde que eu tivesse permissão para estar com elas e entre elas, tentando interferir o menos possível nas resoluções ou discussões entre as ativistas.

Minha presença foi desde o começo situada para todas, autônomas e institucionalizadas, feministas e lésbicas, como o que ela era, de fato: a presença de uma pesquisadora, que havia elaborado um projeto, tinha uma ideia de pesquisa a realizar, e estava naquele contexto para observar e participar com limites bem definidos.

Por escolha minha, optei por restringir, como disse, a pesquisa aos espaços e momentos públicos, e estes acabaram por se revelar muito esclarecedores, e em alguns casos, mais informativos e profundos do que as primeiras entrevistas. A pergunta que mais queremos ver respondida, como sabemos, pode ser aquela que jamais faremos, e para a qual obteremos a resposta de forma inesperada. Nem sempre é hora de perguntar, como disse William Foote-White (2005), em seu trabalho sobre redes em um bairro italiano em Chicago:

“Às vezes ficava pensando se simplesmente estar parado na esquina seria um processo

suficientemente ativo para ser dignificado pelo termo ‘pesquisa’. Talvez devesse fazer perguntas a esses homens. No entanto, é preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, e também que perguntas fazer.” (p.303)

Problematizar o campo, desde o momento da entrada até a saída, é condição para pensar a escrita e suas implicações. Pensar os limites de quem pesquisa e de quem é pesquisado, assim como as possibilidades de imersão no contexto dos grupos, encontra embasamento nas reflexões de Vagner da Silva (2000) sobre o campo e o trabalho etnográfico:

“Assim, se no modelo clássico de etnografia a observação participante surgiu como condição para a realização de um trabalho genuinamente científico - “uma técnica de pesquisa” -, recentemente questiona-se o quanto a experiência da alteridade poderia ser melhor compreendida se esta “técnica” fosse pensada também como um objeto do saber etnográfico e não apenas uma condição de construção das etnografias. O mito do pesquisador de campo como um “fantasma” (...) que não afeta e não é afetado pelo cotidiano que compartilha com seus interlocutores, ou ainda como um herói da simpatia e da paciência, cuja missão é “humanizar” o outro, esquecendo-se de que ele também deve ser “humanizado” em suas fraquezas e omissões, parece agora exigir novas versões em que o pesquisador encontre um papel mais equilibrado e mais condizente com a situação real da investigação. Afinal de contas, “nativos de carne e osso” exigem “antropólogos de carne e osso (...)” (p.117-118)

Também Eunice Durham (1986), reflete sobre o tema, quando esta aponta que os processos de politização atingem igualmente os campos de pesquisa, e duplamente: de um lado, pesquisadores questionam o isolamento acadêmico, e de outro, os pesquisados cobram um maior engajamento e identificação política dos pesquisadores, que precisam descobrir novas formas de fazer a devolução de seu produto, seja em atuação, seja em forma de proposições políticas.

O que eu vi, ouvi, as experiências vivenciadas, as histórias que

me contaram ativistas lésbicas, feministas, lésbicas-feministas, suas trajetórias, as articulações de seus grupos e movimentos, é o que está inscrito nos capítulos seguintes deste trabalho. Estas experiências, este processo constituinte da Antropologia, no caso específico aqui da Antropologia Urbana, onde o outro poderia ser eu, e eu poderia ser o outro, o lugar em que o outro mora pode ser o apartamento ao lado, e os espaços de sociabilidade do outro podem ser também os meus, é muito do que trata este trabalho. José Guilherme Cantor Magnani (1996) levanta questionamentos a respeito da possibilidade da antropologia fazer pesquisa em metrópoles, utilizando-se das mesmas ferramentas ancestrais de trabalho, as mesmas que foram aplicadas junto a sociedades simples e “povos primitivos”. Ao que ele mesmo responde, seguindo o raciocínio de Claude Lévi-Strauss (1986), de que a antropologia continua não desprezando a relativização que só a presença do outro possibilita, permitindo, no “jogo de espelhos”, que o olho busque significados para o que parece exótico, anormal, perigoso.

Retomando o proposto por Colette Pétonnet (2008, p. 100), entendo que de fato a etnologia urbana ainda está por fazer, mas, como afirma a autora, “é preciso aceitar suas hesitações”, e ao aceitá-las, aceito o desafio da entrada neste campo de estudos de forma definitiva.

CAPÍTULO 2

“REBELDE DESDE LA RAIZ”

Neste capítulo estão descritas duas atividades realizadas pelo Grupo Lésbico-Feminista Radical Mulheres Rebeldes, ocorridas durante o desenvolvimento de minha pesquisa, e através da descrição destas atividades, está apresentada uma Rede de Movimentos Autônomos atuando em Porto Alegre. Também abordo aqui a trajetória do Grupo Mulheres Rebeldes e de sua principal liderança.

2.1. Mulheres Rebeldes – por uma autonomia coletiva

Descobri o grupo Mulheres Rebeldes através de redes sociais de blogs e sites de movimentos sociais, quando estava iniciando o mapeamento de grupos lésbico-feministas de Porto Alegre, para a escrita do projeto de pesquisa do Mestrado. No caso deste grupo, havia um site de design muito simples, na verdade um blog, espécie de diário virtual, hospedado gratuitamente em serviços nacionais e internacionais da rede de computadores, mas repleto de referências, textos, artigos, ensaios, e links para outros grupos, movimentos, manifestos, e também fotografias. Foi deste modo, também, que fiquei sabendo que uma de suas ativistas era uma fotógrafa argentina, naturalizada brasileira, e ela se tornou meu contato inicial com o grupo e com o que, mais tarde, se revelaria uma extensa rede social de movimentos autônomos em Porto Alegre.

Nas primeiras semanas em campo, enquanto realizava leituras e contatava outros grupos, inseri os artigos do blog do Mulheres Rebeldes entre o que tinha para ler, e muito rapidamente percebi o quanto seria produtivo me aproximar não apenas do grupo, mas da rede à qual ele pertencia, pois ele parecia ser uma referência no eixo dos movimentos autônomos mapeados.

No início de novembro de 2009, recebi um email, anunciando que seria realizado nos dias 28 e 29 do mesmo mês um Encontro Feminista Autônomo, chamado pelo Mulheres Rebeldes, mas organizado coletivamente por elas e outros movimentos identificados como independentes, autônomos, “radicais”. A proposta do Encontro parecia bastante simples: reunir mulheres das mais variadas vertentes ativistas, para discutir suas lutas de forma coletiva. No primeiro dia, um sarau, uma roda de discussão sobre as lutas de mulheres camponesas, um intervalo, outra roda de discussão sobre as lutas de mulheres

urbanas, e uma exposição de fotografias ao final do dia. Para domingo, o segundo dia, uma discussão coletiva sobre as lutas das mulheres. Como exposto no cartaz de divulgação (distribuído virtualmente, sem impressão), o Encontro marcava o dia Internacional de Luta contra as Violências contra as Mulheres, 25 de novembro¹¹ mas com uma perspectiva mais ampla.

Eu não tinha sequer ideia de onde ficava localizada a Comunidade Utopia e Luta, local de realização do Encontro. Ao procurá-lo, no centro de Porto Alegre, me vi precisando descobrir uma cidade que eu desconhecia, um outro centro da cidade, a fim de chegar no primeiro dia de Encontro Feminista Autônomo.

O sentido de “autonomia coletiva” defendida pelo Mulheres Rebeldes e outras ativistas, foi se tornando mais claro à medida que as discussões avançavam, e desde o começo do Encontro. Nos primeiros trinta minutos, foi realizada uma rodada de apresentação, onde cada uma das presenetas deveria dizer qual seu campo de ativismo, sua origem, se assim desejasse, e o que buscava no Encontro.

A apresentação foi o momento para todas as mulheres presentes afirmarem seus lugares de pertencimento. Ao dizer seu nome, e à qual movimento estava representando ali, cada uma pode demarcar seu espaço, e assim fui percebendo que havia também uma divisão espacial da sala onde estávamos reunidas, ficando três mulheres camponesas sentadas lado a lado, depois delas meninas jovens dos movimentos anarco-punks, a seguir duas representantes do coletivo feminista universitário, depois duas representantes das Mulheres Rebeldes, e nos últimos bancos, lésbicas que se identificaram como independentes, e no fim do grupo as que representavam outros movimentos, como o dos trabalhadores desempregados e resistência popular. Além de seus nomes e movimentos, a maioria das mulheres incluiu em sua apresentação outras

11

O dia 25 de novembro é demarcado como Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, tendo sido declarado pela ONU em 1999. Em 25 de novembro de 1960, três irmãs (conhecidas historicamente como “Las hermanas Mirabal”) foram assassinadas pelo governo ditatorial da República Dominicana, contra o qual lutavam junto à outras mulheres e homens, pela democracia e libertação de seu país. A data passou a ser lembrada no Caribe e na América Latina em 1981, após o I Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho.

informações como “lésbica”, “mulher negra de periferia”, “casada, mãe de dois filhos”, “também trabalho com tatuagens”. Formas de afirmar a diversidade e ao mesmo tempo demonstrar que era possível aquela reunião.

Depois da apresentação, teve início a roda de conversa e discussão sobre as lutas das mulheres camponesas, e a primeira delas a falar, integrante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Sem Terra, fez uma defesa veemente da articulação entre as demandas do campo e da cidade, da necessidade de unir esforços e trabalhar pelas mesmas causas, independente dos movimentos. Ela argumentou sobre o papel das mulheres ativistas na mudança de realidades sociais, contrapondo estas às que chamou de “feministas de gabinete e pesquisadoras”, as quais não teriam muito compromisso com movimentos e transformações. Sua fala, assim como a de outras mulheres depois dela, era muito marcada pelas noções de “agir”, “acabar com a separação de cada uma no seu movimento” e “unir esforços”.

Essa ideia de ação coletiva, de união de esforços, vai de encontro ao que Alain Touraine (2006) teorizou, ao tecer algumas críticas fundamentais para o entendimento dos movimentos sociais contemporâneos (ou, segundo ele, os que atuam na sociedade pós-industrial de forma geral), dizendo que “é necessário não aplicar a noção de movimentos sociais a qualquer tipo de ação coletiva”, i.e., é preciso diferenciar tipos de atuação, organização, e entender qual o papel desempenhado por diferentes tipos de associativismo ou agrupamento de indivíduos em torno de questões comuns. A crítica de Alain Touraine não é apenas quanto ao uso da categoria conceitual de movimento social, mas ao fato de não se considerar que esta categoria é uma construção social, e que varia de acordo com o período histórico, econômico, social em que está sendo aplicada, e para denominar que tipo de ação coletiva, ou, no limite, que espécie de movimento está sendo observado. Para ele, na sociedade pós-industrial, já não se pode mais pensar em movimentos sociais como se pensava antes da emergência do modelo comunicativo vivenciado na sociedade da informação.

De certo modo, o que questionava e defendia a representante das mulheres camponesas naquela tarde de sábado era exatamente isso: uma possibilidade de flexibilizar a noção de movimento social, clamando às “companheiras” presentes que se pensasse mais em ações coletivas, de fato, do que em se manter nos limites de seus movimentos sociais já reconhecidos, no campo ou na cidade.

A categoria “companheira”, utilizada pelas interlocutoras deste trabalho, remete às noções clássicas de movimentos sociais, sejam eles partidários ou não, desde que ligados de alguma forma à esquerda ou às reivindicações ideologicamente afinadas com esta tendência, denotando parceria, afinidade ideológica, confiança, lealdade, estar “do mesmo lado”. Há diversas variações ou complementações ouvidas em campo, como “companheira de armas”, “companheiras de lutas”, “companheiras de revolução”.

A utilização da categoria “companheira” sugere de algum modo uma retomada da visão essencializada das mulheres, como apontado por Teresa de Lauretis (1994), para quem o conceito de Gênero e suas derivações acabam por limitar a condição feminina e das mulheres, aprisionando-as em mecanismos de pouco potencial transformador de fato. Compreendo a noção de “identidade” proposta pelas mulheres feministas que acionam a categoria “companheira” como algo que equaciona a “igualdade” entre elas, mas, como apontou Sandra Harding (1993), é também papel do feminismo desconstruir a ideia de um homem essencial, universal, e por consequência, a ideia de uma mulher universal, essencializada, e comparável a qualquer outra, sem levar em conta os contextos nos quais estão inseridos os indivíduos. Ou, como também sinaliza Chantal Mouffe (1996), cabe às feministas a desconstrução de identidades essenciais (p. 104). A ocultação dos conflitos, disputas e relações hierárquicas entre mulheres foi a base da noção de sororidade entre as feministas dos anos 60, quando da emergência organizada de seus movimentos na Europa, e é esta noção que deve ser repensada, como apontou Elizabeth Fox-Genovese (1992), indicando que é preciso ir além da irmandade entre mulheres e avançar nas discussões existentes.

Por outro lado, no caso específico do meu campo de pesquisa aqui descrito, e mais diretamente ainda no que tange às feministas ativistas presentes no Encontro Feminista Autônomo, a diversidade entre elas dissolve qualquer noção de identidade estanque, e afirma a necessidade da diferença como propositiva e valiosa para suas lutas, apesar de serem todas “companheiras”.

A diversidade das mulheres no Encontro me fez elaborar algumas ideias que chamei de ruídos representativos

daqueles dias; os denominei ruídos porque quem olhasse de fora, pensaria que se tratava, apenas e tão somente, de grupos sem nenhum tipo de identidade entre si, e que jamais seriam capazes de transformar qualquer realidade, já que defendiam com afinco a autonomia, a independência, a rebeldia, o apartidarismo, e negavam todo e qualquer tipo de parceria com as “instituições”, fossem elas quais fossem.

Mas se a proposta era a de uma “autonomia coletiva”¹², em um Encontro realizado em um espaço (in) formal, ainda que denominado Utopia e Luta, e pretendia formalizar propostas de ação, já não estaria nascendo ali algum tipo de instituição? Como reflete René Lourau (1993) sobre a institucionalização e seus processos, como um devir:

“Outra contradição paradigmática surge com relação ao conceito de institucionalização. A institucionalização é o devir, a história, o produto contraditório do instituinte e do instituído, em luta permanente, em constante contradição com as forças de autodissolução.” (p.12)

Apesar desta percepção, absolutamente pessoal, a respeito da institucionalização¹³ presente entre grupos e ativistas não-institucionalizados, a informalidade foi o tom dominante durante a primeira parte do Encontro. Informalidade esta, porém, permeada desde o início pela preocupação de se definir eixos de atuação, pensar sobre ações coletivas, e *organizar* os movimentos independentes.

Um resumo do Encontro Feminista Autônomo e sua principal causa poderia ser a reunião em um mesmo espaço de anarquistas, esquerdistas, trabalhadoras rurais, artistas, lésbicas, bissexuais, feministas, estudantes universitárias, tatuadoras...e esperar que essa

¹² “Autonomia coletiva” é a forma 'nativa' utilizada pelas interlocutoras da pesquisa, principalmente as vinculadas aos grupos autoidentificados como “mais radicais”, para se referirem às suas ações, realizadas em parceria com outros grupos autônomos, mas dispostos a atuar conjuntamente, de onde emerge então a noção de coletividade.

¹³ Utilizo institucionalização, aqui, não no sentido até então acionado, de uma organização formal (registro, hierarquia entre seus membros e pautas) de grupos, propostas, ações, movimentos, mas no sentido de formalização dos processos: um Encontro, realizado num local determinado, com horário para começar, com intervalo previsto, com horário para terminar, com ordenamento das falas. De certa forma, pareceu-me contraditório em um primeiro momento a extrema organização institucional do Encontro Feminista Autônomo, quando, nas falas do evento, categorias classificatórias e identitárias como “anarquia”, “anarquistas”, “independência”, “autonomia”, eram lançadas pelas mulheres presentes como que para afirmar a diferença entre seus grupos, coletivos, movimentos e outras formas possíveis de organização.

variada gama de mulheres se entenda, dialogue, construa coletivamente algum tipo de mudança frente àquilo que considera “o principal inimigo”.

Para estes grupos, “o inimigo” comum a todas é o capital, base do sistema capitalista, e em decorrência disso, o patriarcado. Estes seriam os responsáveis por todos os problemas e desigualdades sociais, do machismo à homofobia, passando pelas violências contra as mulheres. Segundo a proposição de Christine Delphy (2002), uma das principais pensadoras e ativistas do feminismo radical francês, o “inimigo principal” é o patriarcado, que ela define como sendo “um sistema autônomo de exploração e de dominação”, e é nesta análise que ela funda sua defesa de um feminismo materialista nos anos 1970, articulando marxismo e feminismo como base para as lutas das mulheres.

A necessidade de existência de um adversário, de um “inimigo” corrobora o que foi apontado por Sidney Tarrow (2009), teórico dos movimentos sociais e das estratégias de poder em jogo no campo dos ativismos, quando diz que “os movimentos sociais são desafios coletivos, com base em objetivos comuns e solidariedades sociais, sustentados em interação com elites, adversários e autoridades” (p.4)

A seguir retomo em detalhes o Encontro Feminista Autônomo, e seus desdobramentos, para mais tarde abordar os coletivos autônomos e a trajetória de uma de suas lideranças.

2.2. O Encontro Feminista Autônomo visto por dentro – lesbianidades, campesinato, sindicalismo, religiosidade, academia, etnicidade

Anunciado no blog das Mulheres Rebeldes, e convocado pessoalmente pelas Mulheres Rebeldes, através de uma liderança delas, via email a todos os grupos, fóruns, movimentos independentes, o EFA, primeiro em Porto Alegre e oficialmente o primeiro no país nesse formato, ia acontecer no final de novembro de 2009.

A chamada para o Encontro Feminista dizia: “Espaço Utopia e Luta”, que descobri, ao chegar, tratar-se de uma ocupação de antigo prédio público, realizada durante o Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2005, dentro das lutas pela função social da propriedade.

O Espaço onde estava acontecendo o Encontro, é uma sala pequena, sem ventilação, sem janelas, na verdade uma caixa, toda pintada de preto, paredes, chão, teto, com bancos de madeira feitos pelos moradores do EUL, que vivem, eu saberia depois, disso, e também de plantar e trocar, além de uma cozinha artesanal onde homens e mulheres fazem alimentos naturais e vendem a preços baixos.

Não havia lugar disponível, então algumas mulheres (só havia mulheres, era um encontro restrito e a participação masculina era proibida, pelo menos no primeiro dia) abriram espaço em para eu sentar. Era um quase círculo, muitas mulheres, jovens, velhas, de todos os tipos. Uma das líderes das Mulheres Rebeldes estava fazendo uma fala inicial, apresentando a proposta do Encontro, e depois pediu que todas se apresentassem. Começou pelo lado oposto ao que eu estava, e isso me deu tempo para observar. A tudo e todas. A sala, a faixa enorme na parede (“Em corpos rebeldes, mentes plurais”), as falas de cada uma delas. A primeira mulher a se apresentar era representante das mulheres camponesas, e falou sobre as lutas do campo e a necessidade de união com as lutas urbanas. Falou da academia, de pesquisadoras, de feministas que chamou de “aquelas dos gabinetes”. Disse que no campo é proibido falar a palavra feminismo, porque para os homens, as mulheres camponesas têm que trabalhar como eles, e não perder tempo lutando por outras questões que não a terra, o futuro dos filhos, e derrotar o capital.

Segui seu relato contando orgulhosa que estive na destruição das mudas de eucalipto, e que lutou contra a Aracruz. Em um caso de grande repercussão na mídia em 2006, um grupo de mulheres da Via Campesina, acompanhadas de outras mulheres trabalhadoras rurais, invadiu um centro de pesquisas da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, e destruiu milhares de mudas de eucalipto, sob o lema “Nossos filhos não comem eucalipto.” A invasão ocorreu em 08 de março daquele ano. Depois de relatar a experiência, disse que era importante dizer a todas ali que as mulheres camponesas, ao contrário do que se pensa, “não são burras, feias, relaxadas, mas estão na luta de igual para igual, apesar da necessidade de estar em casa, cuidar dos maridos, e dos filhos também”. Muitos homens, segundo elas, não permitem que elas venham para a cidade, porque tem medo do tipo de contaminação que podem sofrer, então é bom que elas não saiam dos limites demarcados por eles.

A noção de contaminação sugerida por ela, assim como a afirmação de que mulheres camponesas “não são relaxadas” encontram eco nas proposições de Mary Douglas (1976), quando esta aponta que a

sujeira remeteria à desordem, bem como os limites corporais podem ser entendidos como limites sociais, com as fronteiras, com os espaços individuais e coletivos. É preciso evitar a contaminação, a mistura de fluídos, de corpos, fora das situações condizentes e normatizadas para isso. No caso da ativista trabalhadora rural, sua fala informava sobre a preocupação dos maridos com a contaminação de suas mulheres com ideias, motivações, padrões de comportamento das mulheres da cidade, e por isso os limites impostos à circulação delas nesse ambiente urbano.

As outras foram se apresentando em falas menores, mais curtas. A primeira parte do encontro era dedicada às lutas do campo, então as outras ativistas seguiram pelo mesmo caminho, mas no sentido de corroborar o que a primeira havia dito. Havia uma menina negra, bastante jovem, que falou em nome do Movimento de Trabalhadores Desempregados, e contou de um trabalho que realiza na Restinga, bairro popular da periferia de Porto Alegre, localizado na zona sul da cidade. Duas meninas se apresentaram como sendo do *Coletivo Mentes Plurais*, vinculado aos anarco-punks. Embora a categoria “anarco-punk” apareça nas falas, nos blogs, nas faixas destes grupos, não está claro para mim o que significa de fato. Ao mesmo tempo em que se identificam como anarquistas, e também punks, não necessariamente seguem a ideologia de qualquer desses grupos, elaborando suas próprias significações a respeito.

Outras duas eram do Coletivo Anti-Sexista Corpos em Revolta. Uma outra ativista se apresentou como sendo do Grupo de Resistência Popular, mas também de uma outra rede, autodenominada *Movimento Mulheres em Luta, MULU*. Esta rede específica é formada por ativistas com múltiplos pertencimentos, e se articula principalmente em torno de datas e questões específicas como as ações de 8 de março. Apesar de muito jovem, ela contabilizou atividades e participação em todos os grandes eventos ocorridos nos últimos cinco anos, em vários países da América do Sul. Uma outra mulher se apresentou como representante do Movimento dos Atingidos por Barragens do RS. Havia ainda a líder das Mulheres Rebeldes e sua companheira, e por fim duas meninas do Coletivo Feminista da UFRGS, que falaram sobre as atividades do grupo, mas não pareciam muito à vontade, ou pelo menos, se

mostraram mais lacônicas em suas falas.

Minha presença não pareceu causar impacto significativo entre elas, apesar do olhar que a primeira delas me lançou, certamente me vendo como uma daquelas “feministas de gabinete” de que tinha falado antes. Eu compreendi aquele olhar, e a suspeição que ele carregava, porque, como descrito anteriormente, um dia eu também fora interpelada, como ativista, por alguém “da academia”...

Esta “diferença” entre umas e outras, entretanto, não existe no cerne dos movimentos feministas no Brasil, pelo menos não no sentido de separar de forma estanque as mulheres militantes das mulheres pesquisadoras. Miriam Grossi (2004) relata que a emergência do movimento feminista no país se deu nos anos 70, em plena ditadura militar, o que fez com que já nascesse, de modo organizado, com grande comprometimento político, atuando junto a outros movimentos contra o cerceamento das liberdades praticado pelos governos militares, e contra as diferenças de classe existentes. Por outro lado, por contar em suas fileiras com mulheres de camadas médias, intelectualizadas e com forte vinculações acadêmicas, o movimento já nasceu com o intuito de agir e refletir, isto é, ao mesmo tempo em que tinha caráter ativista, também estava preocupado em pensar sobre a situação da mulher, e pesquisar as condições da época, produzindo para si e para a sociedade, dentro das possibilidades limitadas ditadas pelo governo.

Às quatro da tarde foi feito um intervalo no Encontro. Havia café e água, além de panetones artesanais, feitos na cozinha comunitária do Espaço, pelos moradores. Todas que quisessem podiam contribuir com algum dinheiro para a comunidade, e todas foram convocadas para organizar o espaço ao final do dia de discussões.

Na volta ao grupo de discussão, foi a vez das mulheres envolvidas em lutas urbanas fazerem seus relatos. Iniciando pela representante do *Corpos em Revolta*, as falas foram todas no sentido de demonstrar o quanto as diferenças entre o campo e a cidade não necessariamente separam as lutas ou tornam distantes de fato.

O *Corpos em Revolta* é um coletivo feminista misto, ou seja, reúne homens e mulheres, desde que todos e todas tenham a mesma visão de mundo, principalmente no que diz respeito à necessária perda de privilégios dos homens, para que toda a humanidade possa ganhar, para que os seres humanos ganhem como um todo. No caso do grupo seguinte a se apresentar, o *Coletivo Mentis Plurais*, os homens são minoria, mas existem e colaboram com todas as discussões promovidas, principalmente aquelas que envolvem sexualidades e limites de gênero.

As representantes do *Coletivo Feminista da UFRGS*

disseram que os próprios colegas de universidade as veem como radicais demais, e embora alguns meninos façam parte das reuniões do grupo ou de atividades cotidianas, eles não tem direito a voto em circunstância alguma, ficando a cargo das mulheres decidirem sempre os rumos do Coletivo. Segundo elas, o movimento estudantil inteiro, pelo menos contemporaneamente, é muito machista, e é preciso estabelecer limites de atuação e garantir espaço unicamente feminino.

O Grupo *Resistência Popular*, no momento também chamado de *Mulheres em Luta* por ser o articulador principal dessa rede de grupos e movimentos independentes e autônomos, foi formado, segundo sua representante, depois do ELAOPA (Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas) em 2006, quando vários ativistas de grupos independentes de países latinoamericanos decidiram unir suas lutas e ter várias frentes de representatividade em cada país envolvido. Sua principal bandeira é a luta contra o patriarcado e o capital, em todas as suas formas. Atua em conjunto com associações de bairros, mantém ativistas em galpões de reciclagem, tem duas rádios comunitárias (não ficou claro se de fato comunitárias ou piratas, como é o caso de outra rádio, mantida por um dos outros grupos presentes no EFA). Defende o aborto livre, inclusive com a disseminação de informações úteis para mulheres que queiram abortar (métodos, redes de auxílio, meios de acessar hospitais e não configurar aborto, etc.). Realizam oficinas e performances em vários espaços urbanos e rurais, tratando das questões de gênero, sexualidades e violências contra as mulheres.

O *Movimento dos Trabalhadores Desempregados* existe no país todo, mas há pontos bastante específicos no RS, segundo sua representante. Sua bandeira é “Terra, trabalho, teto e educação”, deixando claro que há uma associação com bandeiras de outros movimentos diversos. As mudanças, para ela, são sutis, mas graduais e contínuas. Emergiu na periferia, deixou de ser um movimento de famílias, e passou a ser um movimento de mulheres. Contando o início das atividades deste grupo do qual faz parte, a representante disse que em determinado momento, verificou-se que: era para ser um movimento de operários aliados das fábricas, mas já não havia mais fábricas, e muitos dos integrantes do movimento jamais haviam sido operários no sentido estrito do termo; ao passar a

ser um movimento prioritariamente feminino (90% dos integrantes), também foi fácil verificar que destas, 80% eram mulheres negras¹⁴. Isso fez com que as bandeiras fossem ampliadas para relações étnicas e raciais, e suas correlações com as questões de gênero e sexualidade também, já que havia ativistas lésbicas e bissexuais em suas fileiras. Ela mesma, uma mulher jovem, negra, de periferia, disse considerar fundamental levar em conta a realidade das mulheres envolvidas no movimento, e deu exemplos de mulheres que tem seis filhos, marido (ou não, já que muitos vão embora), lidam com a violência policial nas vilas em que moram, com a pobreza, para então se falar de algum tipo de feminismo para estas mulheres, dadas as suas circunstâncias.

Já a líder do Grupo Mulheres Rebeldes partiu da base de sua existência, que é a afirmação rebelde e radical (as duas palavras mais utilizadas por ela em qualquer fala, seja coletiva ou pessoal, particular) de uma lesbianidade política, combativa, uma afirmação sexual de diferença e luta. Para ela, o feminismo branco, burguês, só pode ser combatido pelas mulheres autônomas, anarquistas, dentro do perfil que emerge, segundo ela, a partir das disputas de poder centradas na busca de recursos do Banco Mundial para Beijing e inserção nas discussões promovidas pela ONU.

A Conferência Internacional sobre a Mulher, realizada em Beijing, China, em 1995, foi um marco para as lutas feministas, sobretudo pela aprovação de uma plataforma de ações e políticas mundiais voltadas à condição das mulheres. Para os movimentos institucionalizados, a Conferência é motivo de orgulho e sinal de conquista. Para as ativistas autônomas aqui descritas, a Conferência atrelou de vez os movimentos sociais feministas às regras transnacionais ditadas pela Organização das Nações Unidas.

Diz esta representante das Mulheres Rebeldes que não se pode proibir ninguém de dizer que é feminista, mas pode-se dizer que não se é determinado tipo de feminista, que são aquelas que “matam por dinheiro, e aceitam dinheiro dos mesmos que financiaram as ditaduras da América Latina”. Para ela, afirmar-se mulher, lésbica, feminista, as sobretudo autônoma, é fundamental para que de fato se pense em mudar qualquer coisa que esteja dada como “natural” socialmente, sendo

¹⁴ Apesar de terem sido referenciados em diversos momentos, e de fato existirem em Porto Alegre, movimentos negros, ou de mulheres negras não estavam presentes ao Encontro Feminista Autônomo. Havia duas mulheres negras nos dois dias do Encontro, sendo uma a representante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, e a outra, eu. As questões étnicas, porém, estiveram em discussão o tempo todo, em articulação constante com as pautas feministas e lésbicas.

sempre imposições do patriarcado, do capital, de quem “manda”.

Por fim, a representante do Espaço Utopia e Luta, que estava na invasão so prédio em que estava acontecendo o Encontro, em 2005, refez seu relato, mas desta vez com mais precisão e detalhes, contando sobre o foco em manter o prédio público como bem público, e sobre a mudança na vida das 42 famílias que ali residem, com a garantia de que não terão que sair nem pagar coisa alguma por isso, uma vez que conquistaram o que é “óbvio para todo mundo”, que é a função social da propriedade, que deverá ser observada e cumprida, em toda e qualquer circunstância.

Depois das apresentações longas de cada um dos grupos ou movimentos, foi proposto que se fizesse uma leitura rápida das principais ideias apresentadas no primeiro dia do encontro, e então todas olhamos para uma das paredes negras do espaço, onde um pedaço de papel kraft estava cheio de anotações que pareciam confusas, mas eram um resumo de questões chave apresentadas durante a tarde toda. Como já era muito tarde, e todas estavam cansadas, e algumas precisavam voltar para o o interior, a coordenadora das Mulheres Rebeldes sugeriu que se abrisse o segundo dia do Encontro com a leitura coletiva das frases e também com possíveis articulações para ações futuras a partir delas.

Voltamos para o segundo dia de Encontro, e logo ao chegar, conversando com as duas representantes das Mulheres Rebeldes, descobri que duas decisões haviam sido tomadas entre a noite de sábado e a tarde de domingo, e uma delas era sobre a participação e homens nesse segundo dia. Logo visível, porque três meninos jovens, com roupas pretas rasgadas, cheias de rabiscos, cabelos moicanos, tatuagens e coturnos chegaram com a representante do Coletivo Corpos em Revolta. Se apresentaram, e entramos para começar as discussões.

Antes de fazermos a leitura das frases e palavras chave, duas ativistas do Mulheres em Luta pediram para fazer um relato da “ação rebelde” que tinha acontecido na manhã deste dia. Uma ação restrita às militantes, e nem todas participaram, mesmo assim. Mais uma vez, o limite de ação e ativismo emergia: uma ação coletiva não era, naquele momento, um movimento social, mas parte dele. Em seu estudo sobre redes sociais, Larissa Lomnitz (2001), aborda algumas características

necessárias para a existência da reciprocidade entre os grupos que pesquisava, e estas parecem adequadas para compreender o fato relatado na abertura do segundo dia de Encontro Feminista Autônomo. Segundo ela, é preciso haver confiança, igualdade de necessidades e proximidade, e isso não está presente de modo igual entre todos os integrantes de uma rede. Assim, as escolhidas para participar da ação o devem ter sido por critérios pertinentes aos grupos, mas não a todos.

A discussão começou, então, pelo relato do que havia sido feito pela manhã.

Reunidas na casa de uma delas, que não foi revelada qual (e isso gerou brincadeiras várias sobre um “aparelho que poderia ser desativado”¹⁵, como nos anos da ditadura, e por isso era fundamental ficar em segredo), sete mulheres decidiram pintar batas e calças brancas com tinta vermelha, e fazer uma “ação revolucionária” na missa das dez horas da manhã de domingo, na Igreja de Santa Terezinha, uma das mais tradicionais da cidade, no bairro Bom Fim, em pleno domingo de sol e famílias reunidas. Era uma ação contra a igreja católica, chamando atenção para a questão do aborto, mas também para outros vários interditos do dogma católico.

A centralidade das questões religiosas cristãs e sobretudo católicas no que tange à realização do aborto e a criminalização de sua prática no Brasil é abordada por Rozeli Porto (2009), e a autora chama a atenção para o fato de que, embora permitido em casos específicos na legislação brasileira, a realização de abortos legais encontra diversas barreiras nos serviços de saúde no país, e também em Portugal, onde a legislação não tipifica mais a interrupção de gestações como crimes, mas ainda assim, profissionais de saúde podem alegar “objeção de consciência” para não realizarem o procedimento. Essas objeções, não raro, encontram amparo em argumentos religiosos.

Partindo disso, e de declarações sempre reiteradas por lideranças católicas no Brasil e no mundo, a fim de contraditar, as ativistas do Encontro Feminista Autônomo contaram então que saíram

¹⁵ Durante o período de ditadura militar no Brasil, ativistas de várias origens (intelectuais, estudantes, jornalistas, artistas, políticos, escritores, professores) passaram a viver na clandestinidade dentro do país, enquanto lutavam em grupos de resistência, muitos deles armados. Moravam e faziam reuniões para articular suas ações em espaços temporários, alugados por meios não formais, ou emprestados por simpatizantes da luta contra o governo; estes espaços eram ocupados e desocupados muito rapidamente, para evitar que os órgãos de repressão os descobrissem, e eram chamados de “aparelhos”. A descoberta de um deles era chamada de “estouro de aparelho”, e não raro culminava com a prisão de seus ocupantes, e apreensão de materiais identificados como subversivos. Se fosse desocupado livremente, era denominado de “aparelho desativado”.

de onde estavam, e vestidas com roupas que faziam alusão ao sangue, ao sexo, aos corpos femininos, invadiram a igreja na hora da missa.

A invasão se deu em silêncio, com as mulheres entrando na igreja, espalhando-se entre os fiéis (segundo elas a maioria de senhoras de muita idade e casais adultos com crianças), e trocaram os livretos com hinos e orientações do rito por pequenos panfletos xerocados com acusações genéricas contra a Igreja. Uma das participantes disse que foi o ato de mais coragem em toda sua vida. Muito emocionada, disse que relutou até entrar na igreja, usando a calça manchada de sangue como que sinalizando um aborto. Elas também usaram maquiagem escura, mas sem cobrir seus rostos. Desenharam cicatrizes umas nas outras, e assim penetraram silenciosamente na missa... Para esta ativista que fez o relato, foi chocante, corajoso e uma libertação de tudo que ela tinha vivido até ali, apesar de ser lésbica, e ter abandonado a religião da família ainda muito jovem.

“É preciso ousadia para conspirar”, disse uma das presentes, mas logo a seguir outra questionou: “tudo bem, e daí? O que mudou na igreja, no Vaticano, na vida das pessoas, terem seu momento de fé particular invadido por uma performance agressiva?”

Uma das representantes das Mulheres Rebeldes fez uma defesa da utilização dos espaços públicos, e disse que sim, elas aproveitaram o fato de que ninguém pode ser expulso de uma igreja (não sei se isso é fato, mas enfim, elas não foram), que não havia tempo para chamar a televisão e os jornais e fazer um escândalo, e marcaram posição. Se mudou ou não mudou não importa tanto quanto se saber parte daquelas que não compactuam com o que está errado no mundo. Para ela, a expansão dos espaços de poder depende, sim, de invasão, radicalidade e ruptura. Isso de certa forma silenciou o debate, mas a representante do coletivo da UFRGS ainda tentou argumentar sobre a pertinência de ações assim. Elas não foram convidadas a participar, pelo que foi possível compreender, e mesmo que, não teriam ido. Outras mulheres disseram que não iriam, por falta de coragem e por considerarem falta de respeito com a individualidade das pessoas.

Logo depois se passou à leitura das frases e palavras chave do dia anterior, e todas ficaram impressionadas de ver que

aquilo tudo que estava ali era fruto delas mesmas. A fim de encaminhar de alguma forma, algumas ideias foram surgindo, e a mais importante delas foi: “vamos fazer alguma ação que contradite o Fórum Social Mundial, que vai acontecer em janeiro!”

Ideia das Mulheres em Luta, mas logo apoiada por várias outras. Iniciou-se então um longo debate sobre o FSM, suas razões, a perda gradual de seus princípios, o distanciamento dos movimentos sociais, e o fato de ser patrocinado pelas grandes multinacionais, ainda que disfarçadas.

Durante os meses de dezembro e janeiro, pelo menos outras seis reuniões aconteceram entre os grupos da Rede dos Movimentos Sociais Autônomos, em preparação ao que inicialmente foi chamado de “Anti-Fórum Social Mundial”. Em uma das reuniões, foi decidido que todas as ativistas deveriam fazer um levantamento sobre quem patrocina o Fórum, e foram orientadas a vasculhar as grandes corporações (bancos, empresas petrolíferas, fundações, siderúrgicas), sob argumento de que, em geral, estas empresas mantêm “braços sociais”, que utilizam para financiar ações e eventos como o Fórum Social Mundial, sem colocar seus nomes em evidência.

A fim de começar a dar uma “cara” para a ideia, e também para alimentar a discussão, foi exibido um vídeo feito durante atividades no 8 de março de 2009, com participação de várias das que ali estavam. O vídeo, de fato, mistura cenas do 8 de março, em frente à prefeitura de Porto Alegre, com outras ações, como oficinas feitas com mulheres camponesas, invasões de terra, acampamentos, marchas do MST. Não era um filme, não era um documentário, era um registro bem editado, bem formatado, com o intuito de guardar momentos históricos e também chamar outras mulheres à luta, às lutas.

Por fim, outras ideias começaram a surgir, e percebi o papel articulador da Rede Mulheres em Luta, propondo que se partisse de focos bem definidos, agenda de reivindicações e atividades, e ações a serem feitas.

A primeira ideia era de realizar um Fórum Social alternativo, ou um “Anti-Fórum Social Mundial”, paralelo ao FSM mesmo, com mesas, debates, discussões. Essa sugestão foi abandonada ao primeiro sinal do tamanho da tarefa, que teria que estar articulada e pronta até janeiro, sendo que havia os feriados de fim de ano pela frente. Apareceu então a ideia de um Fórum Social Autônomo, com duas ações: uma marcha dos movimentos autônomos, que fecharia a marcha de abertura oficial do FSM, e a realização de oficinas no Acampamento da Juventude. Essa ideia foi apoiada principalmente pelos meninos representantes dos

Coletivos de orientação anarco-punk, que se dispuseram imediatamente a organizar a marcha e pensar nas oficinas.

As propostas apresentadas pretendiam dar conta de tudo: oficinas, frases para cartazes, a necessidade de articular todos os temas relevantes, sem esquecer de nada: negros, mulheres, indígenas, homossexuais, pobres, deficientes. Todos precisam ter espaço nas atividades do Fórum Social Autônomo (que passou a ser chamado assim naquele momento e assim foi chamado até o período de realização de suas atividades, entre 25 e 29 de janeiro de 2010, ao mesmo tempo em que acontecia o Fórum Social Mundial), já que não tem no FSM.

Um menino de no máximo 19 anos de idade estava discutindo se era mais relevante uma oficina sobre aborto ou sobre violências contra as mulheres, ou ambas, ou os dois temas reunidos. Ao lado do outro que depois fiquei sabendo que era seu namorado (embora ele tenha também uma namorada, assim como duas meninas presentes que são namoradas, mas tem cada uma seu namorado), tinha a animação que só se tem aos 19 anos, diante das causas apaixonantes. Estava resolvido a fazer da recém criada Rede de Movimentos Autônomos algo capaz de mudar o sistema, o mundo, as pessoas.

Os Novos Movimentos Sociais, definidos por Boaventura Souza Santos (2001) e Alberto Melucci (2001), estavam expostos na minha frente. Para Melucci, é preciso pensar em Movimentos Sociais Contemporâneos como sistemas de ação, dimensionando as relações internas e externas que os constituem. Já para Boaventura Santos, os novos movimentos sociais conjugam regulação social e emancipação, agregam cidadanias e subjetividades, e ultrapassaram as discussões tradicionais de enfrentamento clássicos, não mais recusando e desprezando a política como instituição, mas traçando suas próprias estratégias de inserção no campo, visando conquistas e mudanças.

Ao serem definidos os parâmetros de atuação daqueles grupos reunidos no Encontro Feminista Autônomo, estava ao mesmo tempo sendo gestada uma nova rede de movimentos sociais partindo do feminismo, e também um conjunto de ações para marcar a atuação desta rede, de forma coletiva, organizada e estrutural, sem entretanto deixar de afirmar a autonomia, a não institucionalização e a ausência de regras e normas formais que pudessem remeter ao patriarcado e ao sistema normativo

capitalista.

Depois de discutir por algum tempo as frases e palavras novamente, começou um novo debate, sobre aquilo que se poderia chamar de um estatuto de funcionamento da Rede, se ela precisasse de um, é claro. Não haver normas é a norma, não haver regras é a única regra, é o que parecia estar em jogo naquele momento e naquele espaço. Nada de registros formais como atas, mas sim um registro afetivo, de memória, para saber o que ficou decidido.

E ficou decidido que seriam criadas frentes de trabalho e debate, a partir do eixo fundante de lutar contra o patriarcado, o sexismo e o capitalismo em todas as suas facetas, no campo e na cidade.

Imediatamente se formou uma lista de temas para a agenda da Rede, e ao mesmo tempo as ideias para o Fórum Social Autônomo foram nascendo. Não havia mais pressa, porque aquilo que era um Encontro Feminista Autônomo de um final de semana, se transformou em um imenso campo de luta, com reuniões agendadas para todo dezembro, e todo janeiro, até o FSA e “depois fazemos uma avaliação”.

Os principais temas escolhidos, numa síntese do que estava nos cartazes foram: Aborto, História, Campo Simbólico das lutas, distância entre Universidade e Periferia (para abordar aquilo que elas definiam como “perda do sentido social das universidades públicas, e falta de senso de realidade”).

Ficou acordado que o mais importante, no caso do FSA, seria provar que o FSM passou para a mão das ONGs, do governo, e de quem patrocina, e os movimentos sociais precisam retomar este espaço perdido. No caso específico das ONGs, independente do tipo de atuação que tenham, sob o ponto de vista dos movimentos autônomos sujeitos desta pesquisa, estas não podem ser consideradas movimentos sociais, porque são em sua maioria financiadas por alguém, e isso por si só descaracterizaria o movimento, ao limitar sua autonomia de ação.

O anti-fórum, segundo as representantes das Mulheres Rebeldes, precisaria dar conta da questão política, lésbica, feminista, de gênero, de raça, de sexualidades, da liberdade dos corpos e mentes. A chamada, segundo ela, era para desconstruir: “Quem quiser desconstruir, venha conosco!!!”; e ela foi aplaudida ao dizer isso. Também foi ela, apoiada por todas as demais e pelos homens presentes, a defender radicalmente o uso da palavra feminismo em todos os materiais e discursos feitos a partir dali, sobre as atividades contrárias ao FSM. Feminismo, aqui, como emancipação do ser humano, porque só com ela

é possível transformar e acreditar que “um outro mundo é possível”,¹⁶.

Às oito da noite do domingo, 29 de novembro, o Encontro Feminista Autônomo estava encerrado, e começava uma longa série de encontros, reuniões, discussões, a fim de organizar as ações que teriam lugar em janeiro.

2.3. O Fórum Social “Autônomo” - radicalizar para transformar

A principal ação do Fórum Social Autônomo foi longamente discutida durante os meses de dezembro e janeiro. Sua ideia central seria a de realizar uma marcha “paralela”, mas inserida na Marcha de Abertura do Fórum Social Mundial, na segunda-feira, 25 de janeiro, com concentração marcada para as 15h, no Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público Municipal, no centro da cidade. Os grupos integrantes da Rede dos Movimentos Autônomos se reuniram no fim de semana anterior, para fazer cartazes, faixas, e pensar em palavras de ordem para a manifestação. A ideia, tanto da Marcha quanto da realização de oficinas sobre violências contra as mulheres e aborto, que deveriam ser ministradas do lado de fora do Acampamento da Juventude, na cidade de Novo Hamburgo, era “radicalizar” a diferença de propostas entre o Fórum Social Mundial e ativistas autônomos, porque só assim, segundo o principal lema da Marcha Autônoma, seria possível transformar, criar um “outro mundo” e destruir o patriarcado.

O Acampamento da Juventude, desde a primeira edição do Fórum Social Mundial em 2001, é considerado um de seus espaços mais importantes, por permitir que participantes sem recursos para hospedagem em hotéis, e sem vagas nas hospedagens solidárias (em que voluntários cadastrados podem receber em suas casas integrantes do FSM) montem suas barracas e fiquem o período do evento acampados, realizando atividades diversas. Inicialmente pensado para jovens estudantes, sempre recebeu sujeitos de diversas faixas etárias. Em edições anteriores do Fórum Social Mundial, porém, surgiram denúncias de casos de violências praticadas no espaço

¹⁶ “Um outro mundo é possível” foi o slogan do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em 2001.

do Acampamento, incluindo dois casos de estupro. Essas denúncias foram discutidas pelos Movimentos Autônomos, e motivaram a ideia de realizar oficinas sobre violências no Acampamento em 2010. Como a entrada de participantes não credenciados não seria autorizada, entretanto, e já que os ativistas autônomos não estavam dispostos a pagar pela inscrição que daria direito ao acesso, ficou decidido que as atividades aconteceriam do lado de fora, em frente à entrada do Acampamento, que nesta edição seria organizado na cidade de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre.

Segundo cálculos da organização do Fórum Social Mundial, pelo menos oito mil pessoas estavam na Marcha de abertura, e os grupos autônomos reuniram aproximadamente trinta pessoas, organizadas em bloco ao final da Marcha, com o intuito de fechá-la, diferenciando-se, embora participando da mesma atividade.

2.4. Marcha dos Movimentos Autônomos

A concentração para a Marcha dos Movimentos Autônomos, no Espaço da Comunidade Autônoma Utopia e Luta, começou por volta de 14h. Toda a fachada do prédio estava coberta de bandeiras, a começar pela que simboliza o espaço, em vermelho e preto, na qual se lê “Comunidade Autônoma Utopia e Luta”. Outras bandeiras e faixas faziam alusão à causas diversas, como uma onde estava escrito “Todos Somos Haiti”, remetendo ao terremoto ocorrido na ilha em 12 de janeiro de 2010, cujo principal efeito, além da devastação causada, foi a visibilidade internacional alcançada pelas precárias condições de vida de seus habitantes.

Outras bandeiras continham lemas de grupos camponeses, como uma na qual se lia “Planta-se eucalipto colhendo FOME” e “Produz-se transgênicos, paga-se com a VIDA”.

Apesar da concentração em frente à Comunidade Utopia e Luta ter sido articulada durante as reuniões preparatórias das atividades do Fórum Social Autônomo, e pretender reunir apenas os grupos e coletivos que haviam participado desde o Encontro Feminista Autônomo em novembro de 2009, outros movimentos e grupos se organizaram em torno do espaço da Comunidade Utopia e Luta no dia da abertura do Fórum. Entre estes, a Marcha Mundial de Mulheres, cujas ativistas estiveram durante a concentração e depois saíram para se unir a outros grupos, e a Liga Brasileira de Lésbicas, que também não participou da Marcha com a Rede Autônoma, embora estivesse presente no início.

Os grupos desceram a Avenida Borges de Medeiros em

direção ao Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público Municipal, ponto de concentração oficial para a saída da Marcha de Abertura do Fórum Social Mundial, e onde aconteceriam performances teatrais, falas de autoridades presentes, e também uma manifestação de entidades ligadas às religiões de matriz africana, que realizaram um ritual para pedir “abertura de caminhos”.

As principais ideias discutidas durante a preparação da ação, tomam forma nas faixas carregadas pelas ativistas dos grupos autônomos. “Um outro mundo não será financiado por multinacionais” e “Retome sua vida, destrua o patriarcado” foram as palavras de ordem gritadas pelos grupos, durante toda a Marcha, e escritas em faixas pretas levadas de modo a formar um bloco fechado em torno dos participantes.

A proposta visível em uma das faixas, “Autonomia nas ações, nas mentes e nos corpos” foi representada também pela total falta de autoria, de assinatura, em todas as quatro faixas que cercavam o bloco dos movimentos autônomos. Em todas as demais manifestações da Marcha do Fórum Social Mundial, era possível identificar todos os grupos, partidos, sindicatos, ONGs, associações, de todos os lugares do Brasil e do mundo. Neste caso aqui, não havia um nome, um grupo, e a única identificação era a da Comunidade Utopia e Luta. Outros cartazes falavam sobre aborto, feminismos, lesbianidades.

Certamente não é tarefa fácil a de dimensionar qualquer tipo de impacto causado pelos movimentos autônomos durante a Marcha, mas cabe uma observação: durante todo o trajeto, outros grupos formados por escasso número de pessoas acabaram por se unir ao bloco autônomo, como representantes de nações indígenas, membros de um grupo de moradores de rua, e artistas mambembes.

Quase ao final da Marcha, uma ativista comentou que havia sido a reunião dos “excluídos mais excluídos”, e que era um interessante sinal o fato de reunirem, em torno de si, outros grupos e indivíduos que, para ela, não teriam espaço no Fórum Social Mundial.

2.5. Coletivos Autônomos – muitas lutas, tantas caras, algumas trajetórias

As muitas faces da cidade onde tinha acontecido o Encontro Feminista Autônomo ficaram mais presentes para mim, no âmbito da Rede dos Movimentos Autônomos, quando conversei com a principal articuladora do Grupo Mulheres Rebeldes.

Eu tinha visto essa cidade diversa representada em seus grupos durante o Encontro Feminista Autônomo, mas não estava muito claro para mim, até ali, o que de fato todos aqueles corpos, gestos, cores, cabelos, tatuagens, palavras de ordem, estavam propondo. Talvez também pelas dimensões do Encontro, pela proposta, pelas limitações de tempo e de articulações necessárias, só mesmo o tempo poderia me mostrar de quantas lutas, de quantas caras, a autonomia, esta reivindicada por estes grupos, era composta.

Talvez também pelas dimensões do Encontro, pela proposta, pelas limitações de tempo e de articulações necessárias, só mesmo o tempo poderia me mostrar de quantas lutas, de quantas caras, a autonomia, esta reivindicada por estes grupos, era composta.

A primeira entrevista com uma das coordenadoras das Mulheres Rebeldes foi realizada em sua casa, por solicitação dela. No fim de uma tarde de calor em Porto Alegre, cheguei à sua casa na hora combinada, 18h30, para nossa primeira conversa, depois dos dias do Encontro Feminista Autônomo.

Me recebeu na porta do edifício antigo, como tantos daquela região de Porto Alegre, elegante, com arquitetura dos anos 60, em uma rua calma com árvores dos dois lados da via, e que, apesar do trânsito intenso nas avenidas próximas, guarda um ar de cidade pequena. Ao entrar no apartamento, meu estranhamento foi imediato: era como se ela fosse uma peça deslocada naquele cenário, que em tudo, pelo menos à primeira vista, parecia tradicional demais para ser a casa de alguém como ela. Usando bermudas, sandálias de couro, regata branca, parecia tranquila, disposta a conversar, e me convidou para sentar, logo a seguir oferecendo café ou “chimarrão argentino”, o que eu preferisse. Escolhi o chimarrão, e enquanto ela foi à cozinha, eu fiquei observando a casa que me cercava. Uma mesa de jantar grande, uma sala de estar com tevê, lareira, livros na estante, sofás confortáveis. Quadros pelas paredes, miniaturas em estantes fechadas, lembranças de viagens por todos os lados. Uma escada conduzia ao andar superior, e foi no espaço da escada que acabei fixando minha atenção. Uma pequena exposição particular de fotos feitas por ela, acompanha a subida, pela parede, desenhando um

retrato único em mosaico de diversas manifestações feministas, trabalhistas, lésbicas, no Brasil e na Argentina. Sob a escada, no vão, mas visível o bastante, um poster emoldurado de uma marcha do Movimento de Trabalhadores sem Terra brasileiros.

Minha interlocutora é uma mulher de 41 anos, que se identifica como fotógrafa e argentina; usa cabelos curtos cortados à máquina, naturalmente grisalhos, e tem uma aparência despojada.

Ao ir me contando sua história, ela me foi permitindo acompanhar seus passos, desde a adolescente que levava uma vida “normal” até a “mulher rebelde, radical desde la raíz” sentada à minha frente. Essa noção de “rebelde desde la raíz”, tão acionada por ela e seu grupo, tornou-se cristalina para mim quando a ouvi contando sobre as relações familiares que vivenciou. Segundo ela, em sua casa, o lugar da mãe era o doméstico, o cuidar, o não trabalhar fora, o de servir ao marido. E aquilo a incomodava, ainda que ela não soubesse direito porque, desde menina. Quando estava no colégio na Argentina e começou a se interessar por fotografia, logo também passou a integrar o movimento estudantil, e depois alguns grupos de mulheres, e por fim, o movimento lésbico. Ainda não tinha 18 anos, e descobriu que “estava no mundo para fazer a diferença, para mudar, para transformar”.

A ideia de “radical” trazida por minha interlocutora é próxima daquela das feministas ativistas nos Estados Unidos nos anos 60 e 70, cujo acirramento de lutas na segunda onda do feminismo foi de fato chamado de “Feminismo Radical”. Como descreve Elizabeth Rodrigues da Silva (2009):

“O Feminismo Radical é uma corrente feminista que se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. A Teoria do Patriarcado considera que os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes.” (p.4)

Minha interlocutora aponta a politização argentina, a influência do longo período de ditadura, os desaparecimentos, movimentos como as mães da Praça de Maio¹⁷ como determinantes para seu engajamento desde muito cedo, em movimentos independentes, autônomos, e não vinculados à política partidária.

Em 2001, ia acontecer em Porto Alegre o I Fórum Social Mundial. A perspectiva de encontrar militantes de vários lugares do mundo, de conhecer movimentos sociais diversos, e de articular outras mulheres em movimento fizeram com que ela e sua companheira na época viessem para o Brasil. Mas depois do Fórum Social Mundial eladecidiu ficar em Porto Alegre.

Voltou à Argentina, resolveu sua vida por lá, e voltou ao Brasil para ficar. Logo estava envolvida com um grupo ativista institucionalizado de lésbicas, e isso foi estruturando sua estada em um novo país, em uma nova vida, e em novas militâncias.

Foi durante seu ativismo neste grupo lésbico que me conta ter percebido que aquele não era exatamente o tipo de ativismo que queria desenvolver pois não queria estar envolvida em estruturas hierárquicas, nem em movimentos definidos por normas nacionais, redes formais, organizações registradas, e que seguiam uma pauta previamente decidida e que determinava, no limite, como, para onde e de que modo o movimento deveria caminhar. Havia outras mulheres insatisfeitas com o formato de atuação em que estavam inseridas, e ao participar de reuniões, encontros, marchas, ela conheceu mulheres, lésbicas ou não, feministas, sindicalistas, trabalhadoras rurais, jovens, que estavam tentando outras formas de articulação, mais autônomas, não formalizadas, mas que também pudessem se organizar em redes, ainda que não atreladas de maneira definitiva a estas.

No meio de nossa conversa sua companheira chegou, mas preferiu não se juntar a nós; deu boa noite, foi alimentar os gatos da casa, comentou que “sua vez ia chegar”, falando sobre entrevistas e conversas comigo, e não tomou parte na conversa. Em nossos encontros posteriores, a noção defendida por elas em seu livro, em seu blog, e em

¹⁷ A Argentina, como outros países da América do Sul, Brasil inclusive, passou por um longo período de governos militares. No caso do país de origem de minha interlocutora, em 1966 houve um golpe militar que se estenderia até 1983, embora entre idas e vindas tenha havido sucessões de presidentes, e somente em 1989 a democracia tenha sido considerada como de fato instituída no país. O Movimento das Mães da Praça de Maio teve início nos anos 70, quando mulheres se reuniram pela primeira vez na Praça de Maio, onde está localizada a Casa Rosada, sede do Governo Argentino, em protesto pelo desaparecimento de seus filhos durante a ditadura militar.

seus discursos, de uma relação constituída como um “núcleo afetivo, mas jamais uma família”, de uma relação aberta, de uma relação que pode ser qualquer coisa, mas “nunca um casamento, nunca uma relação reprodutora das estruturas determinadas pela religião, o capital, os governos”, ficaria mais clara para mim. Até aquele momento, porém, parecia uma família, ainda que elas chamassem de outra coisa.¹⁸

Depois de três horas de conversa, minha entrevistada resolveu me emprestar uma publicação de mulheres latinoamericanas, articuladas em movimentos autônomos. A publicação, resultado de um Encontro Autônomo de Feministas realizado no México em março de 2009. Este Encontro foi aconteceu alguns dias antes do XI Encontro Feminista, uma das mais importantes reuniões feministas de todas as vertentes do mundo inteiro. Um dos lemas do Encontro Autônomo era “Celebrando o retorno das non-gratas”, para demarcar a diferença entre as ativistas feministas presentes e as autônomas. A publicação, em forma de revista, trazia relatos de grupos de trabalhos, relatos de experiências, e em cada página, motivações diversas para ser mulher, feminista, lésbica, estar em movimento (s), e não operar na lógica dos financiamentos, projetos, estudos acadêmicos, parcerias com o poder público, ou se tornar ONG.

Ao me emprestar a publicação para que fizesse cópia, estava colaborando com minha pesquisa, e também afirmando de modo incontestável sua escolha como militante lésbica e feminista autônoma.

Perguntei a ela sobre os outros grupos, coletivos, movimentos, que havia conhecido no Encontro Feminista Autônomo semanas antes. Ela falou então da grande mistura que o Encontro Feminista Autônomo havia reunido, e de todas

¹⁸ Compreendo o ponto de vista de minha interlocutora, e tratei sua relação como o que ela me dizia que é: um núcleo afetivo, composto “por duas mulheres e duas gatas”, mas nunca uma família. O que estou considerando, aqui, é que, para a antropologia, e sobretudo para os estudos sobre homoparentalidade, há diversas possíveis formas de família, de arranjos familiares, e mesmo de estabelecimento de laços parentais, não restritos às famílias heterossexuais. Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello(2007), ao abordar a homoparentalidade, a situam no campo do que denominam de “conjugalidades e parentalidades não hegemônicas”, e então, a questão formal ou judicializada do casamento homossexual, lésbico ou transgênero não está em questão, mas a possibilidade de uma composição familiar não normativa dentro dos padrões heterossexuais, sim, para que se possa pensar em deslocamento de categorias, sem necessariamente abrir mão delas.

as propostas nascidas naqueles dois dias. O que era para ser “apenas” um Encontro para trocar ideias, se tornou o início de novas redes, novas possibilidades de ação, e, ela esperava, o retorno às atividades regulares do Mulheres Rebeldes.

E onde se encontram o Coletivo Anti-Sexista Corpos em Revolta, o Mentos Plurais, o Movimento das Trabalhadoras Rurais, as rádios comunitárias, o Grupo Resistência Popular, o Espaço Comunitário Utopia e Luta, o Movimento de Trabalhadores Desempregados, as mulheres negras, as mulheres lésbicas?

Para a líder das Mulheres Rebeldes, todos e todas se encontram ao defender um mundo autônomo, no sentido de não depender das regras sociais que estão dadas, das normas econômicas que definem o que deve ser consumido e por quem, e sobretudo, um mundo que permita alcançar uma sociedade emancipada. Para homens e para mulheres. Ela insistiu muito, da mesma forma que insiste em seus textos que eu havia lido, na possibilidade emancipatória para a humanidade; indivíduos vivendo em sociedade sem serem regulados por ela; indivíduos que trabalham coletivamente pelo fim da opressão machista, do racismo, da homofobia, da lesbofobia, da transfobia, do sexismo, das amarras do patriarcado. E, como ela disse, ao fim de nossa conversa, “se todos querem a mesma coisa, se todos temos o mesmo inimigo, por quê não unir essas vontades, e trabalhar junto, lado a lado, pelas mesmas coisas, que vão fazer um mundo melhor?”

Ao me dizer que os movimentos autônomos são tantos, mas que tem um foco em comum, estava afirmando esse desafio coletivo, tendo consciência de que há interações, e que elas permitem a articulação entre os grupos, ainda que haja conflitos. De certa forma, para a Rede de Grupos Institucionalizados, que analiso no capítulo a seguir a partir do Coletivo Feminino Plural, também há um desafio coletivo e um foco comum, embora as maneiras de trabalhar com eles sejam diversas.

MULHERES REBELDES

ESTÉ É UM ESPAÇO DE DISCUSSÃO, ENRIQUECIMENTO, OPINIÕES, DEBATE E TAMBÉM AS OUTRAS PALAVRAS QUE NOS CONDUZAM A UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE IDEIAS, CARAZES DE AÇÃO E A MATERIALIZAÇÃO DE NOSSA REVOLUÇÃO CONTINUADA E PERMANENTE QUE É A NOSSA LUTA. NOSSO CONTATO: MULHERES_REBELDES@GMAIL.COM

MARTES 10 DE AGOSTO DE 2010

próxima reunião



*Oi amigas /
companheiras / mulheres /
lésbicas / lésbicas polítlkas*

*Estamos convidando para a
nossa próxima reunião,
que será como sempre, na
quinta-feira 12 as 18.30 hs.*

MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA



x mulheres rebeldes

Estaremos retomando o livro *Feminismo para principiantes*, escrita pela Nuria Varela. Gostamos muito do texto e, embora seja em espanhol, achamos que é fácil de seguir, está escrito de forma muito simples, porém, bem profundo e assim a Nuria vai nos relatando fatos da herstoria, como uma avó que faz com a neta. Gostaram da metáfora? Quem de nós, as vezes não quer voltar

LA PLUSVALÍA EMOCIONAL



Imagem 1 – Página inicial do blog das Mulheres Rebeldes, em <http://mulheresrebeldes.blogspot.com/>, em agosto de 2010.



Imagem 2 – Página inicial do site (espaço diferente do blog) das Mulheres Rebeldes, em [HTTP://www.mulheresrebeldes.org](http://www.mulheresrebeldes.org), em agosto de 2010.

COLETIVO ANARCO PUNK

Mentees Plurais

POR UMA VIDA SEM FRONTEIRAS

Esquecer Jamais! 6 de agosto

August 1st, 2010

E aí pessoal!

Dia 6 de agosto vamos participar de uma gig relembrando os 65 anos da explosão da bomba de Hiroshima, que inaugurou a era do terror nuclear. Vamos estar lá com banquinha de materiais, então coletem lá!

ESQUECER JAMAIS!
6 DE AGOSTO
Em 6 de agosto de 1945 o mundo presencia uma das maiores atrocidades cometidas contra a vida humana. Hiroshima se torna a primeira vítima da bomba nuclear, e três dias depois

GIG COM BANDAS:

CRITON ESTUDDO

Imagem 3 – Página inicial do site do Coletivo Anarco-Punk Mentees Plurais, em <http://anarcopunk.org/menteesplurais/>, em agosto de 2010

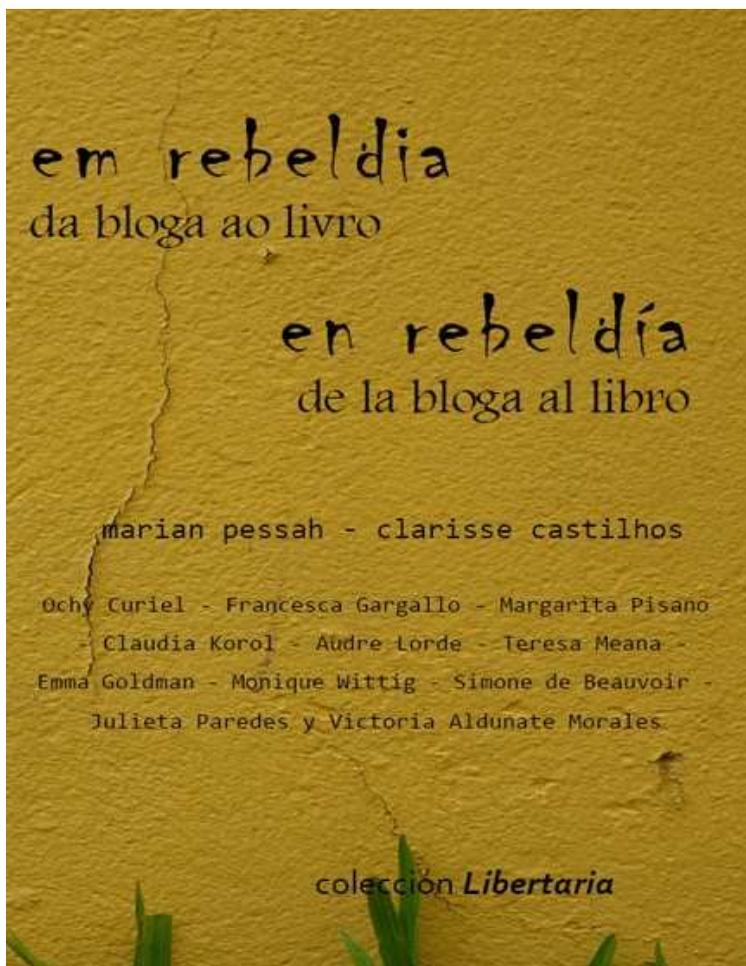


Imagem 4 – Capa do Livro “En Rebeldía”, publicado pelas líderes das Mulheres Rebeldes, em 2009



Imagem 6 – Página inicial do site do Coletivo Antixixista Corpos em Revolta, em <http://corpos-em-revolta.blogspot.com/>, em junho de 2010

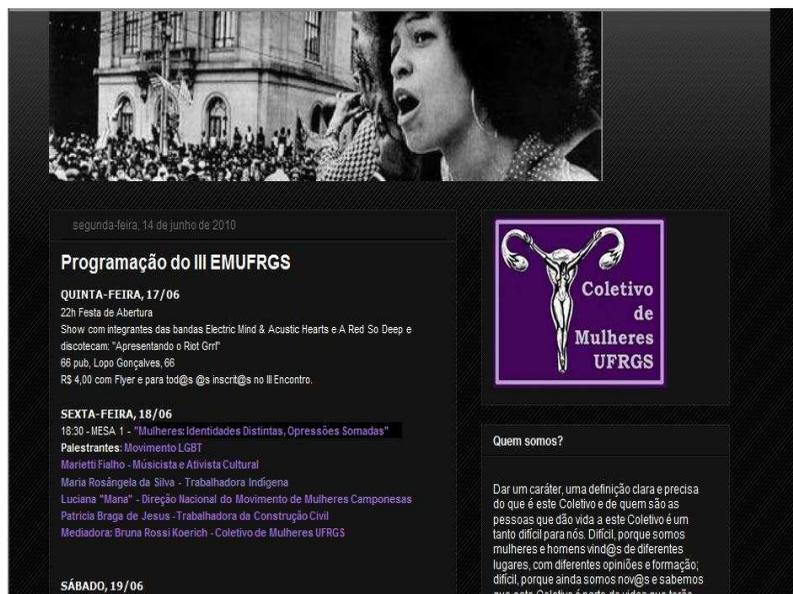


Imagem 7 – Página inicial do Coletivo de Mulheres da UFRGS, em <http://coletivomulheresufrgs.blogspot.com/>, em julho de 2010



Nenhuma opressão tem permanente existência. Permanente é a luta." Contato: resistenciapopular@gmail.com

INICIOELAOPAVIDEOS

RÁDIO ELAOPA

Parado



LUTAR

A LUTA EM CACHOEIRINHA/RS

Fora os polítriqueiros de Cachoeirinha!
 Por uma Outra Campanha pra fortalecer o Poder Popular!

O segundo semestre em Cachoeirinha mal começou e já estoura mais um escândalo envolvendo a política do município. Dessa vez o absurdo ocorre na Câmara de Vereadores e atende pelo nome de "Farras da Gasolina". Trata-se de um verdadeiro privilégio que os vereadores de Cachoeirinha instituíram desde o ano passado onde cada parlamentar recebe R\$ 500,00 por mês de vale gasolina. A farras da gasolina é tanta que até o Ministério Público desconfia por três simples motivos: a cidade tem a menor extensão territorial da Região Metropolitana, o controle no uso dos vales é precário e a legalidade da licitação terá de ser revisada. Não devemos nos surpreender de que lado estão os vereadores de Cachoeirinha que neste ano aprovaram aumento de R\$ 1000,00 no salário dos secretários de governo.

Os vereadores fazem parte da mesma coliga de um governo municipal covarde que

A VOZ DO MORRO

ENCONTRE AQUI

31 de março 1864 (1) abraço (1)
 elegêta (1) América Latina (4)
 enêdi (1) antena negra (2)
 assassinato de sem-terra (3)
 biodiversidade (1) brigada
 militar (5) CACHOEIRINHA (3)
 CANTADORES DE MATERIAS
 RECICLÁVEIS (2) COLETA
 SELETIVA (1) COMUNICAÇÃO
 (5) consulta popular (1)

Imagem 8 – Página inicial do site do Movimento Resistência Popular, em <http://resistenciapopular.blogspot.com/>, em julho de 2010



Foto 4 – Fachada da Comunidade Autônoma Utopia e Luta, no centro de Porto Alegre, na concentração para a Marcha dos Movimentos Autônomos, em 25 de janeiro de 2010. Acervo pessoal.



Foto 5 – Fachada da Comunidade Autônoma Utopia e Luta, 25 de janeiro de 2010. Acervo pessoal.



Foto 6 – Ativistas da Rede dos Movimentos Autônomos, a caminho da Marcha de abertura do Fórum Social Mundial, onde realizariam a Marcha dos Movimentos Autônomos. Porto Alegre, 25 de janeiro de 2010. Acervo pessoal.



Foto 7 – A Marcha dos Movimentos Autônomos atravessa o centro de Porto Alegre, atrás da Marcha de abertura do Fórum Social Mundial. 25 de janeiro de 2010. Acervo pessoal.



Foto 8 – Ativistas autônomos organizam sua saída para a Marcha, no largo Glênio Peres, centro de Porto Alegre. Ao fundo, Mercado Público Municipal. 25 de janeiro de 2010, acervo pessoal.

CAPÍTULO 3

“SÓ SE PODE MUDAR POR DENTRO”

Neste capítulo estão descritas atividades e trajetórias de um Coletivo Feminista institucionalizado, central para a Rede de Movimentos Institucionalizados a partir da abordagem contida neste trabalho. Também estão apresentadas aqui trajetórias de algumas ativistas, que situam a si mesmas como “feministas das antigas”, com militâncias diversas e de longa duração, enfatizando-se a história de uma liderança do Coletivo.

3.1. Coletivo Feminino Plural: alianças, institucionalidade e reconhecimento

Para John Barnes (1972), uma rede pode ser definida como um campo social constituído por relações entre as pessoas, relações essas que podem ter extensão ilimitada, em sua essência. Minha aproximação com o campo, a partir de redes nas quais eu mesma estou inserida de alguma forma demonstrou isso, principalmente no caso do *Coletivo Feminino Plural*, grupo central da rede de movimentos institucionalizados aqui neste trabalho.

Cheguei ao Coletivo com a referência feita por uma ativista de que este era o “único grupo feminista sério da cidade.” A associação entre “seriedade” e formalização esteve muito presente, tanto nas falas de ativistas da rede institucionalizada, quanto das outras mulheres com quem convivi, quanto em comentários gerais quando eu comentava o que estava fazendo na pesquisa. A ideia de que ter um registro, um CNPJ, uma sede, computadores, articulações governamentais, financiamentos dá “seriedade” aos movimentos pode ser entendida como um reflexo direto do processo de profissionalização dos movimentos sociais, iniciado nos anos 1980, mas que teve seu auge nos anos 1990, pós-Aids, com a entrada de agências financiadoras internacionais no Brasil para destinar recursos à ações de grupos do movimento.

No campo específico dos movimentos feministas, Miriam Grossi e Sônia Miguel (1995) realizaram vasto mapeamento a respeito de grupos existentes, e encontraram em sua pesquisa mais de 1000 instituições atuando na área. Porém, como aponta Miriam Grossi (2004) a respeito de sua pesquisa, nem todos os grupos mapeados eram necessariamente identificados como “feministas”, já que suas auto-

denominações variavam em “grupos de mulheres”, “feminista” e outros ainda diziam trabalhar com as questões de gênero. Já na época da pesquisa, diversos grupos eram institucionalizados e estavam inseridos na militância profissionalizada.

Em relação aos recursos destinados à área da Aids, publiquei um ensaio analítico na Revista da Primeira Conferência Municipal de DST e Aids de Porto Alegre (1998), onde reflito sobre as diferenças entre o que chamei de “Aids I” e “Aids II”. Estes eram os nomes informais dos acordos internacionais para aplicação de recursos nesta área da saúde no Brasil, e os utilizei também para pensar na epidemia da doença no país como dividida, até ali, em dois momentos específicos. Como aponto no ensaio:

“De acordos em acordos nasceu o que se chamou de “Aids I”, programa de financiamentos de projetos do Banco Mundial, com duração limitada, realizado via Ministério da Saúde, que criou o Programa Nacional de Controle de DST/Aids, para pensar e implementar políticas de controle eficaz da epidemia, bem como para gerenciar o orçamento destinado à Aids, dividido em programas de assistência e prevenção Brasil afora. Dentro do Programa Nacional, áreas específicas para cuidar de temas específicos, e também um setor de articulação com ONGs, para ouvir e trabalhar em parceria através de comissões, grupos, treinadores, reuniões anuais. Assim, em 1992/1993 houve a primeira grande concorrência para envio de projetos ao Ministério da Saúde. (...) Nesta época, as ONGs/Aids do Brasil se multiplicaram com espantosa rapidez, e o advento do “Aids I” veio aumentar a criação desenfreada de projetos.” (p. 7-8)

A destinação de recursos tinha e tem entre seus principais critérios, a obrigatoriedade de registro, apresentação de certidões públicas, e não ter pendências na Receita Federal, a fim de atestar a “seriedade” de quem receberia dinheiro para seus projetos. Isso forçou muitos grupos dentro dos movimentos sociais a se tornarem ONGs muito rapidamente, sob o risco de ficarem sem recursos. De certa forma, a existência de recursos, bem como de linhas específicas para financiamentos, acabou

por criar movimentos, fomentar o surgimento de grupos profissionalizados, alterando o caráter engajado e voluntário de muitos deles, principalmente no movimento homossexual organizado.

Diferentemente dos movimentos autônomos estudados aqui, que não tem uma sede formal, e cujas reuniões são realizadas em inúmeros espaços e podem ser realizadas até mesmo no parque e praças públicas como aconteceu durante minha pesquisa de campo, na rede dos movimentos institucionalizados algumas questões parecem ser “de honra”, como ouvi de uma interlocutora. E uma dessas questões é exatamente o fato de ter uma sede, um escritório, computadores, biblioteca, espaço para reuniões, café para quem vai até o grupo, telefone, internet, considerados itens mínimos para realizar qualquer trabalho.

Como dito pela secretária do Coletivo Feminino Plural em entrevista realizada em janeiro de 2010, “nós temos tudo aqui, computadores, internet, sala, espaço, e não dá pra trabalhar se não for assim.”

Não foi surpresa, então, chegar até o espaço onde funciona o Coletivo Feminino Plural, no final de outubro de 2009. Um edifício comercial localizado no centro de Porto Alegre, na Avenida Salgado Filho, onde estão concentradas as linhas de ônibus que fazem ligação com pelo menos trinta e cinco bairros da cidade, e que é a artéria principal de confluência central, reúne escritórios, consultórios, e também a sede do Coletivo, e, um andar abaixo, o escritório da Rede Feminista de Saúde.

O Coletivo funciona em um conjunto pequeno, mas organizado de forma a permitir a existência de diversos ambientes; com isso, há uma biblioteca, banheiro, um pequeno espaço onde um armário contém cafeteira e outros utensílios de cozinha, uma sala de reuniões com mesa e cadeiras, e ainda outro espaço, onde está o escritório assim definido por elas, com computadores em rede, aparelho de televisão e DVD, e mais um acervo de vídeos. No dia em que cheguei, chegaram comigo os materiais gráficos de divulgação do Coletivo, recém saídos da gráfica, com acabamento primoroso, em tons de rosa e lilás, em alusão direta às cores do feminismo (lilás) e do feminino (rosa). Essa utilização das cores nos materiais gráficos mereceria uma análise mais detalhada, porque parece contraditório remeter ao feminismo no mesmo espaço em que há uma reificação da cor rosa como algo próprio das mulheres.

Fui recebida pela secretária do Coletivo, com quem eu havia trabalhado entre 1999 e 2001, época em que eu coordenava projetos de assessoria institucional que visavam exatamente formalizar grupos,

ONGs, e capacitar ativistas para ações organizadas, com metas, objetivos, avaliações, elaboração de projetos e relatórios. Em suma, ensinávamos, entre outras coisas, os meios para que os movimentos se tornassem “sérios” e pudessem garantir financiamentos para seus projetos e atividades, no campo dos Direitos Humanos e da Aids, com foco também em profissionais do sexo. Como Coordenadora de Projetos de uma ONG voltada para prevenção de Aids e Direitos Humanos de mulheres profissionais do sexo, elaborei um projeto para a concorrência do Ministério da Saúde em 1998, visando assessorar outras instituições, movimentos e grupos, não só para questões de saúde e prevenção, mas também de educação em Direitos Humanos. O projeto capacitava equipes de ONGs prioritariamente, mas também se estendeu para a formação de agentes comunitários de saúde, abrangendo cinco municípios do Rio Grande do Sul durante dois anos. Este projeto insere-se diretamente no contexto de profissionalização dos movimentos, como apontado anteriormente, e seu objetivo era multiplicar essa profissionalização, a fim de garantir ampliação de ações e maior agência junto às diretrizes de políticas públicas de saúde e segurança (na questão da violência contra mulheres prostitutas).

Com 44 anos, a secretária do Coletivo contabilizava mais ou menos 15 anos de ativismo, em diferentes campos. Depois de oito anos como militante político-partidária no Partido dos Trabalhadores (entre 1999 e 2007), e depois como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa¹⁹, ela rejeitava veementemente esta parte de suas “andanças militantes”, como disse, e estava centrada nas ações em torno da Lei Maria da Penha, de atenção à infância, e aos trabalhos realizados nas periferias de Porto Alegre.

A Lei Maria da Penha tem uma importância destacada para os movimentos pesquisados, mas sem dúvida é mais relevante nas discursividades dos movimentos institucionalizados. Sancionada em 7 de agosto de 2006, sob o número 11.340, passou a vigorar em 22 de setembro do mesmo

19

Os cargos de assessor parlamentar são em geral destinados à militantes cujo engajamento represente confiança para ocupar o cargo, que tenham disponibilidade para acompanhar os parlamentares em atividades diversas, e que sejam obrigatoriamente filiados ao partido em questão.

ano, e visa coibir as violências domésticas e familiares contra as mulheres, além de criar Juizados Especiais e alterar os Códigos de Processo Penal e Civil brasileiros. A lei leva o nome de uma mulher vítima de violência, cujo agente era o marido.

A secretária me apresentou o Coletivo, falou de suas atividades, e referiu que uma das coordenadoras, com quem eu falaria, estava viajando, mas eu poderia encontrá-la dentro de mais ou menos três semanas, porque havia atividades pelo 25 de novembro, Dia Mundial pela Não-Violência contra as Mulheres, das quais eu poderia participar.

Esta primeira visita foi breve, e voltei a encontrar com o Coletivo Feminino Plural ao meio-dia do dia 25 de Novembro. O chamado do grupo era para uma manifestação na Esquina Democrática, centro de Porto Alegre, no intervalo do almoço, horário em que circulam pela região milhares de pessoas. O tema da manifestação era “Saia de saia”, em alusão ao evento de uma estudante que fora agredida por colegas universitários na UNIBAN, em São Paulo, por estar usando um vestido curto cor-de-rosa, evento que teve imensa repercussão na mídia²⁰.

O ato “Saia de saia”, em si, consistia em distribuir folders e pequenas cartilhas sobre a Lei Maria da Penha, além de expor cartazes e banners sobre o dia 25 de Novembro, chamando atenção de quem passasse. Por volta de meio-dia e dez, vi um grupo de mulheres descendo a Avenida Borges de Medeiros (a sede do Coletivo fica a poucos metros dali, na avenida seguinte), com balões cor-de-rosa, cartazes, usando camisetas roxas, algumas, e vestidos e saias outras.

A coordenadora do Coletivo, me encontrou, me apresentou para as outras ativistas que a acompanhavam, e ao me ver com a máquina fotográfica na mão, decidiu que eu faria as fotos do ato, porque a máquina da Rede Feminista de Saúde estava com bateria fraca. Aceitei, já que permaneceria por ali o tempo todo, enquanto durasse a manifestação.

Quem estava organizando o ato, além do Coletivo Feminino Plural, era a Rede Feminista de Saúde, o grupo Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, a ONG Themis – Assessoria Jurídica

20

Em 22 de outubro de 2009, uma aluna da Universidade Bandeirante de São Paulo foi à aula usando um vestido curto cor-de-rosa, e em decorrência disto (segundo o que foi repercutido na mídia na época e pelos meses seguintes) foi hostilizada, agredida verbalmente e precisou ser protegida por seguranças e professores. O principal argumento dos agentes das agressões, homens e mulheres, era de que a roupa escolhida pela aluna era inadequada e desrespeitosa com o ambiente acadêmico.

e Estudos de Gênero, e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, mas todas as ativistas presentes não chegaram a vinte mulheres.

O grupo Maria Mulher é uma organização não governamental de mulheres negras, sediado em uma região periférica na zona sul de Porto Alegre, e atua em diversas frentes, definindo-se como uma ONG de “feminismo negro”, e que, portanto, articula todas as pautas do feminismo com as questões étnico raciais e a condição das mulheres negras.

A noção de feminismo negro acionada por suas representantes se alinha à proposição de “enegrecimento do feminismo”, como apontado por Sueli Carneiro (2009):

“Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.” (p.3)

O outro grupo presente ao ato, representado por duas integrantes, uma advogada e uma antropóloga, é também uma ONG, neste caso jurídica, segundo autodefinição. A THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero foi fundada em 1993, e atua prioritariamente no campo dos Direitos Humanos, do Direito como ciência, e no campo legal, formando agentes de direitos humanos, capacitando outras ONGs, e formando mulheres, em geral lideranças comunitárias, como Promotoras Legais Populares.

Já o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, um

dos articuladores do ato, foi instituído por lei complementar municipal em Porto Alegre em 1995, e é composto por 21 membros formais, sendo sete da administração pública e outros quatorze representantes de ONGs, movimentos, associações, desde que atuantes no campo dos direitos das mulheres, dos feminismos ou ambos. Sua diretoria é eleita de dois em dois anos, e a composição desta obedece a equidade representativa entre mulheres de ativismo político-partidário, da administração pública, negras, lésbicas, portadoras de deficiências, acadêmicas, etc. Trata-se portanto de uma instância política que articula representação da sociedade civil com representação do Estado e sua existência é fruto tanto das pressões dos movimentos autônomos e organizados, quanto das exigências formais dadas pelas políticas públicas federais e dos acordos políticos produzidos pelo Estado brasileiro em convenções internacionais.

Cabe ressaltar que a estrutura de redes dos movimentos pesquisados para este trabalho se diferencia pelo menos em um ponto: o que move a realização de ações coletivas, para as autônomas é o sentido de identidade, de “companheirismo”, mas não passa necessariamente por questões políticas de alianças formais e pontuais. Já para as “institucionalizadas”, a união de grupos passa inevitavelmente por debates políticos e de projetos, e sobre a definição de alianças. Porém, na manifestação em que estive presente, cada grupo tinha seus próprios materiais impressos, seus cartazes, sua assinatura individual, ainda que em um momento de ação coletiva.

Apesar de poucas na Esquina Democrática²¹, como disse uma ativista as mulheres ali eram “barulhentas”, acessando transeuntes, principalmente homens, com folders e cartilhas, e explicando a manifestação, falando sobre as violências contra as mulheres, a Lei Maria da Penha, as discriminações sofridas pelas mulheres, e o caso da estudante da UNIBAN. Não havia uma determinação formal do que deveria ser dito, mas um certo discurso padronizado, repetido à todos e todas, com pequenas variações.

No mesmo dia da manifestação, minhas fotos foram parar no site da Rede Feminista de Saúde, no boletim extraordinário daquele dia,

21

Confluência da Avenida Borges de Medeiros e da Rua dos Andradas, no centro da cidade, local de tradicionais manifestações políticas em Porto Alegre, desde o movimento “Diretas Já”, em 1984, que reivindicava o retorno às eleições diretas no país, após a redemocratização, após o período da ditadura militar. Os governos militares no Brasil tiveram início em 1964, e a retomada da democracia se deu em distintos momentos, a partir de 1979, com o governo de João Batista Figueiredo. Entretanto, as eleições diretas gerais no país aconteceriam somente em 1989.

noticiando o fato, e marcando o 25 de novembro. Nos créditos, apareço como “pesquisadora”, e voltei a refletir sobre aquilo que Norbert Elias (2000) definiu como “sociodinâmica da estigmatização”, que seriam as condições em que um determinado grupo lança estigmas sobre outro. Se em uma das redes que eu estava pesquisando, ser reconhecida como “pesquisadora” me colocava em outro lugar que não o das ativistas, na rede dos movimentos institucionalizados, ainda que para algumas ativistas eu fosse vista como “alguém que volta”, eu estava no lugar de pesquisadora, tão legítimo quanto qualquer outro, já que muitas delas também o são, ao mesmo tempo em que ativistas, militantes feministas. Poderia, assim, ocupar esses dois lugares, ou transitar entre eles, e isso não seria motivo para suspeição.

No início de dezembro, participei de uma “roda de conversa” promovida em uma articulação do *Coletivo Feminino Plural* com o Núcleo de Mulheres Jornalistas pela Igualdade de Gênero do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, e com outras ONGs feministas de Porto Alegre, como Themis, Maria Mulher e Rede Feminista de Saúde. A roda de conversa, denominada “Geisy, violência e feminismo”, partia novamente do caso da estudante da UNIBAN que fora agredida em outubro (por isso o nome dela no título da roda de conversa), e pretendia abordar as muitas formas como a mídia tratou o assunto. A leitura sugerida para participar do evento foi um artigo do psicanalista Contardo Calligaris, publicado no Jornal Folha de São Paulo em 09 de novembro, intitulado “A turba da UNIBAN”.²²

O mediador escolhido para a roda de conversa foi o jornalista e sociólogo Marcos Rolim, ex-deputado federal, e ex-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, reconhecido ativista dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. Além dele, havia outros três homens presentes, sendo um deles um

22

O artigo rendeu muitas discussões, e obtive algumas respostas, em sites, blogs, fóruns virtuais de debates sobre feminismos, violências, mídia. No artigo, o psicanalista pede desculpas às feministas, por ter um dia imaginado que sua existência não era mais necessária, e apontava para o caso da agressão à estudante como uma prova definitiva do quanto as lutas feministas não estão ultrapassadas, e do quanto ainda é preciso haver mulheres organizadas por seus direitos (resumo pessoal e superficial do contexto do artigo, cuja análise não está em pauta aqui).

dirigente sindical, e outros dois alunos de Marcos Rolim na Universidade em que dá aulas, convidados por ele.

Antes do debate todos e todas se apresentaram, e lá estavam mulheres negras, mulheres lésbicas, jornalistas, feministas acadêmicas. O grupo era composto de aproximadamente 15 pessoas, além do mediador, e estas eram basicamente as lideranças ou representações dos grupos organizadores da atividade.

Havia duas ativistas do Maria Mulher, mulheres negras, de aproximadamente quarenta anos, coordenadoras de projetos na ONG. Havia três representantes do Coletivo Feminino Plural, sendo duas delas as coordenadoras, e outra a secretária. Havia os dois alunos universitários, homens jovens, acadêmicos de jornalismo, e o representante do Sindicato dos Jornalistas, que fez uma fala exaltando a oportunidade do encontro para debater questões que para sua entidade de classe sempre foram fundamentais, como gênero e direitos das mulheres, e a relação destes temas com a mídia. Havia ainda uma antropóloga, representando a THEMIS, a jornalista da Rede Feminista de Saúde, ela também uma mulher negra e ativista do movimento negro além do feminista, eu, e por fim uma presença com status de “convidada especial” (destaque meu), uma feminista “das antigas”, a socióloga que foi a primeira presidente do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul. Apesar de ser membro do Conselho da THEMIS, ela estava presente à atividade, em minha leitura, como ícone feminista, e de alguma forma legitimava aquele espaço como sério e merecedor de deferência.

Ao contrário da pluralidade encontrada no Encontro Feminista Autônomo, nesta atividade, realizada pela Rede dos Movimentos Institucionalizados havia certa padronização discursiva e de pertencimentos; todos ali eram do meio urbano, com trajetórias mais ou menos parecidas de militâncias partidárias, com pertencimentos à ONGs, ou de ativismo acadêmico no campo dos feminismos.

Ao me apresentar eu repeti o que havia dito no Encontro Feminista Autônomo, de que estava em Porto Alegre por um tempo, fazendo uma pesquisa para o mestrado, e que estava vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina. O tom das discussões, para quem como eu estava saindo do olho do furacão dos movimentos autônomos, pareceu meio complacente, ou resignado com o papel da mídia em nossas vidas, e reificador do lugar de vítima da estudante agredida. Muitas críticas foram feitas ao fato de que (na época) a menina agredida estava sendo convidada para posar nua em uma revista voltada para o público masculino, que havia feito plásticas, lipoaspiração, e

estava deslumbrada com o “sucesso” alcançado após sua agressão nos corredores da Universidade. Todos os presentes foram unânimes em indicar o caráter manipulador da mídia e seus instrumentos, ao se aproximarem da estudante para lucrar com sua história.

Mesmo tentando ficar na posição de observadora que meu lugar de pesquisadora me exigia, acabei colocando uma questão: por que não refletimos sobre o poder dos movimentos feministas, de acessar essa estudante e fazê-la refletir sobre a agressão sofrida? Por que as feministas falam por ela, reivindicam os direitos dela, brigam publicamente por ela como mulher vítima de preconceito, e ela está mais preocupada em dar entrevistas, fazer plástica, emagrecer, alongar os cabelos e posar nua? Ao escutar o debate tinha a impressão que de as feministas haviam “perdido a guerra”, e entregue à mídia, às “revistas de fofocas” e aos programas sensacionalistas de televisão a capitalização de um episódio de agressão à uma mulher.

De forma geral, o debate transitou entre as articulações feitas por Marcos Rolim com o artigo publicado na Folha de São Paulo, e as discussões dos presentes sobre o papel da mídia na perpetuação de um modelo de mulher que deveria ser seguido, e o caráter dicotômico também deste modelo, já que há publicações e programas especialmente voltados à exploração de mulheres como objetos de desejo, para os homens, ou como metas a serem alcançadas, esteticamente inclusive, para outras mulheres. Interessante notar que o debate foi mediado por um homem, e não por uma mulher, embora houvesse no grupo outros profissionais do jornalismo, duas mulheres.

Assim como no Encontro Feminista Autônomo a participação de homens foi permitida e estimulada no segundo dia de sua realização (mas não de quaisquer homens, apenas dos ligados aos movimentos autônomos com auto-definição feminista, anti-sexista, anarco-punks), também na Roda de Conversa dos movimentos institucionalizados a presença de um homem sinaliza que esta participação é permitida, incentivada, e mais do que isso, este homem está na posição central do debate, como mediador e articulador das principais ideias sobre um artigo de jornal escrito também por um homem. Outra vez, porém, não se tratava de “qualquer homem”, mas de um ex-deputado do Partido dos Trabalhadores, um ativista pelos

Direitos Humanos, um defensor das causas “das mulheres” por mais de 20 anos.

Retornei ao Coletivo Feminino Plural em janeiro de 2010, para entrevistar uma de suas coordenadoras, e liguei o gravador quando ela ainda comentava sobre o final do ano, sobre as tantas viagens que tem sempre para fazer, sobre os múltiplos compromissos de sua vida. Depois, ela me contou sobre o Coletivo, sobre sua história, sobre sua trajetória como feminista, ativista, acadêmica, e sobre como adquiriu a certeza de que “só é possível mudar por dentro”, ou seja, de que só se pode transformar aquilo com que não concordamos se estivermos lutando ao lado do inimigo, não em outro lugar.

Para ela, ser uma ONG institucionalizada resulta em reconhecimento, e o reconhecimento leva à formação de novas alianças, com novos grupos, novas instituições, e é deste modo que se vai garantir direitos, formular políticas públicas não discriminatórias, e construir, ao final, uma sociedade mais justa. Fundado em 1996, a partir de articulações entre mulheres feministas oriundas da Universidade e do ativismo na política partidária principalmente, o Coletivo se caracteriza por ser, na descrição de sua coordenadora, uma ONG feminista que atua em redes locais, nacionais e internacionais, e tem como principal objetivo a defesa dos Direitos Humanos de mulheres e meninas.

Conversamos sobre sua trajetória, mas ao contá-la, ela também ia traçando parte da trajetória de movimentos de mulheres, partidários, e outros dos quais fez parte, como o estudantil. Sobre o Coletivo, um de seus primeiros comentários disse respeito à correria que é coordenar o grupo, ser secretária da Rede Feminista de Saúde, e ainda trabalhar. Graduada em Jornalismo e mestre em Ciência Política, esta ativista fez questão de ressaltar: “não sou remunerada para estar aqui, eu tenho meu trabalho, porque os cargos que ocupo aqui não são pagos”. A presença de recursos, entretanto, é questão crucial para a existência do Coletivo e seu funcionamento. Através de projetos financiados por diversas agências e instâncias, algumas delas governamentais como o Ministério da Saúde e a SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República²³, o grupo pode manter sua sede, seus

²³ Segundo o site da SPM (<http://www.sepm.gov.br>), a Secretaria foi criada através da Medida Provisória 103, de 1º de janeiro de 2003, primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania. Através de um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em sua terceira edição em 2010, a SPM articula Estado e sociedade civil, também com financiamento de projetos diversos, inclusive

equipamentos, linha de telefone, e seus projetos voltados para mulheres, especialmente na área de saúde e combate às violências.

Perguntei a ela se ela considerava que há alguma diferença entre os recursos, se há um “dinheiro bom” e um “dinheiro ruim”, classificação que eu tinha ouvido nos movimentos autônomos. E ela me disse de forma decisiva e serena que “não, não há, porque recursos são recursos, e estes são necessários para toda e qualquer atividade que se queira fazer. Claro, isso não significa compactuar com exploração de mão de obra, trabalho infantil, exploração de trabalhadores rurais, ou fechamento de acordos com quaisquer multinacionais, sem saber quem são”, mas para ela, é possível por exemplo receber recursos para fazer determinada ação, e garantir com eles a realização de outras duas, que talvez não fossem exatamente a ideia inicial de quem financiou o grupo. Isso, para ela, é uma forma de autonomia, de não “dever satisfações”, nem trabalhar apenas naquilo que determinam “aqueles que nos pagam”.

Já ao falar de si mesma, e de sua trajetória, a coordenadora do Coletivo Feminino Plural elenca uma diversidade de ativismos, que se confundem também com a diversidade do próprio campo dos movimentos de mulheres, feministas e político-partidários do sul do Brasil, no contexto por ela apresentado.

Aos 55 anos, minha interlocutora é uma paranaense do interior, graduada em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, que conta três casamentos e dois filhos. Não detalha a informação, mas refere ter “um filho biológico e outro adotivo”, em suas palavras. Depois de chegar em Porto Alegre, no início dos anos 1990, fez uma Especialização em Gestão Pública na Universidade do Estado do Rio Grande do Sul, e posteriormente Mestrado em Ciência Política na UFRGS. Oriunda de uma família classe média, seu engajamento político desde jovem não causou estranhamento, segundo ela, porque era um período de muitas lutas contra a ditadura e de intenso ativismo estudantil, operário, e também das mulheres, entre o fim dos anos 1970 e início da década de 1980.

Definindo-se como “heterossexual até agora, mas em exercício da pluralidade ainda que não de fato”, me contava seus caminhos até chegar ao Coletivo Feminino Plural. E ao ouvi-la, ficou fácil compreender as muitas utilizações da noção de pluralidade por ela, que passou pelo Movimento Feminino Brasil Mulher, em 1977, aos 22 anos; que esteve depois no Movimento Feminino pela Anistia, em 1978; que concorreu à deputada estadual com 26 anos, em 1986, pelo recém fundado PMDB²⁴; que atuou em movimentos tão distintos quanto o Movimento contra a Carestia, nos anos 80, até movimentos de defesa da Amazônia e o movimento estudantil. Enquanto ia listando suas atividades desde a adolescência, pude perceber em minha interlocutora uma inquietação com sua própria trajetória, como se fosse preciso afirmá-la para não esquecê-la, para inscrevê-la, para marcar seu lugar nos feminismos e movimentos. Em todo o tempo da entrevista, suas falas eram pontuadas por observações que a remetiam ao lugar central nos eventos, ou de liderança, ou como articuladora, ou como alguém que iniciou e algum tipo de atividade nova dentro das pautas já existentes.

Segundo a visão dela, dos anos 70 até a fundação do Coletivo Feminino Plural, em 1996 não só as demandas feministas mudaram, mas também as organizações em torno da questão da mulher, e ela afirmou saber disso com clareza. Para ela, que passou por partidos políticos, redações de jornais, espaços acadêmicos, não é possível pensar na existência de grupos que não sejam formalizados, ou, não é possível se estes grupos pretendem realmente garantir condições de transformações sociais. Novamente, a questão das redes, das articulações, dos recursos, da formação de recursos humanos aparece para ela como crucial para garantir conquistas de direitos, ou o que ela chamou de “mudança por dentro”.

O Coletivo Feminino Plural integra observatórios nacionais de políticas públicas, como o OBSERVE²⁵, que monitora a aplicação da Lei

24

Partido do Movimento Democrático Brasileiro, até 1980 chamado de MDB – Movimento Democrático Brasileiro, principal opositor do partido de sustentação dos governos militares, ARENA – Aliança pela Renovação Nacional. O MDB e depois PMDB era composto por integrantes de outros partidos que perderam força ou foram extintos (ou entraram na clandestinidade) após o golpe militar de 1964, e foi de suas fileiras que saíram alguns dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, ainda nos anos 1980, e posteriormente, alguns dos fundados do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira (anos 1990).

25

Observatório Nacional para Implementação da Lei Maria da Penha, coordenado nacionalmente pelo NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia, e que congrega quatro coordenações regionais (a do RS estava

Maria da Penha; participa de redes latinoamericanas de pesquisas sobre mulher, gênero e feminismos, atua nacionalmente através da Rede Feminista de Saúde, da qual também faz parte, e mantém parcerias com órgãos governamentais, não governamentais, e outras instituições e movimentos.

Fundamentalmente, as redes das quais participa o Coletivo Feminino Plural são compostas por ativistas que tem em comum a militância político-partidária (e as outras integrantes do grupo com que conversei também estão inseridas neste perfil), a formação acadêmica, e certo traço de profissionalismo em suas atuações.

Tanto a Rede Feminista de Saúde, quanto o OBSERVE, por exemplo, são compostos tanto por ONGs e outros grupos dos movimentos sociais quanto por núcleos de pesquisas acadêmicos, articulando desta forma ativismo e militantes com pesquisadores universitários, o que demonstra o reconhecimento dos campos como mutuamente competentes e qualificados para atuarem de forma complementar.

Essas redes articuladas também garantem visibilidade e recursos, ao proporcionar que projetos sejam elaborados e desenvolvidos a partir de gerenciamento conjunto entre núcleos acadêmicos e ONGs, além de garantir que suas lideranças participem de eventos nacionais e internacionais, ampliando assim sua visibilidade individual e coletiva, para seus grupos.

No que tange às atividades desenvolvidas dentro do que minhas interlocutoras desta rede chamam de “parceria com o poder público” (o que vale para qualquer instância governamental), merece uma problematização mais apurada, uma vez que esta noção de “parceria” de fato está informando sobre a participação dos movimentos da sociedade civil e suas redes no campo das relações com o Estado, com suas instâncias deliberativas, formais e reguladoras da sociedade, seja no campo da saúde, da educação, da segurança pública, da justiça.

Evelina Dagnino (2004) definiu como “confluência perversa” o fenômeno que ela chama de cooptação de entidades da sociedade civil pelos governos, gerando uma similaridade de

com o Coletivo Feminino Plural na época da pesquisa), quatro organizações consorciadas, e mais três redes nacionais que trabalham com as temáticas de mulher, gênero, feminismo, saúde, violências.

vocabulários e estratégias de ação, apagando distinções. Ou, em palavras de alguns membros de ONGs desde os anos 90, “passamos a trabalhar para tapar os buracos que o governo deixa com a ausência de políticas públicas”. Essa noção de ONGs como braços do governo é ignorada por ativistas como a coordenadora do Coletivo, inclusive porque defendem que é possível manter a autonomia ainda que sendo financiadas, e tem as parcerias e convênios como inevitáveis e necessários.

3.2. Redes Feministas, Conselhos, Fóruns: projetos múltiplos, militâncias plurais

A abordagem multi-institucional dos Movimentos Sociais, proposta por Elisabeth Armstrong e Mary Bernstein (2008), aponta que a sociedade é composta por múltiplas e contraditórias instituições, ou seja, é multi-institucional, e que o mercado capitalista, o estado burocrático, a democracia, a família nuclear e a religião cristã são instituições centrais do capitalismo ocidental contemporâneo. Assim, também, as instituições são materiais e simbólicas, não podendo ser separadas em economia, política, cultura, relações pessoais entre sujeitos. Este modo de operar em sociedade vai definir a composição dos movimentos sociais contemporâneos, e também, as associações e pertencimentos no interior destes, por parte de seus ativistas.

A figura do militante que está em “todas as causas” ou que segura “todas as bandeiras” não é nova, mas por certo emerge com mais destaque nos Novos Movimentos Sociais. Estes são o lugar por excelência da convergência, da associação entre causas e pautas reivindicatórias, e onde todos os temas podem estar interligados, dependendo dos objetivos que se tenha. No caso do Encontro Feminista Autônomo descrito anteriormente, houve a reunião de ativistas diversos, de tendências variadas, mas com objetivos (ou adversários) em comum, o que permitia sua associação. Assim, também, não era contraditório para nenhuma das mulheres presentes, o fato de ser lésbica e pertencer ao movimento das mulheres trabalhadoras rurais, embora vivendo na cidade, ou ser anarco-punk e aceitar integrar uma Rede organizada de Movimentos Autônomos. No campo das redes de movimentos institucionalizados essa possibilidade de múltiplo pertencimento, de variadas identidades em jogo nos movimentos sociais também está presente, e pelo menos uma de minhas interlocutoras reúne em si a representação de diversos grupos, em fóruns, conselhos e associações. Essa ativista parece ser um reflexo adequado da própria constituição do

Coletivo Feminino Plural, com suas redes, parcerias, e integrantes.

Mesmo espacialmente, poder-se-ia quase confundir o Coletivo Feminino Plural com a Rede Feminista de Saúde (escritório Porto Alegre), já que ambas as instituições funcionam no mesmo edifício, com distância de um andar entre elas, com no máximo 20 degraus de escada, ou nem isso. De uma sala para a outra, é possível inclusive a comunicação verbal, bastando levantar um pouco o tom de voz e manter as portas abertas, e não foram poucas as vezes em que vi isso acontecer enquanto estive lá. Formalmente, porém, a Rede Feminista de Saúde tem sua sala, seu acervo de publicações, revistas, vídeos, livros, seus computadores, sua secretária, sua jornalista, responsável por toda a comunicação da Rede e manutenção de seu espaço na rede de computadores, chamado de “ComunicaRede”, um misto de blog com site de notícias, atualizado diariamente pela jornalista responsável, com atividades, novidades, ações realizadas pelo mundo, e temas relativos à saúde da mulher, feminismos, direitos reprodutivos, saúde pública e ativismos.

Mas de qualquer forma, é preciso estar atenta para entender onde começa um grupo e termina o outro, em que momento a Rede é integrada por diversos grupos do movimento, inclusive o Coletivo Feminino Plural, e em que momento a Rede é uma continuidade do Coletivo. Ou em que momento uma determinada ativista está representando o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, ou falando em nome de seu grupo, ou transitando entre as mulheres negras ou defendendo o aborto, ou tudo isso ao mesmo tempo.

Em entrevista com uma ativista do Coletivo (definida por suas “companheiras” como “uma super ativista”), me foi possível acessar mais de perto essa lógica das diversas identidades dentro dos movimentos sociais, múltiplos e multi-institucionais como a sociedade.

Esta ativista é uma enfermeira de 56 anos, que atuou na saúde pública por mais de trinta anos, do momento em que saiu da faculdade até se aposentar, mas sem nunca parar de trabalhar pela saúde, segundo ela mesma. Muito simpática e decidida, ela contou em aproximadamente duas horas e meia os últimos 40 anos de sua vida, incluindo casamento, uma filha, e os motivos de porque nunca se filiou a um partido político, embora tenha

votado no mesmo por toda a vida, feito campanhas e até mesmo trabalhado mais de perto com alguns políticos.

Sua atuação na área da saúde a levou desde cedo aos movimentos de classe, e durante muito tempo foi vinculada aos sindicatos de servidores da saúde em Porto Alegre. Essa experiência passada, para ela, é comparada com o presente, quando refere que “há muita desmobilização nas lutas de classe, e lideranças só se mexem quando toca no bolso e olhe lá”, para dizer que só questões salariais importam, mas não as trabalhistas. Do sindicalismo até o movimento feminista não foi um longo caminho, segundo ela, uma vez que sempre esteve envolvida também em agendas que incluíssem a saúde da mulher. Se definindo como uma “metida”, ou seja, alguém que se engajava ao mesmo tempo em diversas atividades, ela relata ter passado por ações sobre mulher e tabagismo, sobre prevenção do câncer de mama, sobre mortalidade materna e violências contra as mulheres. Não satisfeita, se uniu a grupos que atuavam em redes contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, e depois de um tempo, foi parar no Fórum de ONGs/Aids do Rio Grande do Sul. Perguntei a ela quem ou o que, afinal, ela representava atualmente, e em quantas instâncias. Ela parou para pensar, e retomou sua trajetória de onde havia parado em seu relato: coordenou gerências distritais de saúde, representou a Secretaria Municipal de Saúde no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher por um tempo, atuou no comitê de combate à tuberculose, então entrou no Coletivo Feminino Plural, via Rede Feminista de Saúde, mas antes havia sido presidente do Conselho Estadual de Saúde, foi do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, participou de conselhos de mães em comunidades nas quais trabalhou como profissional da saúde. Fez uma especialização em Saúde Pública, a filha está no mestrado em psicologia, pesquisa Gênero, e ela estava se preparando para estar no Fórum Social Mundial na banca do Conselho Municipal de Saúde.

Antes de perder o fôlego com a gama sem fim de ativismos, engajamentos e atuações de minha interlocutora, registrei a informação sobre o Fórum Social Mundial. Questionei se ela, então, está oficialmente representando o Conselho Municipal de Saúde em instâncias formais, já que havia feito alusão a isso. E ela foi definitiva:

“Sim, mas nem sempre. Me interessa conviver com as meninas jovens, essas ativistas que tem um olhar de renovação e de mudanças... elas, que são radicais, é com elas que se aprende... Estou

querendo atuar na área de comunicação e saúde, também. E não abro mão de estar aqui no Coletivo, com as gurias. Porque tem muita coisa pra fazer, muita mesmo, e eu preciso saber que estou fazendo as coisas certas, não importa se não me dizem respeito, se não é problema meu. Tudo é problema de todo mundo, e eu sempre pensei assim, desde jovem. Não posso parar.” (diário de campo, entrevista, janeiro de 2010)

Sua fala, suas memórias, e a forma como me explicou suas múltiplas atividades e variadas causas com as quais se identifica, ainda que não a afetem diretamente, materializam o que sinaliza Wilson Ferreira de Oliveira (2007), sobre a participação dos sujeitos em Novos Movimentos Sociais. Para ele, os indivíduos devem preencher certas condições favoráveis à participação, tendo disponibilidade ocupacional e de tempo, além de ausência de compromissos e de compensações inibitórias (riscos e sanções externas). Porém, mesmo que essas condições favoráveis se apresentem, a disponibilidade participativa é maior quando está associada à laços interpessoais e outros vínculos, mas estes não serão pré-condição para a participação por si só.

3.3. Tradição, memória e política: feministas “das antigas” e novas feministas

Enquanto o campo avançava, e eu me dividia entre as reuniões de organização do Fórum Social Autônomo e as atividades e entrevistas com as ativistas da Rede Feminista de Saúde e do Coletivo Feminino Plural, alguns temas ocupavam minhas reflexões de forma contundente. Um deles, o jogo de espelhos que eu verificava em algumas falas, entre as “novas feministas” e as “velhas feministas”. Sobretudo, eu me questionava se isso de fato é passível de comprovação, i.e., de fato existem abismos geracionais tão grandes assim entre mulheres de faixas etárias distintas e seus modos de estar no mundo como feministas, e também como lésbicas feministas, no caso específico de minha pesquisa?

No início de novembro de 2009 estive participando do XV Simpósio Baiano de Pesquisadoras sobre Mulher e

Relações de Gênero, promovido pelo NEIM²⁶ da Universidade Federal da Bahia, que tinha por tema “Novos Espaços do Feminismo”.

A conferência de abertura do Simpósio ficou a cargo da professora Alda Britto da Motta, doutora em Educação, pesquisadora de Gênero da UFBA. E seu tema foi exatamente o dos espaços ainda não conquistados pelo feminismo, em especial no Brasil. Em uma fala simples, mas permeada por reflexões profundas de alguém que se define como “uma das jurássicas”. “Dinossauras” ou “jurássicas” é uma forma recorrente de auto-identificação entre ativistas feministas na faixa dos 50 anos ou mais. Ao mesmo tempo em que é uma categoria nativa que remete à antiguidade da sujeita ativista, em tom de auto-crítica, também é uma forma de se legitimar no campo, ao acionar uma autoridade que as “jovens” não tem, porque não viveram a maioria das lutas, conquistas, e não participaram da emergência do movimento feminista nos anos 70 e 80.

Em sua fala, a professora Alda Motta centrou-se principalmente nas questões geracionais, pontuando que no espaço teórico, os indivíduos se localizam também geracionalmente, e isso valerá para toda e qualquer relação e rede social na qual estejam inseridos.

Segundo ela, o feminismo conseguiu dar conta de questões cruciais, como diferenças entre raça e etnia, sexo e gênero, grupos sociais, classe, mas ainda não conseguiu acessar a materialidade e a subjetividades do problema geracional, o que acarreta, no mais das vezes, o direcionamento de ações e pesquisas e lutas para mulheres jovens, adultas jovens, deixando de lado a questão de geração. Para ela, a velhice, pela proximidade com a morte, afasta as pessoas, e uma mulher idosa não é mais uma mulher, mas uma senhora de idade avançada. Deu exemplos de atendimento a casos de violências, por exemplo, que na maioria dos municípios da Bahia, ainda que sejam contra a mulher, se esta mulher tem mais de 55 anos, são encaminhados à delegacia do idoso. Isso, segundo a professora Alda, descaracteriza as mulheres, como se existisse diferença entre ser uma mulher e ser uma velha. Outro exemplo são os abrigos e redes de proteção social, que também não recebem mulheres idosas, especialmente aquelas que precisam de atendimentos ou cuidados especiais.

Para concluir, a professora Alda Motta lançou o desafio às presentes, de que é necessário que o campo feminista, tanto ativista

26

O NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher foi fundado há 27 anos, mantém um Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo, e criou a primeira graduação no país nesta área.

quanto acadêmico, comece a pensar de forma mais intensa sobre a velhice, as trajetórias de mulheres idosas, as mudanças trazidas pela passagem do tempo, e o que isso nos informa sobre o ser mulher, sexualidade, saúde, vivências.

Com que, então, as diferenças de geração também constituem uma preocupação no campo dos feminismos, e falas como a de outra integrante do Coletivo Feminino Plural, sobre o imediatismo de nossa época, a falta de memória sobre o passado, parecem corroborar a distância entre novas e velhas feministas.

Em janeiro de 2010, quando estava encerrando o trabalho de campo em Porto Alegre, entrevistei uma assessora parlamentar de uma deputada federal do Partido dos Trabalhadores de 48 anos, feminista que se define como “organicamente ligada” aos movimentos nos quais se engajou ao longo da vida. Em sua trajetória também estão articuladas a militância político-partidária, os conselhos (como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), e na época desta pesquisa, o Coletivo Feminino Plural. Leila, mãe de dois filhos adultos, apresentou uma visão interessante a partir de sua posição como ativista dos movimentos institucionalizados.

Foi ela a primeira a falar sobre a apatia dos movimentos sociais, e do que chama de “cooptação” destes pelos governos, principalmente pelos convênios firmados e financiamentos obtidos, o que, segundo ela, empobrece a discussão política; “os movimentos sociais estão bloqueados por questões financeiras”, ela me disse. Perguntei se ela vislumbra algum futuro possível, no cenário que me descrevia de modo tão pessimista, e então ela trouxe de volta a questão das gerações x movimentos:

“A renovação é necessária... é preciso ampliar as fileiras, mas falta articulação...quando se era jovem, no meu tempo, a gente se articulava, se agrupava, e se não se renovar, não tem futuro, porque as feministas estão velhas...mas tu vê, as relações hoje são de individualismo, a comunicação é online, tudo é diluído no mundo virtual. A internet facilita, mas também prejudica, porque inibe os encontros pessoais, e eles são necessários... não se tem mais memória de nada, não se sabe do que foi, a realidade do passado... e

então, como é que as jovens querem mudar, se não sabem o que nós já fizemos? Não se quer voltar ao fundo do poço, aos tempos de repressão, mas começar a lutar de novo... agora, se tu me pergunta o que é possível fazer, se tem saída, eu te digo que tem, sim. Mas eu... eu não sei onde está.” (diário de campo, 21 de janeiro de 2010)

Foi uma dura entrevista, esta, por perceber certo desânimo em minha interlocutora, mas ao mesmo tempo uma vontade sem fim de permanecer na luta. E também, por constatar que nem tão longe dali, onde estávamos, no centro de Porto Alegre, havia outros grupos diversos, compostos de pessoas jovens e velhas, mulheres e homens, negros e brancos, feministas e lésbicas, dizendo que outro mundo pode ser criado, e que este que aí está pode ser transformado, independente da passagem do tempo e da cronologia a separar as ativistas em campo.

Por outro lado, é fato que em meu campo, por exemplo, encontrei muitas jovens mulheres nos movimentos autônomos, que reivindicam um novo jeito de ser feminista, enquanto também acionam novas categorias sexuais, pessoais, relacionais, e elaboram suas redes sociais de ativismo utilizando ferramentas impensáveis há trinta anos, como os blogs.

Regina Facchini (2008) aponta alguns caminhos para se pensar sobre esse “novo feminismo”, em sua pesquisa com jovens meninas da cena roqueira em São Paulo. Em campo para sua tese de doutoramento, Regina Facchini direcionou seu foco para a cena *underground* paulistana, onde encontrou grupos de jovens mulheres, muitas delas ainda adolescentes, que incluem em suas expressões de diversidade além do gosto musical, da frequência de determinados locais, também a variação no exercício da sexualidade. Apesar de nem todas as pesquisadas reivindicarem uma identidade lésbica, a maioria delas mantinha ou havia mantido relações afetivas e sexuais com outras mulheres, e acionavam essas práticas como forma de contestação e afirmação de um novo modelo de feminismo, onde o ativismo político é exercido nas músicas, guitarras, roupas, e relações entre elas.

Regina Facchini em sua tese analisa a disputa entre “jovens” e “velhas” mostrando como suas interlocutoras se definem como feministas, mas elaboram um feminismo do seu jeito, articulando questões que talvez tenham passado despercebidas pelas feministas clássicas.

A noção, porém, de “novos feminismos” não é recente, e pode-

se mesmo refletir que o movimento feminista nunca foi um só, ou teve características estanques que assim o pudessem definir. Como apontou Maria Lygia de Moraes (2001), o movimento feminista foi, nos anos 70, um dos mais importantes movimentos de vanguarda política, por surgir em um contexto de opressão exercida pelos mais diversos meios – políticos, familiares, religiosos, do mercado de trabalho. Com isso, se as lutas eram direcionadas contra muitos “inimigos” da condição feminina, desde seu início o movimento feminista precisou ter muitas “caras” e apontar em variadas direções, reunindo em suas trincheiras uma variada gama de mulheres.

A propósito disso, também Miriam Grossi (1998) abordou as questões geracionais no bojo dos movimentos feministas, refletindo não apenas sobre as mulheres envolvidas em diferentes épocas com a militância feminista, mas também sobre as mudanças que o próprio movimento experimentou entre os anos 60/70 e os 90/2000, elencando algumas dessas mudanças a fim de demonstrar porque um crescente número de mulheres se envolveu com as temáticas feministas de forma ativa durante os anos 90, fazendo com o que o movimento deixasse de ser “um movimento identificado apenas com mulheres de uma única geração”. (p.286)

Mais do que ser um movimento multigeracional, multiétnico, pluralista, no caso dos grupos integrantes da Rede dos Movimentos Institucionalizados aqui descritos com ênfase no Coletivo Feminino Plural, os movimentos feministas também mantêm de certo modo uma característica observada desde sua emergência no Brasil, nas décadas de 1960/1970.

Segundo Celi Regina Pinto (2003) a presença de intelectuais em seu bojo fez com que o movimento feminista se aproximasse do que chamou “mundo da cultura erudita”, especialmente a Universidade. Assim, apesar das disputas e transformações ao longo das décadas, ainda verifiquei em minha pesquisa este perfil (ênfase novamente que pontuo a pertinência desta análise em relação aos movimentos institucionalizados) de mulheres acadêmicas, pesquisadoras, com trajetórias políticas variadas, mas com uma preocupação comum a respeito de uma postura profissional frente aos ativismos.



Pense e escolha com calma: Em que elemento está a sua alma?



Escolha o fogo se quer incendiar tudo

No fogo você encontra pesquisas, no "Questões de queimam", citações femininas no "Palavra de Mulher", crítica cinematográfica em "Na Fogueira", uma lenda sobre a verdadeira paixão em "Sapatinhos Vermelhos" e poesias em "Poemas do Fogo".



Escolha a água para mergulhar fundo

A água lhe trará a oportunidade de exercer a compaixão: "Gotas e Oceano de Compaixão", e desenvolver qualidade no "Colar de Pérolas". Você conhecerá preces de todas as tradições no "Caderno de Orações". E poderá molhar os olhos nos "Poemas das Águas".



Escolha a terra para dar frutos

Na terra você aprenderá meditações e práticas espirituais cotidianas no "Jardim Secreto", saberá como se transformar e crescer no "Cerimônias de Transformação", poderá conferir as fases da lua e outras informações no "Calendário do Feminino", e lerá poesias nos "Poemas da Terra".



Escolha o ar se está na hora de voar

O ar lhe oferece invenções de felicidade no "Pequenas Alegrias". Você também pode receber conselhos angelicais no "Visitações". Se você pretende decolar profissionalmente visite o "Aeroporto". Ou apenas voe um pouco com os "Poemas do Ar".

Imagem 9 – Página inicial do site do Coletivo Feminino Plural em <http://www.femininoplural.com.br/index.shtml>, em junho de 2010

Ano 3 - Edição nº 28 - Agosto de 2010

Rede Feminista DE SAÚDE
REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE
DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

ComunicaRede

Ajude a nossa f
Centro mais f
Hygia

Agenda

Destaque dessa edição

Editorial

Artigos

Clipping

07 de agosto
Diálogos Mulheres Negras

11 de agosto
Lei Maria da Penha

13 de agosto
Pelo Fim da Violência

14, 21 e 28 de agosto
Violência conjugal

18 a 20 de agosto
Saúde dos terreiros

23 a 26 de agosto
Fazendo Gênero

27 a 29 de agosto
Mulheres Lésbicas

1 a 4 de setembro
Homens e masculinidades

13 a 24 de setembro
Liberdades laicas

13 a 15 de outubro
Encontro de Psicólogos

Mulheres votam pela saúde integral
A saúde das mulheres e os seus direitos sexuais e reprodutivos são um tema político de primeira grandeza, cuja garantia depende de uma sociedade democrática e organizada, com a participação das mulheres e de um estado laico sem influência religiosa.

Um alerta aos candidatos e candidatas
O Brasil é signatário de importantes compromissos internacionais de direitos humanos, entre os quais o Programa de Ação de Cairo (CIPD) de 1994, com o qual se compromete a assegurar a saúde de ...

Relatoria aponta violações de direitos nos presídios femininos de Porto Alegre, Salvador e Pernambuco

Sociedade Civil vai monitorar as ações da Relatoria

Judiciário e Ministério Público terão acesso ao relatório

A Rede e as Eleições
Nem seria necessário fazer referência, mas todas as investigações até hoje realizadas sobre a presença temas polêmicos em períodos eleitorais mostram o debate sobre o aborto no BR desaparece da pauta política.

Patriarcado da violência

A lei não escrita

Mulheres com HIV e Aids

Eu sou atriz pornô, e daí?

A mortalidade materna é assun preocupante

Imagem 10 – Página inicial do site da Rede Feminista de Saúde, em <http://www.redesaude.org.br/portal/comunica/2010-08/>, em agosto de 2010

Atualização em 12.08.2010



Maria Mulher

ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

MARIA MULHER, 23 ANOS SUPERANDO OBSTÁCULOS



- ◉ QUEM SOMOS
- ◉ LINHAS DE ATUAÇÃO
- ◉ PROGRAMAS E PROJETOS
- ◉ PONTO DE CULTURA
- ◉ BIBLIOTECA ON LINE
- ◉ CONTATO COM MARIA

MARIA MULHER NO SEMINÁRIO DA UFRGS

Maria Mulher estará presente no I Seminário de Ações Afirmativas da UFRGS, no dia 20 de agosto na RODAS DE FALA onde Leticia Lemos da Silva abordará o tema Relações Raciais na Sociedade.

conheça nossa biblioteca on line

TESE SOBRE ORGANIZAÇÕES NEGRAS

A Revista Reflexão & Ação (vol 18, n. 01, ano 2010) da Universidade de Santa Cruz - UNISC, publica em sua última edição a tese: "Cultura e Afrodescendência: Organizações Negras Negras e suas Estratégias Educacionais em Porto Alegre (1872-2002)"
Autora: Lúcia Regina Brito Pereira

<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/articulo/view/1338/1036>

SAIBA MAIS

SEMINÁRIO DEBATES 2010



AGENDA DE MARIA



AGOSTO DE 2010

18 a 20/8 - SEMINÁRIO: As ações afirmativas no Brasil

30/7 - 1º Debate Preparatório para o I Encontro Nacional de Psiquiologas(as) Negras(as) e Pesquisadoras(as) sobre Relações Inter raciais e Subjetividade no Brasil (PSINEP).

22/07 - Seminário Mulher Negra em Foco

13 a 16/7 - XI Conferência Regional s/ Mulher da América Latina e do Caribe

Imagem 11 – Página inicial do site do Grupo Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, em <http://www.mariamulher.org.br/>, em agosto de 2010.



Themis

Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

A **Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero**, ONG fundada em 1993, busca no Direito e na Capacitação Legal, a efetivação dos direitos humanos das mulheres através do acesso à justiça, contribuindo assim, com a superação das desigualdades sociais.



Notícias
Programas
Campanhas
Agenda

Solenidade emocionante marca formatura das Mulheres da Paz

« Ler mais »

Imagem 12 – Página inicial do site da ONG Themis, em <http://www.themis.org.br/>, em julho de 2010.

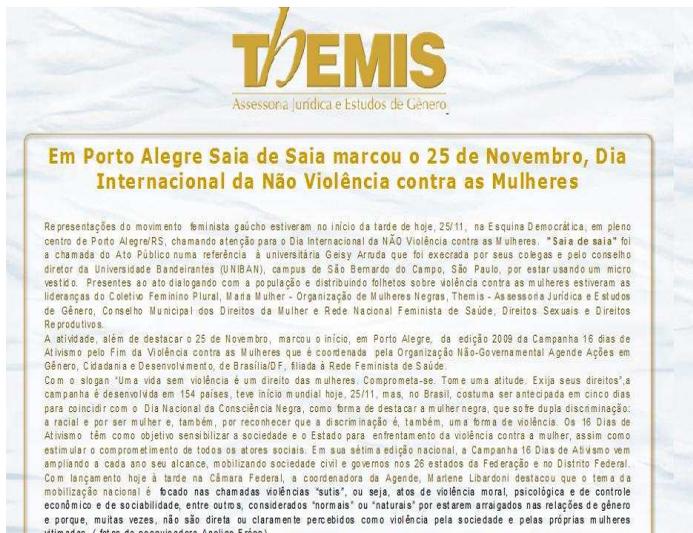


Imagem 13 – Nota do site da ONG Themis sobre atividade da Rede dos Movimentos Institucionalizados em 25 de novembro. Acesso em <http://www.themis.org.br/>, agosto de 2010.



Imagem 14 – Chamada para a Roda de Conversa promovida pelo Coletivo Feminino Plural, no site Informe Jurídico, em <http://www.informejuridico.com/>, acesso em janeiro de 2010.

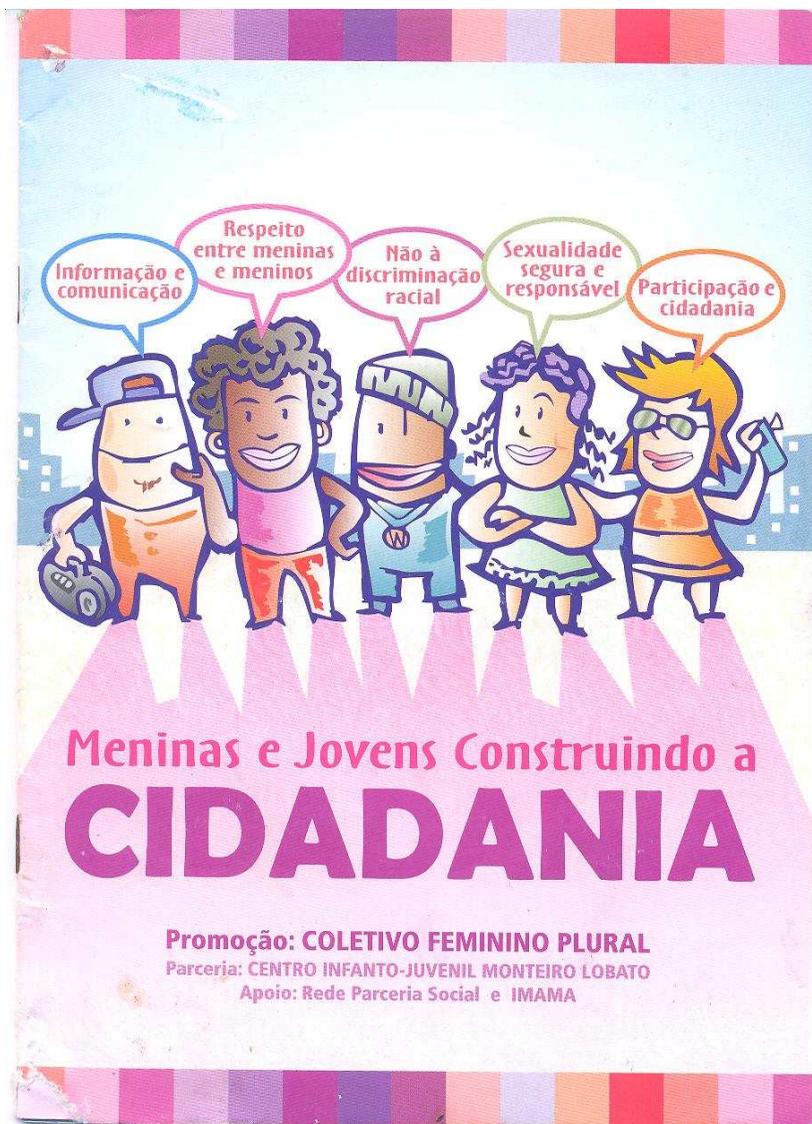


Imagem 15 – Cartilha Educativa para adolescentes do Coletivo Feminino Plural, lançada em 2009.



Imagem 16 – Folder Institucional do Coletivo Feminino Plural, lançado em outubro de 2009.



Foto 1 – Banner alusivo à Lei Maria da Penha, Esquina Democrática, Porto Alegre, 25 de novembro de 2009.



Foto 2 – Ativistas da Rede Institucionalizada no ato pelo dia 25 de Novembro, centro de Porto Alegre.



Foto 3 – Ativistas brincam com a chamada do ato: Saia de Saia

CAPÍTULO 4

MOVIMENTO (S) EM MULHERES

Neste capítulo estão apresentadas considerações acerca das articulações dos grupos e ativistas, tanto da Rede Autônoma quanto da Rede Institucionalizada, a partir de discussões sobre identidade e trajetória histórica do movimento LGBT e feminista no Brasil, com ênfase nas identidades e lesbianidades.

4.1. De quantas letras precisa a visibilidade?

A importância das redes sociais²⁷ como exposto anteriormente, está presente também no movimento LGBT, principalmente com o surgimento dos grupos de transgêneros alinhados em discussões específicas nem sempre contempladas pelos debates de gays e lésbicas.

Assim como verificado em muitos casos de grupos organizados de lésbicas, que surgiram de dissidências ou como subgrupos dentro do movimento gay, os grupos organizados de transgêneros (travestis, transexuais e demais variações) surgiram a partir do fim dos anos 1980, início dos 1990, na esteira de mudanças nos movimentos sociais em decorrência do surgimento da Aids, e da entrada de financiamentos

²⁷ Para o conceito de redes sociais, seguem como referências aqui John Barnes (1972); Larissa Lomnitz (2001); Wilson de Oliveira (2007); Boaventura Souza Santos (2001)

internacionais para ONGs no Brasil. A necessidade de discutir questões específicas, não contempladas por outros movimentos também fomentou a organização política desses grupos.

O primeiro grupo especificamente voltado para as demandas relativas às travestilidades e transexualidades foi a ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro, fundada em 1992. No ano seguinte, em 1993, outros nove grupos foram fundados pelo Brasil, e em 1995 surgiu a ANTRA – Articulação Nacional de Transgêneros, que viria a ser reconhecida como figura jurídica registrada em 2000.

Ressalto que há variações na sigla que define o movimento que até meados dos anos 90 era chamado de “movimento homossexual” (ou movimento gay), mas após a I Conferência Nacional GLBT, realizada em Brasília/DF em 2008, pactuou-se que formalmente, no Brasil, a designação para todos os temas referentes à diversidade sexual e identitária de gênero seria LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (o que incluiria travestis e transexuais). Apesar disso, a utilização da sigla LGBTTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros continua sendo vista. Em 2010, há novas discussões que visam a inclusão de mais uma letra na sigla, a “I”, para indivíduos Intersexos., já incorporados internacionalmente.

A utilização de siglas para definir ou representar as questões lésbicas, gays e mais tarde das travestilidades é creditada, nos anos 1990, à André Fischer, ativista criador do Festival Mix Brasil de Cinema da Diversidade. Entre 1996 e 2006, assinou, no Jornal Folha de São Paulo, uma coluna intitulada GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes, o que fez com que a sigla fosse incorporada tanto por ativistas dos

movimentos, quanto por indivíduos heterossexuais (ou assim auto-reconhecidos) que frequentavam a “cena alternativa” em São Paulo, logo espalhando-se para o resto do país. Embora imprecisa, a noção de “simpatizante” significava pessoas não preconceituosas, que tinham amigos gays e amigas lésbicas, e não se sentiam intimidados de participar de festas, eventos, festivais voltados à este público. Ser “simpatizante” se tornou sinônimo de comportamento politicamente correto, até que o próprio movimento se encarregou de atualizar a sigla, e torná-la o mais representativa possível. Estes processos de mudança nas siglas, incorporação de demandas e sujeitos através das letras foram analisados por Regina Facchini (2005), em seu trabalho oportunamente intitulado “Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90”.

A discussão a respeito da inserção de outras letras, ou grupos, vem se mantendo presente no campo dos movimentos e dos estudos acadêmicos, na medida em que novos sujeitos afirmam seu desejo ou necessidade de visibilidade dentro das políticas públicas principalmente. A Organização Internacional de Intersexos, fundada no fim dos anos 1990, com ramificações em onze países, entre os quais o Brasil, é uma das que defendeu a inclusão da temática da intersexualidade no campo das questões LGBT, retirando-a da abordagem médica restrita à correção da desordem sexual. Para a ILGA (International Lesbian and Gay Association), a inclusão da letra “T” em seus documentos oficiais se deu em 2006, e apesar de manter sua sigla de quatro letras, atualmente sua denominação oficial é

Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Pessoas Trans e Intersexuais, inclusive para a América Latina e o Caribe (ILGA-LAC). Essas denominações oficiais foram reafirmadas durante a realização da V Conferência Regional da ILGA para América Latina e Caribe, que ocorreu em Curitiba, Paraná, em janeiro de 2010. No caso específico do Brasil, a inclusão da letra relativa aos Intersexos na sigla LGBT está em debate, mas alguns ativistas já a utilizam.

Com o aumento significativo de grupos diversos (de gays, lésbicas, travestis, transexuais), a formação da ABGLT (em janeiro de 1995), a criação de fóruns, realização de conferências regionais e locais, pode-se verificar a importância das redes entre esses grupos dentro de um movimento que não é mais um só (como nos anos 80, em que se podia falar no Movimento Homossexual Brasileiro), mas muitos, e congrega em seu campo de atuação ONGs, associações, institutos de pesquisa, grupos independentes. As redes, e a própria ABGLT pode ser entendida como uma delas, a maior em atuação no Brasil, funcionam assim como um espaço onde todos podem discutir suas demandas e construir coletivamente propostas de transformação social, mesmo que individualmente mantenham suas posições e temáticas exclusivas.

Este agrupamento em redes, no qual ao mesmo tempo se verifica o acirramento das diferenças como produtivas e não apenas conflituosas, também não é recente.

Mesmo quando se pensava ou tratava o movimento homossexual como um, as diferenças já estavam presentes, como escreveu Peter Fry (1990), ao prefaciar a obra “A construção da igualdade – Identidade Sexual e Política no Brasil da “Abertura”, de Edward MacRae:

“Como muitos movimentos de libertação, o movimento homossexual brasileiro esposou um ideal anti-autoritário, pressupondo a igualdade de todos os seus membros. Este mesmo ideal supunha também uma semelhança fundamental e como que essencial entre os militantes. (...) Os militantes não eram tão iguais assim: uns falavam melhor que outros, assim dominando as reuniões e influenciando mais na tomada de decisão. As mulheres e os negros homossexuais logo se sentiram suficientemente diferentes para formar seus próprios grupos, buscando escapar do machismo e racismo para melhor “trabalhar suas condições específicas”. Havia também uma intensa disputa entre aqueles ligados aos partidos políticos e aqueles que acreditavam na necessidade de manter a todo custo a autonomia do movimento homossexual.” (p.12)

Assim como verificado nos processos de emergência dos movimentos feministas, a noção de uma “igualdade” entre os membros do movimento homossexual já era problematizada, uma vez que as possibilidades de agência entre os sujeitos é sempre diferenciada, e será determinada por variáveis que nem sempre podem ser reunidas e explicitadas como únicas.

No que tange à organização específica de lésbicas no Brasil, Miriam Martinho (2004), retoma o histórico dos grupos a partir de 1979, quando as primeiras mulheres auto identificadas como lésbicas ingressam no Grupo SOMOS, de São Paulo, formando um subgrupo que recebeu diversas denominações (*Facção Lésbica-Feminista*, *Subgrupo Lésbico-Feminista*, *Ação Lésbica-Feminista*) e por fim, foi chamado de *Grupo Lésbico-Feminista*, ou simplesmente *LF*.

A importância deste grupo de mulheres, apesar de sua existência breve como tal (entre 1979 e 1981) foi vital para a visibilidade de duas questões que mais tarde seriam incorporadas e permaneceriam em debate no campo dos movimentos (e conseqüentemente das pesquisas sobre eles): qual o lugar da questão homossexual feminina dentro do movimento feminista, e qual o espaço ocupado pela (então assim chamada) questão da mulher, dentro do movimento homossexual. Também foi deste grupo a autoria da primeira publicação especificamente lésbica do país, o boletim ChanacomChana (primeira edição em janeiro de 1981)

Apesar de importante e atuante, o grupo foi dissolvido em meio à dissidências iniciadas ainda em 1980. Algumas de suas ativistas foram para outros grupos ou organizações feministas, e outras optaram por se manter no campo do ativismo exclusivamente lésbico, fundando no final de 1981 o GALF – Grupo de Ação Lésbica Feminista. Em São Paulo, este grupo teve suas atividades encerradas em 1988, quando deu origem à Rede de Informação Um Outro Olhar.

Nos quadros a seguir, um resumo cronológico dos grupos e publicações do movimento lésbico no Brasil a partir do final dos anos 1970, em levantamento realizado até 2004, pela Rede Um Outro Olhar.

Anos 80 - Organizações	Anos 90/2000 - Organizações
1979-1981 - Grupo Lésbico Feminista (LF) - SP	Rede de Informação Um Outro Olhar (12/04/1990..., formalização estatutária)
1981-1988 - Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF-SP)	Grupo Deusa Terra (SP) - Encerrado
Grupo Terra Maria Opção Lésbica (SP)	Grupo Afins (Santos, SP) - Encerrado
Grupo Libertário Homossexual (BA)	Estação Mulher (SP) - Encerrado
Grupo Terceira Dimensão (RS)	Coletivo de Feministas Lésbicas (SP)
Grupo Gaúcho de Lésbicas Feministas (RS)	Grupo Lésbico da Bahia
Rede de Informação Um Outro Olhar (1989 - gestão)	Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro
	Movimento D'Ellas (RJ)
	Associação Lésbica de Minas

Fonte: Rede de Informação Um Outro Olhar

Periódicos – anos 80	Periódicos – anos 90
Jornal Chanacomchana (1981). Edição 0 – Publicado pelo Grupo Lésbico-Feminista (LF)	Boletim Um Outro Olhar do 12 ao 25, até 1995, pela Rede de Informação Um Outro Olhar
Boletim ChanacomChana (12 edições- 1982 a 1987), publicado pelo Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF)	Boletim Gem , publicado pelo grupo Estação Mulher. Encerrado.
Boletim Iamaricumas (RJ) , pelo grupo de mesmo nome	Boletim Deusa Terra , publicado pelo grupo Deusa Terra. Encerrado.
Boletim Amazonas , publicado pelo Grupo Libertário Homossexual (BA)	Revista Femme , publicada pelo grupo Afins. Encerrada.
Boletim Xerereca , publicado por Rita Colaço e independentes (RJ)	Boletim Lesbertária , publicado por lésbicas-feministas de São Paulo. Encerrado.
Boletim Ponto G , publicado pelo Grupo Lésbico da Bahia	Boletim Ponto G , publicado pelo Grupo Lésbico da Bahia
Boletim Ponto G , publicado pelo Grupo Lésbico da Bahia	Boletim Ponto G , publicado pelo Grupo Lésbico da Bahia
Boletim Um Outro Olhar do 1 ao 12, até 1990, pela Rede de Informação Um Outro Olhar	Boletim Folhetim publicado pelo Movimento D 'Ellas
	Boletim Ousar Viver (1995...), publicado pela Rede de Informação Um Outro Olhar. 17 edições.
	Revista Um Outro Olhar (1995..., do 22....), publicada pela Rede de Informação Um Outro Olhar

Fonte: Rede de Informação Um Outro Olhar

Regina Facchini (2005) ao estudar o movimento homossexual no Brasil, e todas as mudanças pelas quais passou desde os anos 80, o fez para problematizar a construção de identidades coletivas nos anos

90, tendo como foco um grupo ativista homossexual da cidade de São Paulo. A partir desse recorte, a autora pode reconstituir a trajetória do movimento no país, e o que ela encontrou, inclusive dentro do próprio grupo pesquisado (Grupo CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor, de São Paulo), foi a quase ausência total de mulheres, em que pese a relevância histórica de grupos femininos de lésbicas pré-anos 90 em São Paulo principalmente.

Neste campo, repleto de letras, siglas, redes, representações, há espaço ainda para questionar o que de fato pode dar visibilidade à determinados grupos, indivíduos, práticas? E esta visibilidade é mesmo necessária? Felipe Fernandes (2010) teoriza sobre uma “explosão discursiva da homofobia” neste campo, ao analisar a emergência do conceito, e suas diferentes apropriações por agentes sociais variados, que vão desde políticas públicas na área da Educação, até os campos jurídicos e dos movimentos sociais. Me utilizo desta proposição de Felipe Fernandes, para refletir sobre a necessidade de visibilizar ações, grupos, movimentos, sujeitos: o que faz a visibilidade de mulheres lésbicas feministas? Elas estão incluídas na letra “L” da sigla LGBT?

Mais do que isso, é possível pensar em “lésbicas”, como se fossem todas iguais, valendo o mesmo para feministas?

Esses questionamentos podem convergir para uma suposição, a de que quanto mais exercitamos aquilo que Michel Foucault (1993) denominou de “vontade de saber” sobre as ações cotidianas, podemos estar, ao mesmo tempo, fortalecendo

de algum modo as estratégias de dominação e repressão.

As ativistas que entrevistei e acompanhei, na rede dos movimentos institucionalizados diriam que sim, que não é preciso “assumir” coisa alguma além do feminismo, e que tudo o mais estará incluído de alguma forma; na rede dos movimentos autônomos, a resposta seria não, e elas argumentariam que é preciso politizar as práticas, os modos de ser e estar no mundo, para demarcar as diferenças e fazê-las produtivas para a luta.

Não há, porém, uma resposta certa ou errada, e mesmo que ela houvesse, não seria objetivo deste trabalho encontrá-la, mas proponho que a reflexão sobre estas questões esteja em evidência aqui. Falo de uma pesquisa pontual, situada, e até certo ponto limitada, pelo tempo e pela época em que foi realizada (com feriados de fim de ano durante sua realização), mas entendo que há neste trabalho algumas possibilidades reflexivas a serem desdobradas futuramente. A principal delas é esta relação entre lesbianidades e feminismos, entre as mulheres visíveis e as invisíveis, as autônomas e as institucionalizadas; e eu mesma, neste lugar de pesquisadora, vou corrigindo minha rota descritiva, e pensando no quanto pode existir de classificatório e reificante na divisão de minhas interlocutoras em duas redes, e o risco de parecer que todas as mulheres lésbicas ativistas autônomas são iguais entre si, e todas as feministas de grupos institucionalizados idem, o que não foi demonstrado pelo campo.

No que tange à discussão sobre o “assumir-se”, e o impacto que essa aderência a uma identidade homossexual (ou lésbica, ou transexual, ou bissexual), tem sobre a organização dos sujeitos em movimentos, Edward MacRae (1987) propôs que se pensasse exatamente sobre a

possível opressão trazida pela necessidade desta identificação:

“Desde meados de 1979 tem existido no Brasil, com níveis de atividade variável, grupos dedicados a mudar a forma preconceituosa com que são encarados os homossexuais e a combater a sua marginalização. Mas da mesma forma que os outros movimentos reivindicatórios, como o feminista e o negro, que privilegiam a questão de identidade mais do que a de classe, o movimento homossexual tem sofrido uma série de questionamentos acerca de sua validade. Uma das dúvidas frequentemente levantadas concerne ao resultado possivelmente opressivo que pode ter a atitude de seus ativistas de aceitarem e até exibirem com orgulho o rótulo "homossexual". (p.81)

No caso de minhas interlocutoras nesta pesquisa, essas discussões estão presentes, e as discursividades se articulam também em torno de diferenças positivadas, ou seja, acionadas como algo produtivo, propositivo, transformador. Porém, para que essas diferenças sejam visibilizadas, é preciso assumi-las, e esta questão emerge com mais ênfase entre as ativistas que utilizam a categoria de “lésbicas políticas”, na Rede Autônoma.

Da mesma forma, Richard Milkoski (2005:19) argumenta que “a diferença não precisa ser uma marca, uma categoria ou um estigma, mas algo que nos faça repensar modelos que nos aprisionam em um binarismo de gênero que não se sustenta”. As discussões sobre binarismos e as críticas aos muitos processos de análise já elaborados sobre estes não é restrito ao campo clássico do embate entre as categorias sexo e gênero, por exemplo, já que para além dessas abordagens há uma longa tradição de diálogos teóricos sobre a sexualidade,

sobre a homossexualidade e as formas de experienciar práticas a partir de construções políticas coletivas.

Miguel Vale de Almeida (2004) discute o tema à luz da questão sobre a constituição da homossexualidade, e do embate existente no campo:

“De facto, os debates sobre o que constitui a homossexualidade (à semelhança daqueles sobre o género) podem ser vistos em termos de uma negociação entre posições essencialistas e construccionistas. Enquanto as primeiras encaram a identidade como natural, fixa e inata, as segunda entendem-na como fluida e como efeito do condicionamento social e dos modelos culturais disponíveis.” (p.2)

Peter Fry e Edward MacRae (1983) não só questionaram a validade dos binarismos, das divisões entre homossexuais e heterossexuais, mas também fizeram a defesa da ambiguidade como positiva e construtiva dos sujeitos. Afirmam eles:

“Tem muita gente que preferiria não ter que se submeter a estas novas categorias sociais que tendem a empurrá-los para "guetos" estanques. Prefeririam que estas categorias sociais fossem elas mesmas combatidas e acabam entrando em choque não só com a ciência médica mas também com alguns "homossexuais conscientes" que, por razões várias, têm interesse na manutenção das distinções. Afinal, negar a inevitabilidade da fronteira que separa os "homossexuais" dos "heterossexuais" colocaria em questão a própria noção de uma identidade homossexual que, para muitas pessoas, representa um modo de dar ordem às suas vidas, cheio de possibilidades de gratificação e muitas vezes "assumido" a duras penas.” (p. 120)

A noção de gueto trazida por Peter Fry e Edward MacRae se aproxima das ideias de Nestor Perlongher (1987) a respeito. Não se trata de um locus geográfico para o qual seriam enviados os sujeitos, ou para os quais convergiriam por vontade própria e “identificação” com seus iguais, mas para além disso, seria um espaço, mas sim de todas as relações e atributos envolvidos neste processo identitário e separador.

A esse respeito, da desconstrução dos binarismos, ainda que em nome da afirmação da ambiguidade, tomando-os portanto como não sinônimos, encontramos em Maria Noemi Brito (2001) considerações no que tange ao feminismo:

“O feminismo contemporâneo, através da crítica à rigidez das oposições binárias como categorias explicativas, tem buscado referenciais de análise menos limitados, os quais permitam integrar homens e mulheres nas suas relações, no desenvolvimento dos processos sociais. (...) Os dados levantados em pesquisas de historiadoras e antropólogas têm mostrado experiências femininas que não podem ser interpretadas a partir de definições dicotômicas, preestabelecidas. A emergência de tais dados conduziu ao reexaminar conceitos e critérios sobre as relações entre o privado e o público, bem como entre o pessoal e o político, na busca de novas alternativas de análise.” (p.292)

Os reflexos dessas discussões permeiam também os engajamentos de ativistas no interior das redes de movimentos autônomos e institucionalizados, sejam elas lésbicas e

feministas ou feministas alinhadas com modelos mais tradicionais, e definem as pautas de reivindicação destas mulheres, e suas afirmações identitárias, como as que verifiquei em campo. A questão da visibilidade necessária, da afirmação da distinção como marca imperativa capaz de provocar transformações, aparece nos discursos de algumas de minhas interlocutoras como a única via pela qual se alcançarão, p.ex., os direitos pelos quais lutam. Também, nas falas de mulheres feministas e lésbicas com que dialoguei durante a pesquisa, a identidade emerge como indissociável de suas escolhas ativistas, não se restringindo, porém, às questões concernentes às suas sexualidades, ideologias políticas, ou pertencimentos étnico-raciais.

4.2. Movimento (s) em mulheres: trajetórias marcadas pelo ativismo em falas e corpos

As trajetórias de minhas interlocutoras falam de escolhas, caminhos, opções políticas, afirmações de práticas, saberes, elaborações relacionais do estar em sociedade. Cada uma delas de seu lugar, de seu espaço-tempo, informa sobre que significados atribuem ao ser feminista, ser lésbica, ser camponesa, ser cientista política, ser mãe, ser negra. Ou muito disso ao mesmo tempo, como no caso de várias delas.

O lugar da identidade na diversidade está garantido, se pensarmos em trajetórias semelhantes a partir da noção de pessoa formulada por Marcel Mauss (2003); para ele, povos primitivos teriam a noção de representações para lugares sociais, personagens de rituais, mas só com o desenvolvimento das sociedades emergiu a idéia de pessoa como um ser capaz de estar representando a si mesmo. Esta

noção de pessoa, uma vez constituída, pode ser compreendida como uma idéia-valor, e, portanto, uma categoria ideológica, uma representação social.

Antropologicamente, a noção de identidade está ligada às variadas formas de relações entre as pessoas e seus grupos sociais, e como se dão, nos diferentes níveis de interação, as trocas simbólicas e materiais entre grupos e pessoas. Assim, tem-se que a identidade de alguém é relativa à de outras pessoas ou grupos, com os quais interage. As identidades, assim, seriam representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro, pela relação com o outro, pela necessidade de tornar-se mais ou menos livre na presença do outro.

Como aponta Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a noção de identidade se dá de forma dialética, num jogo contínuo entre a identidade da semelhança com determinado grupo e a identidade contrastiva, entre o grupo social ao qual o sujeito pertence e os demais.

“(...) a associação de um grupo com um lugar ou com uma pessoa também reflete mecanismos de identificação por contraste, como se os membros do grupo se representassem inequivocamente “semelhantes” entre si, enquanto “diferentes” dos membros de outros grupos de referência.” (p.37)

Referindo-se às relações de identidade, o autor propõe que se olhe as identidades como complementares ou combinadas, i.e., uma identidade que é do sujeito ou do grupo ao qual se declara pertencente, relacionada com a identidade de outros sujeitos ou grupos, resulta em identidade relacional.

A identidade surgiria, assim, também por oposição, implicando a afirmação do “nós” diante dos “outros”, nunca se mantendo ou afirmando de forma isolada. Formar grupos, assim, seria o reflexo dos mecanismos de identificação. Estas identidades, ou todas as suas facetas diversas, de algum modo se projetam nos corpos, nas falas, em cada relato que ouvi, e em cada proposta de atividade que acompanhei desde o início.

O que tentei demonstrar neste trabalho, guardadas suas limitações, é esta nova forma de refletir sobre os processos de organização de mulheres, dentro da perspectiva dos estudos de gênero, dentro do campo dos movimentos sociais, sejam eles estruturados em redes institucionalizadas ou autônomas, e de que forma as sexualidades, diversidades étnicas, ideologias políticas estão articuladas e são negociadas por suas agentes.

Penso que a questão central aqui é próxima do proposto por Karla Adrião e Maria Juracy Toneli (2008), a do uso da categoria “mulheres” no movimento feminista. Dizem as autoras:

“O grande problema político para o feminismo continua sendo o de que o termo mulher denote uma identidade comum. “Eu sou aquele nome?” trata-se de uma pergunta gerada pela possibilidade dos múltiplos significados do nome, pois, se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (Butler, 2003). O gênero nem sempre se constitui de maneira coincidente nos diferentes contextos culturais, históricos, além do fato de o mesmo estabelecer intersecções com categorias tais como raça/etnia, classe, sexo, geração.” (p. 466-467)

Em minhas interlocutoras, as formas de identificar-se com algo

podem ser diversas, tanto quanto elas mesmas. Da menina de corpo coberto de tatuagens à feminista “das antigas” usando *tailleur* e *scarpin*, todas carregam em si as marcas de suas escolhas, de algum modo de ser mulher no mundo, com tudo que isso implica. As marcas identitárias do ativismo, seja ele jovem ou velho, usando as categorias delas mesmas, as aproximam mais do que distanciam, ainda que este reconhecimento nem sempre seja um exercício fácil de ser feito.

Na rede autônoma, jovens feministas lésbicas tatuadas com símbolos do feminismo ou com dois espelhos de *vênus* entrelaçados, utilizando-se assim de um símbolo do feminino que, repetido, torna-se uma afirmação lésbica. Na rede institucionalizada, mulheres que entram e saem de reuniões e longos processos de negociação, usam roupas sóbrias, e mantêm alguma forma de adequação corporal aos espaços que frequentam.

De uma forma ou outra, tanto as ativistas lésbicas radicais autônomas quanto as feministas acadêmicas, e todas elas com suas marcas de identidade, estão seguindo aquilo que foi proposto por David Le Breton (2001), para quem os *piercings* e tatuagens são marcas corporais sinalizando que o corpo por si só não basta, que não é suficiente em si mesmo para significar o sujeito e seus pertencimentos, mas deve ser também marcado, sinalizando suas diferenças e sua importância.

No caso das feministas entrevistadas, mais velhas, de origens acadêmicas, trânsito em esferas de poder do Estado,

com as quais estão em constantes negociações e articulações, estas parecem se adequar aos processos disciplinatórios e reguladores do corpo, na esteira do que propõe Michel Foucault (1997), sobre o papel da disciplina e dos mecanismos de vigilância sociais para produzir corpos dóceis, organizados, capazes de reproduzir o que deles se espera.

Tanto um grupo de mulheres quanto o outro, porém, estão em relações performáticas, estão, como apontou Judith Butler (2008). Não performatividade no sentido de uma performance social, de uma representação, mas de uma reiteração das normas reguladoras. E por serem normas reguladoras, as compreendo aqui como institucionalizadas ou autônomas: de uma forma ou de outra, há um conjunto de atos, ações, representações discursivas e corporais, que dão às lésbicas, às feministas, às mulheres e seus movimentos um certo conjunto de informações sobre como agir, como se portar, como dizer, como atuar.

4.3. Lesbianidade política, Feminismo por princípio

A escritora e ativista feminista durante os anos 1970 e 1980 Leila Miccolis (1983), abre seu artigo intitulado “Eram as lésbicas marcianas” contando:

“Uma vez me perguntaram, numa entrevista: “o que é ser lésbica?”, e eu respondi, sem pestanejar: “deve ser um ser estranho, tipo marciano. Eu mesma nunca vi uma”. Com isso, queria questionar a divisão da mulher em lésbica e não lésbica. Queria dizer que não existe uma raça à parte, que as pessoas são pessoas, e homossexuais ou heterossexuais são os atos que praticam, não

elas em si. Um “ser lésbico” ou um “ser heterossexual” deve ser coisa de outro mundo, e por mais que se pareça conosco e fale a mesma língua, será um alienígena.” (p.73)

Vinte e sete anos se passaram desde que essa resposta foi dada. Certamente lésbicas não são mais vistas como alienígenas, mas é inegável que ainda são mulheres “diferentes”, cujas identidades políticas, sexuais, subjetivas estão em constante questionamento social. Sobretudo, segundo falas de minhas interlocutoras, em especial nas discussões sobre lesbianidade ocorridas nos movimentos autônomos, porque elas subvertem a norma heterossexual e falocêntrica, retirando o homem de suas vivências afetivo-sexuais, ousando assumir que dele não necessitam para que sejam mulheres plenas.

No que tange ao exercício da homossexualidade feminina, e todas as possibilidades de tornar este exercício “visível” ou “invisível” de acordo com o espaço de sociabilidade e os outros indivíduos envolvidos em maior ou menor grau na relação, encontramos em Maria Luiza Heilborn (1996 e 2004) mulheres que não se sentem obrigadas a assumir uma única identidade sexual e/ou afetiva, posicionando-se entre as variáveis SER e ESTAR (homossexual), às quais podem tanto pertencer quanto não, de acordo com a circunstância.

Embora as interlocutoras da pesquisa de Heilborn não fossem mulheres ativistas dos movimentos lésbicos, pelo menos para uma delas a exigência de certa identificação lésbica, ou de uma certa representação de uma identidade lésbica, dentro do movimento, levou a seu afastamento deste.

Ainda em relação à questão do assumir-se ou reconhecer-se como homossexual ou lésbica, há quase 30 anos Peter Fry (1982), refletia sobre isso, quando escreveu um artigo a respeito de identidade e de reconhecimento dos indivíduos como homossexuais. Segundo ele, pode-se fazer duas perguntas relativas aos exercícios de sexualidade (ou, contemporaneamente, de afetividades também) dos sujeitos: se alguém é homossexual, ou se alguém *transa* com pessoas do mesmo sexo. E ele sugere que a segunda pergunta é mais pertinente:

"A pergunta supõe que o desejo sexual para um parceiro do mesmo sexo é apenas um aspecto das atividades da pessoa, e que qualquer um tem esse aspecto em potencial. Em suma, a primeira pergunta supõe que as pessoas são homossexuais, heterossexuais ou bissexuais, enquanto a segunda tem como pressuposto que as pessoas estão circunstancialmente qualquer uma dessas coisas (...)"

No campo teórico contemporâneo, na esteira das discussões da *teoria queer*, uma de suas principais teóricas, Eve Sedgwick (2007), analisou os mecanismos daquilo que poderíamos chamar de “coming out”, refletindo sobre a homossexualidade desde Stonewall até nossos dias, aponta que os jogos sociais (designação minha) entre esconder/mostrar, assumir/ocultar, revelar/mentir, para homossexuais, acabam sendo estratégias reguladoras de sua existência e do exercício de suas afetividades e sexualidades, determinando de que forma suas relações sociais em todas as ambiências vão ser construídas, elaboradas e vivenciadas. A noção de “armário”, para ela, vai além de apenas viver sua homossexualidade de forma discreta, não revelada, ou revelada a alguns poucos, mas, mais do que isso, a autora questiona de forma

contundente o “assumir-se”, e faz uma reflexão sobre o fato de que isso quase nunca é feito de forma integral, ou com todos, ou o tempo todo.

Assim, gays e lésbicas estariam o tempo todo dimensionando e ressignificando suas experiências, sejam elas sexuais ou não, de acordo com quem são seus interlocutores, e em qual contexto se encontram. Na dicotomia conhecer/ignorar, estão e estarão em jogo muito mais que a aceitação familiar, de amigos, de colegas de trabalho, mas possibilidades mais amplas de se manter inserido nas conexões sociais complexas que definem o relacional de cada indivíduo.

Ainda pensando sobre as lesbianidades como vivências não estanques, diversas em si mesmas como experiências, busco em Adrienne Rich (1981) suas reflexões acerca do tema, quando esta diz que é preciso pensar nas relações entre feminismos e lesbianidades, mas propõe um olhar mais radical sobre a heterossexualidade como norma, como condição obrigatória. Adrienne Rich desenvolve e propõe um debate provocador, instigante, sobre a heterossexualidade como obrigação, construída politicamente, socialmente, culturalmente, sobretudo sobre as mulheres, convergindo para a proposição de Judith Butler (2008) sobre a performatividade das práticas, e sobre a necessidade de romper definitivamente com a naturalização da heterossexualidade e a diferenciação identitária baseada no biologismo sexual. Adrienne Rich sugere que se pense em “existência lésbica”, mais do que em “lesbianismo”, considerando que esta categoria emerge no contexto das

patologias, classificações, diferenciações sociais construídas no bojo da normatividade mercadológica, social, cultural e sexual imposta aos indivíduos, mas, novamente, sobretudo às mulheres.

Neste campo, Tânia Navarro Swain (2002), aponta para as diversas constituições do que seria “uma lesbiana”:

“É lesbiana aquela que ama, dorme, se sente atraída, vive com outra mulher? Todas estas opções, ou uma dentre elas, podem definir uma lesbica? É preciso ter um amor exclusivo pelas mulheres? É preciso haver sexo genital para tornar-se uma? Estas simples questões desfazem a evidência da categoria e apagam os limites das definições esboçadas rapidamente.” (Labrys, acesso online 23/04/2010)

Para a autora, é crucial olhar para a história do feminismo como algo produzido por mulheres que se auto reconhecem como feministas, mas que deu lugar, aos poucos, à uma pluralidade conceitual e teórica, dando origem à diferentes posições que “tentam responder às especificidades e às variáveis que compõem a experiência das mulheres no social” (Labrys, 2002, acesso online).

Todas essas noções teóricas remetem às falas de ativistas como Marian Pessah (2009), que em artigo publicado no livro “En rebeldia” afirma categoricamente que ser lesbica é uma atitude política, mais do que sexual ou afetiva, e assim deve ser entendida:

“Do lugar em que me posiciono, ser lesbica não é unicamente escolher uma mulher a quem amar, é

sobretudo uma luta e uma prática política. Inicia com a resistência ativa de não acatar a heterossexualidade obrigatória e passa rapidamente para a ação, no momento em que se transforma em uma causa política, gerando consciência e visibilidade das necessidades de mudanças nas relações humanas.” (p. 74)

Essa afirmação de uma identidade política da lesbianidade que não é pautada apenas pelo afeto ou prática sexual mas marcada pela contestação à “heterossexualidade compulsória” está contida, ainda que não de forma tão específica, na análise que Michel Bozon (2004), faz sobre o “sair do armário” que tornou-se a um só tempo rito de passagem e ato político.

Já em Jules Falquet (2002), que também defende o uso de auto-reconhecimento enquanto lésbica, é a *condição feminina lésbica* que está em jogo. A autora afirma que se deve assumir a designação *lésbica* ao invés de *gay* ou *homossexual feminina*, pois é uma forma de reconhecimento global de suas ativistas. E é esta demarcação que também se encontra em Monique Wittig (2001), quando esta aponta para a necessária compreensão das mulheres como indivíduos obrigatoriamente heterossexuais, já que responsáveis pela reprodução da espécie humana. Diz a autora:

“A categoria sexo é uma categoria política que fundamenta a sociedade enquanto heterossexual. Dessa forma, não é uma questão de “ser” mas de relações (porque as “mulheres” e os “homens” são o resultado de relações). A categoria de sexo é a categoria que estabelece como “natural” a relação

que está na base da sociedade (heterossexual) e através da qual, a metade da população – as mulheres – são “heterossexualizadas” (...) Isso porque a categoria de sexo é o produto da sociedade heterossexual que impõe às mulheres a obrigação absoluta da reprodução da “espécie”, ou seja, da reprodução da sociedade heterossexual.” (p.46)

Entende-se, com isso, onde estão localizados os discursos de feministas ativistas e lésbicas ativistas que defendem a identificação e afirmação de suas vivências como fundamentais para fortalecer a luta por seus direitos: em um campo marcado pela diversidade, pelas dicotomias e disputas entre proposições, mas no qual todas elas estão situadas, como mulheres que tem o feminismo como base, como princípio, como mola propulsora de discursos, práticas, fazeres, resistências, movimentos.

Como reflete Maria Lygia Moraes (2001), as garantias e conquistas do movimento feminista implicam à todas as mulheres, como no exemplo das garantias incluídas na Constituição Federal brasileira promulgada em 1988:

“A Constituição de 1988, em que a participação das feministas foi decisiva, pode ser considerada uma das mais avançadas do mundo no tocante aos direitos das uniões consensuais dos filhos e da mulher. Também no campo dos direitos trabalhistas, há um maior reconhecimento dos direitos de uma profissão em que as mulheres predominam, a exemplo das empregadas domésticas. Nesse sentido, é inegável uma melhoria na condição das mulheres.” (Cadernos Pagu, 2001)

E nesses fluxos de mudanças, garantias de direitos,

transformações, renovações, coexistem feministas como as que entrevistei, lésbicas ou não, autônomas ou institucionalizadas, e tantas outras.

Ao receber, em 26 de março de 2010 o título de Cidadã Porto Alegreense, proposto por um vereador que disse reconhecer nela valores formulados teoricamente e executados na prática, a ativista feminista Télia Negrão disse, ao ser perguntada a respeito da honraria:

“(Este reconhecimento público) se insere no processo de maior visibilidade das mulheres quando desempenham o papel de alavancar mudanças nos campos políticos e sociais, que no Brasil são visíveis, embora se mantenham grandes exclusões. A sociedade ainda convive com desafios como a naturalização da violência, mas tem de admitir, ao mesmo tempo, que há um novo patamar de participação das mulheres no mundo”. (entrevista ao site Dialógico, 26 de março de 2010²⁸)

Esta fala, assim como tantas outras encontradas em campo, demonstram que os ativismos, as militâncias, os movimentos sociais, as trajetórias individuais e coletivas dos sujeitos, localizam-se naquilo que Michel de Certeau (1998) chamou de “artes do fazer”, ou seja as múltiplas condições e circunstâncias nas quais são inventados os cotidianos. Lugar também onde encontrei redes e teias de movimentos e ativistas que se constituem também no diálogo rico e profícuo com o campo das pesquisas de gênero e sexualidades,

²⁸ Acesso online em <http://dialogico.blogspot.com>, em 28 de março de 2010.

através de leitura e incorporação de seus aportes teóricos.

Refletindo sobre os avanços e reelaborações feitas por pesquisadores e pesquisadoras de nossa área (e todas as interlocuções com outras áreas), e sobre a consolidação dos estudos sobre sexualidades, identidades, gênero, Sergio Carrara e Júlio Simões (2007), retomam o que fora demonstrado e questionado por Peter Fry nos anos 1970 e 1980 de modo pioneiro, e sinalizam que o jogo entre modernidade e tradição, e todos os dualismos concernentes a isso, no campo das práticas e exercícios das sexualidades estava chegando para ficar não só nas pesquisas acadêmicas, mas também na sociedade.

“No final do artigo "Da hierarquia à igualdade", Fry se perguntava em tom quase melancólico se enfim estaríamos fadados a permanecer em sociedades dualistas (homem/bicha, hetero/homo etc.). Porém, o que provavelmente não estava muito claro para ele naquele momento era que a recusa do dualismo não era apenas *affair* universitário, encontrava ressonância na própria sociedade brasileira, pois o que talvez venha realmente marcando a singularidade brasileira seja menos a ênfase na oposição ativo/passivo ou em outros binarismos hierárquicos e mais a recusa em operar com dualismos e identidades essencializadas, incomensuráveis e intransitivas.” (p.95)

Assim, as diversas possibilidades de manifestação dos movimentos nas mulheres, sejam elas feministas ou lésbicas, ou ambas, quer se identifiquem com uma causa ou com muitas, é parte das problematizações aqui apresentadas. Do mesmo modo como o é este espaço ocupado pela pesquisadora, sua trajetória e suas reflexões, situada no campo que é, também ele, tão diverso quanto os sujeitos em

relação no seu interior.

4.4. Redes Autônomas, Redes Institucionalizadas: distâncias que aproximam, diferenças que assemelham

A escolha investigativa metodológica de enfatizar a divisão percebida como significativa pelas próprias interlocutoras desta pesquisa, pertencentes à diferentes movimentos sociais pesquisados por mim como institucionalizados e autônomos, seguindo a análise de Sônia Miguel (1988), remete à alguma dicotomia, que se constitui, ela mesma, como recorte analítico deste trabalho. Observei em campo o quanto estas divisões e classificações, em geral binárias e em oposição entre elas, ocupam um papel crucial nos movimentos feministas, e também de homossexuais, lésbicas, transgêneros, travestis, transexuais. As discussões sobre binarismos e as críticas aos muitos processos de análise já elaborados sobre estes, não é restrito ao campo clássico do embate teórico entre as categorias sexo e gênero, por exemplo, mas se estende ao longo dos estudos sobre sexualidades e também de movimentos sociais.

Dentro do próprio escopo teórico dos estudos feministas e sobre feminismos, encontramos em Sherry Ortner (2006) uma interessante análise sobre os diferentes modelos críticos do feminismo enquanto movimento, especialmente a partir dos anos 1970, quando novas questões entram no campo discursivo e ativista, muito em decorrência das interlocuções

com mulheres vindas de países em desenvolvimento. Para Sherry Ortner, contemporaneamente vivenciamos, tanto no meio das ativistas quanto dos estudos feministas, o tempo das múltiplas diferenças, como apontado por ela em entrevista concedida à Guita Debert e Heloísa Burque de Almeida²⁹ para o Cadernos Pagu, em 2006:

“O que temos basicamente hoje em dia é um tipo de feminismo das múltiplas diferenças, que é o feminismo do terceiro mundo e das minorias. De modo resumido, nessas posições, a dominação masculina é apenas um dos elementos, e nem é o mais importante em termos da atenção que recebe se comparada às outras questões. Elas se vêem como feministas, mas a questão não é mais centralmente sobre as mulheres, ou o gênero ou dominação masculina enquanto tal. Um artigo recente de uma colega que estuda o oriente médio fazia uma longa lista sobre com o que as mulheres hoje têm que lidar, como a pobreza. Era uma lista de coisas que oprimem as mulheres, inclusive o estado, e ela nunca mencionou o patriarcado, o que me assustou. Isso é algo que está acontecendo com a antropologia feminista: a dominação masculina não parece mais ser o objeto da atenção.” (p. 443-444)

Ressalto que as ideias apresentadas por Sherry Ortner neste trecho da entrevista são pertinentes para novamente falar sobre as diferenças e semelhanças entre as duas redes que pesquisei.

Para as ativistas do Coletivo Feminino Plural que entrevistei, as lutas atuais do movimento feminista estão mais voltadas às questões sobre a pobreza, sobre os diferentes acessos negados às mulheres no que tange à seus direitos, como serviços de saúde ou acolhida de casos de

²⁹ Respectivamente professora do departamento de Antropologia da UNICAMP e pesquisadora do Núcleo PAGU, também da UNICAMP.

violências contra elas, nas questões mais “clássicas”, como a dominação masculina ou a constituição patriarcal da sociedade ficam sem segundo plano ou sequer são citadas. De nenhuma das minhas interlocutoras nesta rede eu ouvi qualquer menção ao patriarcado, nem mesmo em suas memórias de ativismo nas décadas de 1970 ou 1980.

Já na Rede Autônoma, tanto as ativistas lésbicas do grupo Mulheres Rebeldes, quanto as mulheres que estão atuando nas lutas camponesas, ou por melhores condições de moradia, ou por empregos, todas citam o patriarcado, o sexismo, o machismo, e as estratégias de dominação masculina sobre as mulheres são ainda questões cruciais, porque elas as associam diretamente com todas as outras questões (fome, desemprego, pobreza, violências). Mesmo o que elas produzem teoricamente, segue ainda um feminismo radical, de base marxista, inspiradas nas correntes radicais do feminismo francês, como a representada por Jules Falquet.

Mas estas diferenças, tanto de abordagem quanto de compreensão destes ativismos, acabam por torná-los semelhantes, e mais os aproximam do que os distanciam. A inserção de mulheres lésbicas e feministas em Redes de Movimentos Sociais, como demonstrado nos capítulos anteriores deste trabalho se dá a partir de uma ideia unificadora: a de que é preciso “seguir lutando”, como dito por minhas interlocutoras, de ambas as redes. Seja lutar por uma identidade lésbica assumida e politizada, seja lutar por projetos específicos no campo da saúde das violências, seja lutar por recursos e

financiamentos para participação em congressos e eventos, seja lutar para realizar uma marcha de movimentos autônomos dentro do Fórum Social Mundial.

Apesar de todas as transformações observadas, das diferenças geracionais, das distintas formas de afirmar-se mulher, ativista, feminista, lésbica, negra, acadêmica, há todo um conjunto de mecanismos que visam solidificar os discursos, legitimar os campos de disputa, autorizar-se em suas redes, onde cada mulher aciona esses mecanismos carregando seu *habitus* e entendendo como e quais são as regras do jogo, como apontado por Pierre Bourdieu (1983, p. 89), a fim de fazer o campo funcionar: “(...) é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.”

Igualmente, Pierre Bourdieu (1983, p. 90) diz, a respeito do campo e suas estruturas, entre as quais o *habitus*, que é ao mesmo tempo produto e condição de existência de um campo determinado, onde articula os diversos capitais dos sujeitos:

“A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo (...)”

Assim, o que observei nas Redes de Movimentos Sociais pesquisadas é que estão de fato em jogo o tempo todo as ativistas e suas trajetórias, os grupos e suas agendas de luta, os corpos e suas

possibilidades performativas, as afirmações identitárias e a politização do feminismo e das lesbianidades. Mas estas questões não são restritas à uma ou outra rede, conforme demonstrado. O que varia são as estratégias, as teorias que as fundamentam, os modos de agir e inventar cotidianos, o estabelecimento de diálogos com distintos interlocutores, os eventos realizados.

De um lado, cartazes feitos coletivamente, à mão, para uma manifestação “rebelde” reunindo coletivos autônomos; de outro lado, materiais gráficos impressos financiados por agências de fomento, cuja elaboração segue determinados padrões do que seja um “material destinado à mulheres”.

As diferenças entre um escritório e um espaço de ocupação, entre buscar recursos ou achá-los desnecessários, entre ter pós-graduação ou não, acabam por ser diluídas quando se observa o que mantém mulheres em movimento (s). Ou, aquelas que acompanhei durante a pesquisa para este trabalho.

Elas buscam a visibilidade, elas afirmam sua diversidade, elas tornam as distâncias pontes para aproximações possíveis. Elas insistem, como ouvi de uma delas, “em ser mulheres”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é permeado de muitas formas por aquilo que Roberto DaMatta (2004) definiu como o processo de “desfamiliarizar o familiar”. A noção de pertencimento da pesquisadora, mobilizada e acionada em momentos diversos durante o campo e a escrita, precisou ser equacionada com o desconhecimento, com o não-saber, com o aprendizado constante das diferenças em relação, em jogo, o tempo todo.

O que tentei demonstrar neste trabalho, guardadas suas limitações, está alinhado com o que propõe Maria Noemi Brito (2001), ao refletir sobre o feminismo e também sobre as pesquisas que são realizadas sobre ele.

Em minha pesquisa, fui desafiada a refletir sobre os processos de organização de mulheres, dentro da perspectiva dos estudos de gênero e sexualidades, mas também dentro do campo dos movimentos sociais. Seja em Redes Autônomas ou Institucionalizadas, encontrei ativistas em constante negociação e articulação de sua diversidade sexual, étnica, ideológica, política, feminista.

Neste processo reflexivo, algumas escolhas iniciais foram abandonadas, e novas possibilidades de abordagem emergiram, à medida em que eram aprofundadas as observações em campo e as entrevistas eram realizadas. Se algumas características encontradas por Miriam Grossi (1988) ainda estavam lá, no bojo dos movimentos feministas em Porto Alegre, como os processos dissolutivos dos grupos, as lutas pelo enfrentamento das violências contra mulheres, as articulações entre academia e militância, novos formatos de atuação parecem ter ganhado força a partir da década de 1990, quando as especificidades de grupos até então aglutinados em movimentos mais amplos forçou um reagrupamento destes grupos em novas redes, que privilegiassem suas demandas.

Porém, como discutido no capítulo 1 deste trabalho, conforme as proposições de Heloísa Pontes (1986), René Loureau (2003) e Ilse Scherer-Warren (2008), os mecanismos de atuação dos movimentos sociais, e dos movimentos “de mulheres” e feministas são renovados o tempo todo, diferenciando ações coletivas de movimentos sociais, reivindicando as diferenças e a segmentação das causas como produtivas e afirmativas, ainda que sob pena da dissolução de grupos, criação de

outros, retomada de trajetórias ou revisão de discursos clássicos.

E é preciso considerar o espaço de realização desta pesquisa. Uma pesquisa marcadamente urbana, em uma cidade com características políticas importantes, de tradições que são elas mesmas inventadas e reinventadas, como dito por Eric Hobsbawm (2002). De Porto Alegre diz-se que é uma cidade politizada, que tem inclinações esquerdistas, que é avançada em questões legais no que tange às sexualidades diversas. E como qualquer cidade, é local de muitos fenômenos, e cada um dos atores urbanos envolvidos neles os vai representar de alguma forma. Vai dar diferentes significados a partir de sua visão de mundo, e de como esta se desloca no contato com o outro, mantendo viva a relativização de que fala José Guilherme Cantor Magnani (1996), que permite ao antropólogo utilizar “velhas ferramentas” para realizar novas pesquisas urbanas.

Com isso, me utilizando das possibilidades que a Antropologia oferece para estar em contato com “os outros”, me aproximei de um grupo, que na época da pesquisa estava sendo mantido por duas de suas lideranças e em revisão de suas atividades, mas enquanto isso em intensa articulação com outros grupos de movimentos sociais variados. Ao encontrar as Mulheres Rebeldes, encontrei a Rede dos Movimentos Sociais Autônomos, e nela uma diversa gama de discursividades e práticas, baseadas no feminismo como proposta política, e também na afirmação necessária da lesbianidade como politização de um grupo de mulheres.

Através desta rede, descrita no capítulo 2 deste trabalho, me foi possível articular teoricamente, pela análise das atividades que acompanhei durante quatro meses, o que indicam Alain Touraine (2001), Sidney Tarrow (2009) e Boaventura Souza Santos (2001), a respeito dos Novos Movimentos Sociais, suas organizações em redes, e a diferenciação de suas ações coletivas, realizadas para marcar pontualmente um momento histórico que considerem importante para suas lutas, e suas ações enquanto movimentos sociais.

A Marcha dos Movimentos Autônomos é uma ação coletiva tanto quanto o ato realizado na Igreja de Santa Terezinha em Porto Alegre, em dezembro de 2009, conforme descrito na página, do capítulo 2. A continuidade de reuniões e debates da Rede, elaborando uma agenda permanente de ações a serem realizadas a constitui como um Movimento, organizado

e contínuo (ainda que mantendo o fluxo de mudanças, desarticulações e rearticulações).

O potencial aglutinador da diversidade, uma das características dos Novos Movimentos Sociais, como dito por Ilse Scherer-Warren (2008), emerge de forma incontestada durante as reuniões de preparação para o Fórum Social Autônomo, realizado pela Rede dos Movimentos Autônomos em janeiro de 2010. Tendo como ponto em comum a autonomia (tomada aqui, conforme explicitado metodologicamente, como a não-institucionalização formal dos grupos), a Rede dos Movimentos Autônomos inclui em suas fileiras homens jovens oriundos do movimento anarco-punk, e também mulheres jovens de um coletivo universitário. Essas diferenças, porém, como apresentado por Miriam Grossi (2004), não são recentes, e também não impediram o movimento feminista, já em sua emergência no Brasil dos anos 1970, quando causas políticas-partidárias eram abraçadas por mulheres feministas universitárias, que lutavam contra as distinções de classe e repressão política apesar de suas origens na classe média intelectualizada.

Ao longo do terceiro capítulo, abordei as múltiplas possibilidades de atuação dos grupos feministas institucionalizados, e as redes integradas por eles. Dentro do que chamei aqui de Rede dos Movimentos Institucionalizados, tendo como centro o Coletivo Feminino Plural, analisei alguns pontos que parecem cruciais para sua organização, como a necessária captação de recursos através de projetos formais em áreas chave, como saúde e violências, e também, através das falas de algumas de suas ativistas, a importância que uma trajetória feminista mais “tradicional” tem para a legitimidade de suas atuações contemporaneamente.

Minhas observações se deram, assim como na Rede dos Movimentos Autônomos, principalmente em eventos públicos, um ato pelo Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, 25 de novembro, e depois um debate sobre um caso de grande repercussão na mídia. Nas entrevistas, em maior número do que na Rede dos Movimentos Autônomos (pela disponibilidade das ativistas e também pelo formato do Coletivo), foi possível encontrar, empiricamente, alguns fenômenos discutidos na teoria dos Movimentos Sociais, como as implicações relativas à atuação das ONGs e seus integrantes junto ao Estado em suas variadas esferas, como apontado por Evelina Dagnino (2004).

Da mesma forma, tive a oportunidade de localizar de modo muito preciso o ativismo múltiplo, ou, como denominei, a figura da “militante de todas as causas”. Esta operacionalidade que o sujeito

ativista encontra para articular várias temáticas sociais, pertencendo ao mesmo tempo à Fóruns, Conselhos, ONGs, sindicatos, se alinha ao que Mary Berstein e Elizabeth Armstrong (2008) chamaram de “abordagem multi-institucional dos Movimentos Sociais”. Em uma sociedade que amplia contradições, mas ao mesmo tempo permite uma maior organização específica dos sujeitos, a garantia de direitos e a conquista de políticas públicas, por exemplo, acabam por ser determinantes para muitas ações feministas dentro das redes institucionalizadas.

A questão geracional e uma certa legitimidade baseada em tempo de vida e de militância também foi outra característica importante encontrada na Rede dos Movimentos Autônomos, e as falas de duas ativistas do Coletivo Feminino Plural enfatizaram essa importância. Ter um passado ligado à militância político-partidária, ter mais de 50 anos, ter sido feminista durante os governos militares, para essas mulheres, é uma forma de se legitimar e ter mais autoridade no campo. Como nas reflexões de Regina Facchini (2008) e Miriam Grossi (1998), porém, o movimento feminista não comporta mais um perfil determinado pela geração, apenas. A multiplicidade das mulheres que se identificam como feministas não é apenas étnica, ou de orientação sexual, ou de ideologia partidária, mas passa indiscutivelmente pela questão da geração.

Em que pese o reconhecimento das ativistas que entrevistei a respeito do tema, e ainda que todas sejam unânimes em afirmar que é preciso que haja renovação nas fileiras feministas institucionalizadas, também vem delas um certo tom melancólico e saudosista do tempo em que havia mais engajamento, mais dedicação, mais maturidade e menos imediatismo.

Todas essas questões estão, também elas, em rede. Pensar nas trajetórias dos movimentos homossexuais no Brasil, é pensar nos contextos históricos do país, nas estratégias utilizadas por militantes políticos, e também LGBT, ao longo da história. Como exposto no capítulo 4 de meu trabalho, não é possível refletir sobre as ativistas feministas lésbicas descontextualizadas dos momentos históricos nos quais estiveram inseridas, valendo o mesmo, e com ainda mais ênfase, para as feministas. Há então um campo permeado por disputas, por dicotomias, por rearranjos constantes de suas práticas, e por novas

possibilidades não só de ativismo, mas de auto reconhecimento e identificação com determinada causa ou modo de ser, como dito por Peter Fry (1982; 1983; 1990) e Regina Facchini (2005).

Entendo, seguindo as análises de Maria Luiza Heilborn (1996 e 2004) que os sujeitos são permeáveis às diversas formas de exercer sua sexualidade e seus afetos, e não podem ser dissociados de outras questões pertinentes, como seu pertencimento de classe, de origem, de acesso à determinados tipos de debates sociais, em suas redes de sociabilidade. Assim, há as mulheres para quem ser lésbica deve ser uma condição assumida de forma inconteste, radicalizando a proposta de Adrienne Rich (1981), acerca de uma “existência lésbica”, e também de Jules Falquet (2002), quando esta diz que é preciso romper com a noção fundante da sociedade heterossexual, que é a heterossexualização normativa das mulheres. Mas há outras tantas para as quais a questão não só da sexualidade das mulheres, mas de suas variações não é, necessariamente, uma questão feminista primária, diante de uma agenda repleta de outros temas, como o desemprego ou as violências de que são vítimas.

Ao encaminhar as reflexões aqui apresentadas para suas considerações finais, inicio por admiti-las como considerações iniciais de um outro momento. De continuidade, de ampliação do campo e do debate, e também de amadurecimento científico e pessoal de quem realizou este trabalho. Entendo que a construção de uma noção teórica que permita legitimar a existência de uma Anropologia feminista deve ser pautada pelas mesmas questões que permitem que se legitimem todas as demais vozes no campo. Há que se pensar em toda a diversidade dos estudos e das correntes teóricas, assim como na diversidade das mulheres. E das feministas. E das lésbicas. E das lésbicas feministas.

Com isso, ao me entender como antropóloga, e acionar dentre minhas categorias teóricas preferenciais alguns expoentes dos estudos feministas e de gênero, entendo também que esta escolha não me autoriza a priori como antropóloga feminista, ou, por outra, como alguém capacitado de forma integral para a realização de uma antropologia dos feminismos.

Porém, se compreendo o feminismo como possibilidade emancipatória para a humanidade, mais do que apenas para as mulheres, como caminho viável para o debate contínuo sobre opressões, repressões, preconceitos, violências, e como meio teórico e prático capaz de contribuir para uma sociedade mais justa, menos lesbofóbica, e com maior equidade de gênero, parto então de uma prática

antropológica que não será nem apenas militante, nem apenas acadêmica, mas sim espaço de interlocuções e crescimento.

Por fim, penso que a contribuição a ser dada por este trabalho é no sentido de ampliar as discussões existentes no campo, seja dos estudos antropológicos, feministas, de sexualidade, gênero, e também de movimentos sociais. A contribuição maior que espero oferecer é a de manter a provocativa reflexão viva, e sugerir que não se perca de vista os processos tais como os abordados por Miriam Grossi e Sônia Miguel (2001), sobre a participação das mulheres em tantas instâncias, políticas inclusive.

A proposta, ainda que incipiente ou limitada, aqui, é permanecer “transformando as diferenças”, e abrindo espaços cada vez mais privilegiados para as mulheres, lésbicas, feministas, ativistas, e suas múltiplas faces relacionais, dentro das redes e teias nas quais estamos todos inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Karla; TONELI, Maria Juracy. *Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro*. Psicologia e Sociedade, v.20, n.3, Set/Dez, Florianópolis, 2008. Acesso SciELO em <http://www.scielo.br>, 25 de julho de 2010.

AHLERT, Martina. *Mulheres de Monte Verde: etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre com o Programa Fome Zero*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

ARMSTRONG, Elizabeth; BERNSTEIN, Mary. *Culture, Power, and Institutions: A Multi-Institutional Politics Approach to Social Movements*. Sociological Theory, n. 26, v.1, p. 74-99. University of Connecticut, 2008.

BARNES, John. *Social Networks*. Cambridge: Module 26, p.1-29, 1972.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

BONETTI, Alinne. *Entre Feministas e Mulheristas – Uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e Novas Configurações da Participação Política Feminina em Porto Alegre*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Marco Zero Editora. Rio de Janeiro, 1983.

BOZON, Michel. *Sociologia da Sexualidade*. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2004.

BRITO, Maria Noemi. Gênero e Cidadania: referenciais analíticos. Revista Estudos Feministas, v. 9, n.1, Florianópolis, 2001. Acesso SciELO em <http://www.scielo.br>, 21 de julho de 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Artigo para UNIFEM, 2009. Acesso em www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf, 21 de julho de 2010.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Dossiê Sexualidades Disparatadas. Cadernos PAGU*, n.28, Jan/Jun, Campinas, 2007. Acesso em <http://www.scielo.br>, 20 de julho de 2010.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Revista Política e Sociedade*, n.5, p. 139-164, Florianópolis, 2004.

DANIEL, Herbert & MICCOLIS, Leila. *Jacarés e Lobisomens – Dois ensaios sobre a homossexualidade*. Ed. Achiamé, Rio de Janeiro, 1983.

DAMATTA, Roberto. *Desfamiliarizar o familiar*. In: Motta, Antonio et. alii. O cotidiano e seus ritos. Thales Azevedo. p. 15-24. Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana, Recife, 2004

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Vozes, Petrópolis, 1998.

DE LAURETIS, Teresa. *A tecnologia do gênero*. In: Buarque de Hollanda, Heloísa (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1994.

DELPHY, Christine. *L'ennemi principal: économie politique du patriarcat*. Syllepse, Paris, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1976.

DURHAM, Eunice. *A pesquisa antropológica com populações urbanas*. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*:

teoria e pesquisa. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O tempo e a cidade*. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2005.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2000.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Entre umas e outras: Mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Programa de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 2008.

FALQUET, Jules. *Breve reseña de algunas teorías lésbicas*. Diccionario critico del feminismo. Paris: GEDISST/Madrid: Editorial Síntesis, 2002.

FERNANDES, Felipe B. M. *Projeto de Tese* apresentado na disciplina Seminário de Tese do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Florianópolis, 2010.

FRÓES, Anelise. *Aids II: A travessia do túnel*. Revista da I Conferência Municipal de DST/Aids. Política Municipal de Controle de DST/Aids, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998. p. 6-12

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1 – A vontade de saber*. Ed. Graal. Rio de Janeiro, 1993.

_____. *Vigiar e Punir - Nascimento da Prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 23 ed. Editora Vozes, Petrópolis, 1987.

FOOTE-WHITE, William. *Sociedade de Esquina*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2005.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Para além da irmandade*. Tradução de Vera Maria Cândido Pereira. Revista de Estudos Feministas, ano 1, n. 0. CIEC/ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

FRY, Peter. *Ser ou não ser homossexual, eis a questão*. In: Folhetim, Suplemento Dominical da Folha de São Paulo, 10 de Janeiro, p. 3, 1982.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

FRY, Peter. *Prefácio*. In: MACRAE, Edward. A construção da Igualdade – Identidade Sexual e Política no Brasil da “Abertura”. p.11-15. Ed. Unicamp, Campinas, 1990.

GROSSI, Miriam Pillar. *Discours sur le femmes battues: Représentation de la Violence sur le femmes au Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em Antropologia Social e Cultural apresentada à Université Paris V – “René Descartes”, Sorbonne. Paris, França, 1988.

_____. *Feministas históricas e novas feministas no Brasil*. In: Antropologia em Primeira Mão. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, p.1-34. Florianópolis, 1998.

_____. *Estudos sobre mulheres ou de gênero? Afinal o que fazemos? (Teorias sociais e paradigmas teóricos)*. In: Falas de gênero: Teorias, Análises, Leituras. p. 329-343. Ed. Mulheres, Florianópolis, 1999.

_____; MIGUEL, Sônia Malheiros. *Transformando a diferença: as mulheres na política*. Revista Estudos Feministas, v.9, n.1, p.167-206. Florianópolis, 2001.

_____; MIGUEL, Sônia Malheiros. *Mapeamento de Grupos e Organização de Mulheres, Gênero, Feministas no Brasil*. Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 1-31, 1995.

_____. *A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: Uma breve história do feminismo no Brasil*. Revista Estudos Feministas, v.12, p. 211-222. Florianópolis, 2004.

HARDING, Sandra. *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-32, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza. *Ser ou estar homossexual: dilemas*

da construção da identidade social. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina. (org.) *Sexualidades Brasileiras*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1996. p. 136-145

_____. *Dois é par: gênero e identidade social em contexto igualitário*. Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2004.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. Paz e Terra. São Paulo, 2002.

LE BRETON, David. *Anthropologie du Corps et Modernité*. PUF, Paris, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O olhar distanciado*. Edições 70, Lisboa, 1986.

LOMNITZ, Larissa Adler. *Redes Sociais, cultura y poder. Ensayos de antropologia latinoamericana*. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales sede Mexico. Cidade do México, 2001.

LOURAU, Rene. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. In: Rene Lourau na UERJ. Universidade Estadual do Rio Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

MACRAE, Edward. *A afirmação da Identidade Homossexual: seus perigos e sua importância*. In: TRONCA, Ítalo. (org.) Foucault Vivo. Pontes Editores, Campinas, 1987. p. 81-88.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na metrópole*. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca. (orgs) *Na metrópole – Textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996.

MARTINHO, Miriam. *1979-2004: 25 Anos de Organização Lésbica no Brasil*. Coluna Símbolos e Dias, Rede de Informação Um Outro Olhar. Acesso online em http://www.umoutroolhar.com.br/simbolos&dias_25anos.htm, 20 de junho de 2010.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Ed. Cosac e Naify. São Paulo, 2003.

MAZARIEGOS, Dina. *Intelectuais Feministas Mayas da Guatemala*.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1996.

MIGUEL, Sônia Malheiros. *Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1988.

MISKOLSCI, Richard. *Um corpo estranho na sala de aula*. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVERIO, Valter Roberto (orgs). *Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeças da diversidade na escola*. Ed. Papirus. Coleção Papirus Educação. Campinas, 2005.

MORAES, Maria Lygia. *Apresentação*. Cadernos PAGU, n.16, ano 2. Campinas, 2001.

MOUFFE, Chantal. *Feminismo, cidadania e política democrática radical*. In: *O regresso do político*. Gadiva, Lisboa, 1996.

OLIVEIRA, Wilson Ferreira de. *Posição de Classe, Redes Sociais e Carreiras Militantes no Estudo dos Movimentos Sociais*. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. p. 670-690

ORTNER, Sherry. Entrevista com Sherry Ortner. Cadernos PAGU, n. 27. Jul/Dez. Campinas, 2006.

PEDRO, Joana Maria. *Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário*. Seção Especial Revista Estudos Feministas 15 anos. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 1, Jan/Abr. Florianópolis, 2008. Acesso em <http://www.scielo.br>, 26 de julho de 2010.

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: a prostituição*

viril. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

PESSAH, marian. *Em rebeldia – da bloga ao livro*. Colección Libertaria. Ed. Independente. Porto Alegre, 2009.

PETONNET, Colette. *Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense*. Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia. n.25. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. p. 99-112. Acesso online em http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropolicas/revista_antropolitica_a_25.pdf, 31 de julho de 2010.

PINTO, Celi Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

PONTES, Heloisa Andre. *Do palco aos bastidores: o SOS Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 1986.

PORTO, Rozeli Maria. *Aborto Legal e o Cultivo ao Segredo : Dramas, Práticas e Representações de Profissionais de Saúde, Feministas e Agentes Sociais no Brasil e em Portugal*. Tese de Doutorado em Antropologia Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

RICH, Adrienne. *La contrainte a l'heterosexualite et l'existence lesbienne*. In: *Nouvelles Questions Feministes*, n.1, mars, p.15-43. Ed. Tierce, Paris, 1981.

SANTOS, Boaventura Souza. *Los nuevos movimientos sociales*. Revista del Observatorio Social de America Latina, n. 5, p.177-184. Buenos Aires, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais na América Latina – Caminhos para uma política emancipatória?* Caderno CRH (Centro de Recursos Humanos), Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, n.54, v.21, Dossiê. Salvador, 2008.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade, UFRGS, v.20, n.2, p.71-99, Jul/Dez. Porto

Alegre, 1995.

_____. *Experiência*. In: SILVA, Alcione da et alli. Falas de Gênero. Florianópolis: Ed Mulheres, 1999. (p.p.: 21-55)

SEDGWICK, Eve. *A epistemologia do armário*. Cadernos Pagu, n.28, jan-jun, p.19-54. Campinas, 2007.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo Radical – Movimento e Pensamento. Revista Travessias, n.4, p. 1-15. Cascavel, 2009. Acesso em <http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias>, 22 de julho de 2010.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O Antropólogo e sua magia – Trabalho de campo e pesquisa etnográfica*. Ed.USP, São Paulo, 2000.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva – Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade melanésia*. Ed. Unicamp, Campinas, 2008.

SWAIN, Tânia Navarro. *Feminismo e lesbianismo: quais os desafios?* Labrys, Estudos Feministas, n.1-2, jul/dez. Brasília, Paris, Montreal, 2002. Acesso em http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2

TAQUES, Fernando. *Reconhecimento e Identidade – tensões no movimento GLBT*. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. p. 222-233

TARROW, Sidney. *Poder em Movimento – Movimentos Sociais e Confronto Político*. Editora Vozes. Petrópolis, 2009.

TOURAINÉ, Alain. *Na fronteira dos movimentos sociais*. Tradução de Ana Liési Thurler. Sociedade e Estado, v.21, n.1, p.17-28, 2006. Acesso SciELO em 20 de maio de 2010. (<http://www.scielo.org>)

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Teoria Queer e a contestação*

da categoria “gênero”. In: CASCAIS, António Fernando (org.), *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*. S.l.: Fenda, pp 91-98, 2004.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1981.

_____. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1994.

WITTIG, Monique. *La pensée straight*. Balland. Paris, 2001.